





**CULTIVAR**  
**Cadernos de Análise e Prospetiva**

## **CULTIVAR**

### **Cadernos de análise e prospetiva®**

N.º 29 | dezembro de 2023 | Indústria agroalimentar

#### **Propriedade:**

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Praça do Comércio, 1149-010 Lisboa

Telefone: + 351 213 234 600

e-mail: geral@gpp.pt | website: www.gpp.pt

#### **Equipa editorial:**

Coordenação: Ana Sofia Sampaio, Bruno Dimas, Eduardo Diniz

Ana Filipe Morais, Ana Rita Moura, António Cerca Miguel, João Paulo Marques, Mafalda Gaspar, Manuel Loureiro,

Pedro Castro Rego, Rui Trindade

e-mail: cultivar@gpp.pt

#### **Colaboraram neste número:**

Álvaro Mendonça, Alejandro Garrido, António Cunha, Francisco Guimarães, Jaime Braga, Jaime Piçarra, Lorenzo Pastrana, Mariam Debs, Martin Stilwell, Miguel Cerqueira, Nuno Fernandes Thomaz, Paulo Rosa, Pedro Mendonça, Pedro Pimentel, Pedro Queiroz, Sara M. Oliveira, Tiago Costa

**Edições anteriores:** <https://www.gpp.pt/index.php/publicacoes-gpp/cultivar-cadernos-de-analise-e-prospetiva>

**Edição:** Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

**Execução gráfica e acabamento:** Sersilito – Empresa Gráfica, Lda.

**Tiragem:** 1 000 exemplares

**ISSN:** 2183-5624

**Depósito Legal:** 394697/15

# **CULTIVAR**

## **Cadernos de Análise e Prospetiva**

N.º 29 › dezembro de 2023

Indústria agroalimentar



# Índice

7/10 | EDITORIAL

## SECÇÃO I – GRANDES TENDÊNCIAS

13/20 | O AGROALIMENTAR EM TRÊS TEMPOS – PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA FILEIRA EM PORTUGAL

*Jaime Piçarra*

21/24 | INDÚSTRIA PORTUGUESA AGROALIMENTAR – DESAFIOS E PERSPETIVAS FUTURAS

*Pedro Queiroz*

25/28 | A INDÚSTRIA AGROALIMENTAR – SUSTENTABILIDADE E DESAFIOS DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

*Jaime Braga*

29/38 | HARMONIZAR O IVA, PORQUE A ALIMENTAÇÃO É ESSENCIAL

*Nuno Fernandes Thomaz*

## SECÇÃO II – OBSERVATÓRIO

41/65 | INDÚSTRIAS AGROALIMENTARES: CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO RECENTE

*Ana Rita Moura e Rui Trindade*

67/70 | A MISSÃO DA NANOCIÊNCIA E DA NANOTECNOLOGIA NA ALIMENTAÇÃO DO FUTURO

*Sara M. Oliveira, Mariam Debs, Francisco Guimarães, Alejandro Garrido, Miguel Cerqueira, Lorenzo Pastrana*

71/75 | INDÚSTRIA DE CONSERVAS DE PEIXE EM PORTUGAL – UM SETOR DE FUTURO

*António Cunha*

**77/**<sub>82</sub> | A CULTURA DE TOMATE PARA INDÚSTRIA EM PORTUGAL

*Martin Stilwell*

**83/**<sub>86</sub> | INDÚSTRIA AGROALIMENTAR – NOZES!

*Tiago Costa*

**87/**<sub>94</sub> | BREVE HISTORIAL DA FEDERAÇÃO DOS GRÉMIOS DA LAVOURA DO NORDESTE  
TRANSMONTANO

*Pedro Mendonça e Álvaro Mendonça*

**95/**<sub>101</sub> | EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE FOMENTO AGROINDUSTRIAL

*João Marques*

### **SECÇÃO III – LEITURAS**

**105/**<sub>107</sub> | OBSERVATÓRIO DE PREÇOS – AGROALIMENTAR

*Síntese sobre a nova plataforma Observatório de Preços da Cadeia de Valor Agroalimentar,  
por Ana Filipe Morais*

**108/**<sub>110</sub> | CRIAR MAIS VALOR NA VINHA E NO VINHO

*Recensão do livro com o mesmo nome, de José Ramalho Fontes e Fernando Bianchi de Aguiar  
(org.), 2023, por Pedro Castro Rego*

**111/**<sub>118</sub> | COMPLEXO AGROINDUSTRIAL – ANÁLISE DA INTERDEPENDÊNCIA

*Análise do Documento de trabalho com o mesmo nome, de Bruno Dimas, 1991, por Ana Rita Moura*



# Editorial

EDUARDO DINIZ

*Diretor-geral do GPP*

A indústria agroalimentar desempenha um papel essencial na economia global, contribuindo para a segurança alimentar com o fornecimento de alimentos seguros e saudáveis às populações e criando valor a partir de matérias-primas agrícolas, que em grande parte, no caso de Portugal, são recursos endógenos.

Nas economias mais desenvolvidas, tem vindo a ocorrer um processo de redução da importância do setor industrial na economia, ou mesmo uma desindustrialização, com reflexos no valor e criação de emprego e de “fragmentação” do processo produtivo e do valor acrescentado com impactos em regiões outrora especializadas neste setor de atividade.

Esta evolução resulta de um conjunto de fatores diversificado, quer de natureza setorial, quer resultante de pressões externas. Por um lado, a introdução de tecnologias e os aumentos de produtividade reduzem a necessidade de emprego, por outro lado, a divisão do trabalho ocorre não só entre indústrias mas também dentro das indústrias – a produção de um bem pode ser assegurada a partir de várias origens internacionais.

São ainda de destacar as vantagens concorrenciais dos países em desenvolvimento que aproveitam os seus menores custos do trabalho e a facilidade de aquisição de capital e tecnologia.

Por outro lado ainda, surge uma oferta crescente de novos empregos nos serviços (com maior conteúdo tecnológico) exigindo mão de obra mais qualificada com uma maior valorização salarial. Ou seja, verifica-se um percurso em alguns subsectores da indústria similar ao que ocorreu com a agricultura no século passado.

No entanto, é de apontar que este processo não é totalmente segmentável, tendo em conta que existe uma cada vez maior integração dos serviços nas fases da produção primária e da transformação. Cada vez mais, devemos apontar para a existência de cadeias de valor ou sistemas e não tanto para setores que estão organizados de forma linear.

Neste contexto, é de destacar a evolução positiva do valor acrescentado da indústria agroalimentar nacional, com uma tendência de crescimento superior à da economia e em contraste com o decréscimo da indústria transformadora, revelando uma grande capacidade de resistir aos choques exógenos, como a crise de 2008, de que recuperou rapidamente, e a resiliência face à pandemia de COVID-19. Também a manutenção da capacidade de gerar emprego é de assinalar, tendo-se verificado nos últimos 10 anos valores em torno dos 110 mil trabalhadores.

Este papel é particularmente determinante no que toca ao autoabastecimento alimentar, às exportações

e às importações, podendo ser da maior relevância para o desenvolvimento do setor primário nacional, quer na agricultura, quer nas pescas.

Existe um potencial, que pode ser ainda mais desenvolvido, que se refere ao investimento em unidades de transformação de diferentes dimensões, desde grandes unidades industriais, próximas de centros de logística, até unidades de pequena e média dimensão, ao longo de todo o território nacional.

Os principais indicadores da indústria agroalimentar nacional demonstram um crescimento consistente e persistente no seu contributo para a economia nacional. Diríamos que, apesar da sua representatividade no emprego e nas exportações e de um crescimento acima do resto da economia, este é um “movimento silencioso”, tendo em conta que a economia baseada nos bens transacionáveis e com aposta nos mercados internacionais não merece tanta atenção como alguns temas emergentes.

Contudo, verificamos que este ramo de atividade tem vindo a ser exposto e a dar resposta a desafios tão variados como a digitalização (e logística), a energia, a economia circular, a bioeconomia, as preocupações com a nutrição.

Nas crises mais recentes, sobretudo durante a pandemia e o período de elevada inflação, o setor revelou, em conjunto com os setores a montante e a jusante, nomeadamente o setor agrícola, uma grande resiliência, mantendo a capacidade de assegurar o abastecimento alimentar.

O grau de abertura das indústrias agroalimentares é muito elevado e com tendência de crescimento, evidenciando a exposição ao exterior e o carácter transacionável da produção agroalimentar. A orientação para o mercado externo tem igualmente vindo a aumentar, num processo de globalização que é generalizado.

Os dados mais recentes divulgados no primeiro artigo do GPP no Observatório desta edição permitem verificar que as indústrias agroalimentares têm efetivamente uma forte inter-relação com o setor agrícola, por exemplo, através de uma grande integração vertical em alguns setores. Para além disso, há um peso

significativo dos consumos intermédios em ambos os sentidos: a agricultura fornece 37% dos consumos intermédios das Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco (IABT), e estas Indústrias fornecem 35% dos consumos intermédios da agricultura; 42% da produção nacional da agricultura é dirigida para as IABT.

O setor agroindustrial é responsável por 6% das exportações nacionais de bens e serviços. Entre 2010 e 2022, as exportações do setor cresceram 7% ao ano, acima da economia, destacando-se o último triénio (17% ao ano entre 2020 e 2022, com o contributo da inflação). No mesmo período, as importações aumentaram 5% ao ano.

As Grande Tendências abrem com um artigo de Jaime Piçarra em que o autor contextualiza o setor “*em três tempos – passado, presente e futuro*”. Começa por um breve historial das políticas agrícolas e agroindustriais a nível da União Europeia, desde os excedentes de produção às crescentes preocupações ecológicas, para perceber como chegámos aqui. Nos desafios e ameaças para o futuro, traça o quadro das contingências geopolíticas, bem como das próprias contradições internas das políticas europeias. Faz depois uma análise da situação do agroalimentar em Portugal, referindo que embora se tenha feito já um grande caminho, continuamos aquém das expectativas, mantendo problemas estruturais graves. Aborda ainda questões ligadas à alimentação humana e animal e à necessidade de fomentar a inovação.

No artigo de Pedro Queiroz, da FIPA, fala-se da comprovada resiliência do setor num contexto adverso como aquele em que temos vivido e da necessidade de construir sistemas agroalimentares cada vez mais sustentáveis nas três vertentes ambiental, económica e social. O autor refere a questão central das embalagens, salientando a importância de haver mais investigação e inovação, tanto neste como noutros domínios, e a necessidade do investimento respetivo. Frisa o crescente papel do consumidor nas tendências de mercado, fazendo notar igualmente a relevância do fator preço. Questões como a transição tecnológica e o emprego são igualmente abordadas, e o artigo termina afirmando que “*o futuro deve ser colaborativo*”, mobilizando “*agricultores, sociedade civil, decisores políticos e empresas de vários setores*”.

Jaime Braga analisa o percurso do setor nas últimas duas décadas, aproximadamente, numa perspetiva de sustentabilidade e tendo em conta a questão crucial da transição energética. Faz uma avaliação da evolução dos perfis de consumos de energia e dos balanços energéticos com referência a 2005, envolvendo também o recurso à cogeração e à bioenergia. Em seguida, analisa de que forma as emissões de gases com efeito de estufa do setor agroindustrial evoluíram no mesmo período. Conclui com “*perspetivas para a transição dos consumos de energia*”, destacando cada um dos principais grupos de combustíveis: derivados do petróleo, gás natural e bioenergia.

A fechar a secção, o artigo de Nuno Fernandes Thomaz, da Centromarca, começa por fazer uma contextualização político-económica e fiscal do país, falando das “*interrogações do presente*” e dos necessários “*equilíbrios do futuro*”, tendo em conta a incerteza a nível global. Passa depois a uma análise mais detalhada das questões relacionadas com a fiscalidade no que se refere ao setor agroalimentar, nomeadamente o IVA e a necessidade da respetiva harmonização, para impedir discriminação entre produtos e evitar “descompetitividade”. Apresenta para concluir algumas pistas para conseguir estes objetivos.

Desenvolvendo um artigo previamente publicado na *Ingenium*, revista da Ordem dos Engenheiros, Ana Rita Moura e Rui Trindade, do GPP, abrem a secção Observatório detalhando a situação atual e a evolução recente do setor agroindustrial em Portugal. O artigo baseia-se fundamentalmente em duas fontes de informação do INE: as Contas Nacionais e as Contas Integradas das Empresas. As Contas Nacionais possibilitam a análise de diversas variáveis socioeconómicas, tais como o VAB, o emprego ou o comércio internacional, que permitem não só compreender a importância da indústria agroalimentar na economia nacional no período mais recente, mas também analisar as relações intra- e intersetoriais ao nível da procura e da oferta deste tipo de produtos. As Contas Integradas das Empresas permitem uma visão mais desagregada/detalhada do setor empresarial das indústrias agroalimentares (e.g. por categorias de indústria, por dimensão da empresa), com base em indicadores de número de empresas, volume



Autor: J.P., Junta Nacional dos Produtos Pecuários (JNPP); acervo do GPP

de negócios, pessoal ao serviço, entre outros. É feita também uma análise mais detalhada, dirigida para o setor, dos fluxos e Matrizes Simétricas de *Input-Output*. Os autores terminam o artigo com algumas breves constatações sobre a relevância do setor na economia.

O artigo de Sara M. Oliveira *et al.*, do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (INL) começa por explicar a génese desta entidade, em parceria com Espanha e com o apoio da União Europeia. Um dos *clusters*, ou áreas temáticas, do INL dedica-se à investigação de uma *Alimentação para o Futuro*, desenvolvendo-se em três missões: Embalagens alimentares; Personalização alimentar e Controlo e rastreabilidade alimentar. Todas elas têm por objetivo contribuir para sistemas agroalimentares mais sustentáveis, seguros e promotores da saúde humana, animal e ecossistémica. Os autores descrevem o papel da nanociência e da nanotecnologia neste âmbito, fazendo depois uma síntese dos diversos projetos e iniciativas que têm em curso, em múltiplas parcerias institucionais e empresariais.

António Cunha, da Fábrica de Conservas A Poveira, fala do grande dinamismo atual do setor das conservas, sobretudo devido a uma maior consciencialização por parte dos consumidores em relação aos



Melhorar a nutrição dos idosos através da nanotecnologia, Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (INL) [www.inl.int](http://www.inl.int)

benefícios para a saúde deste tipo de alimentos, bem como ao facto de serem produtos “prontos a comer” num tempo em que ninguém tem tempo. No entanto, enumera logo de seguida os desafios que a indústria enfrenta, os quais são, aliás, extensivos a outros setores: sustentabilidade a vários níveis, complexidade da cadeia de abastecimento, mutabilidade nas preferências dos consumidores, oportunidades e constrangimentos da globalização e necessidade de evolução tecnológica, escassez não só de mão de obra, mas também de muitas matérias-primas, dimensão das empresas e competitividade, marcas brancas vs. marcas próprias.

Martin Stilwell, do Grupo HIT, descreve sumariamente a história da indústria do tomate em Portugal, centrando-se em seguida na evolução do setor até ao presente e apresentando números para área plantada, número de produtores, produtividade, produção e transformação, bem como exportação/comercialização e consumo de tomate e derivados do tomate, sublinhando o crescimento dos produtos de maior valor acrescentado. O autor tece considerações sobre a importante relação entre produtores e transformadores e conclui falando sobre o futuro do setor em Portugal e no mundo, assinalando os desafios existentes, mas também as possíveis soluções.

No artigo de Tiago Costa, da Nogam, depois de uma breve contextualização das condições atuais da agroindústria nacional e da importância do setor sob múltiplos pontos de vista, o autor fala da capacidade de resposta aos desafios que surgem constantemente, e da necessidade de investir na internacionalização, na profissionalização, na tecnologia e na gestão da informação. Narra depois o percurso da

empresa desde a sua criação, com uma forte aposta, por um lado, na satisfação das novas tendências de consumo e da procura de alimentos mais saudáveis e mais sustentáveis e, por outro lado, na tecnologia e na digitalização, sem esquecer o combate a todas as formas de desperdício.

Pedro e Álvaro Mendonça fazem uma descrição pormenorizada da evolução do Complexo Agroindustrial do Cachão (CAICA), nas décadas de 1960 e 70, sublinhando o importante contributo que deu para o desenvolvimento não só agroindustrial, mas também social de uma região então muito atrasada. Salientam a personalidade de Camilo Mendonça como mentor e motor de todo o projeto e referem o papel central dos chamados Grémios da Lavoura, e da respetiva Federação do Nordeste Transmontano então constituída, bem como da colaboração estreita com a rede de cooperativas da região. O Plano Integrado elaborado incluía: agricultura e pecuária; industrialização; regadio; mecanização; meios humanos e aspetos sociais. Em epílogo, os autores explicam algumas das razões que levaram ao fim do projeto.

A concluir esta secção, o artigo de João Marques, do GPP, procura dar um panorama sucinto de como as políticas de fomento agroindustrial foram sendo aplicadas em Portugal desde a adesão à então CEE, quando a PAC passou a ser o principal instrumento de política para esse fomento. Após sintetizar a evolução da PAC e da sua aplicação em Portugal, o autor apresenta, para cada um dos sucessivos Quadros Comunitários de Apoio, a estrutura de base, a componente de apoio à agroindústria, uma caracterização muito sintética daquilo em que consistiu esse apoio e um quadro resumindo os resultados obtidos, em termos absolutos e em termos de peso no apoio total ao desenvolvimento rural.

A secção Leituras abre com uma apresentação do recém-lançado Observatório de Preços da Cadeia de Valor Agroalimentar. Segue-se uma recensão do livro *Criar (mais) valor na vinha e no vinho – casos de um ecossistema competitivo*, sobre este importante setor agroindustrial, e conclui-se com uma análise de um documento de trabalho pioneiro do Ministério da Agricultura, *Complexo Agroindustrial – Análise da Interdependência*.

# GRANDES TENDÊNCIAS

---

## **CULTIVAR**

v.t. *TRABALHAR A TERRA PARA TORNÁ-LA FÉRTIL.*

# O Agroalimentar em três tempos

## – Passado, presente e futuro da fileira em Portugal

JAIME PIÇARRA

*Engenheiro Agrónomo*

É comum referir-se que o passado é um presente sem futuro. No entanto, para algumas reflexões, vale a pena ter em conta o enquadramento e a evolução das diferentes conjunturas, políticas, sociais ou económicas das sociedades, para percebermos melhor de onde partimos, como aqui chegámos e até onde queremos ir. Só assim conseguimos perceber o que é possível fazer no curto e médio prazo, sobretudo ao nível da definição das políticas públicas.

Esta reflexão é ainda mais relevante neste momento tão desafiante, tão incerto e complexo, num contexto internacional de enorme instabilidade.

Ainda no rescaldo da pandemia, uma guerra na Ucrânia sem fim à vista, um conflito no Médio-Oriente que poderá “contaminar” toda a região, a existência de tensões políticas e sociais em muitas geografias, tal como o crescente peso do denominado Sul global, caracterizam este contexto. Para ele contribuem, tam-

bém, a recente viragem à extrema-direita na Argentina, nos Países Baixos, e, talvez, nos EUA aquando das eleições presidenciais em 2024. Um futuro incerto parece ser a única certeza, pelo menos para o próximo ano (quicá ainda em 2025), em função das perspetivas e previsões que vão sendo avançadas pelas diferentes instituições internacionais.

E, perante este futuro, afinal, que papel tem o agroalimentar?

### **No passado**

Numa ida ao passado, deparamo-nos com situações delicadas em meados das décadas de 80 e 90 do século XX.

Nestes dois períodos, confrontávamo-nos com enormes *stocks* de leite em pó, manteiga, cereais e carne de bovino, por terem preços mais elevados que os do mercado mundial, o que, devido aos excedentes de produção,

***...vale a pena ter em conta o enquadramento e a evolução das diferentes conjunturas, políticas, sociais ou económicas das sociedades, para percebermos melhor de onde partimos, como aqui chegámos e até onde queremos ir.***

***Um futuro incerto parece ser a única certeza... E, perante este futuro, afinal, que papel tem o agroalimentar?***

baixava preços numa concretização lógica da lei da oferta e da procura. A Europa tinha, assim, dois problemas: custos de armazenagem e pagamento das restituições à exportação para colocar os produtos nos países terceiros. Eram os tempos em que a Política Agrícola Comum (PAC) se constituía como a única política verdadeiramente comum, com um peso na ordem dos 70% do orçamento e os agricultores a terem uma forte representação nos órgãos de consulta (e de decisão) em Bruxelas, designadamente no quadro das Comissões Consultivas de Mercado.

Em 1992, com a reforma MacSharry, foi lançada uma revisão aprofundada, através da qual a nova PAC passou a ter como objetivo reduzir os excedentes (quotas leiteiras, *set-aside*), regular os preços nos consumidores e respeitar o ambiente. Para além dos pagamentos aos agricultores e dos apoios ligados e desligados – sendo mais visíveis os subsídios que tinham de ser garantidos pela harmonização dos preços internos ao mercado mundial –, a novidade foi o conceito de multifuncionalidade da agricultura. Através deste conceito, tornou-se evidente, e assumido, que a Agricultura não tem apenas uma função de produção de alimentos, mas tem, também, outros desígnios igualmente importantes, tais como a oferta de “bens públicos”, de natureza ambiental, de biodiversidade e de proteção do território. De referir que esta reforma foi aprovada pelo então Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação de Portugal, Dr. Arlindo Cunha, Presidente do Conselho em exercício, no âmbito da presidência portuguesa. Esta reforma, com revisão programada para 1999 acabou por dar origem à reflexão em torno da Agenda 2000 que visava dar respostas ao alargamento de 2004. Foi, então, introduzida uma forte componente do desenvol-

***Eram os tempos em que a PAC se constituía como a única política verdadeiramente comum, com um peso na ordem dos 70% do orçamento e os agricultores a terem uma forte representação nos órgãos de consulta (e de decisão)...***

***Foi, então, introduzida uma forte componente do desenvolvimento rural. A PAC ainda representava cerca de 50% do orçamento europeu.***

***... surge a reforma de 2013... A PAC teria de responder a novas preocupações como as alterações climáticas, o bem-estar animal, a segurança dos alimentos e a utilização sustentável dos recursos naturais...***

vimento rural. A PAC ainda representava cerca de 50% do orçamento europeu.

Entretanto, as crises alimentares, fundamentalmente a Encefalopatia Espongiforme Bovina (mais conhecida como BSE) e as dioxinas e as consequentes discussões e reflexões em torno da segurança dos alimentos, do ponto de vista da sua higiene e sanidade, conduziram à publicação do Livro Branco sobre a Segurança dos Alimentos e a toda uma nova estrutura legislativa.

Do ponto de vista político-mediático, temas como a avaliação e comunicação dos riscos alimentares ganham uma dimensão relevante, bem como a sua perceção por parte dos consumidores. Na estrutura da Comissão Europeia, a DG SANTE emerge como uma das mais importantes. Muitos dossiês agrícolas transitam para este novo organismo, com a DG AGRI a perder peso relativo na tomada de decisão. A PAC torna-se, assim, menos agrária e mais alimentar.

Lembramo-nos, por exemplo, de o saudoso Eng.º Armando Sevinate Pinto, então Ministro da Agricultura, ou de o Eng.º Fernando Gomes da Silva, que tutelava esta pasta aquando da crise da BSE, se lamentarem sobre o facto de que nos Conselhos Agrícolas já não se discutia agricultura, mas apenas a segurança dos alimentos.

É neste contexto que surge a reforma de 2013, já num novo processo legislativo de codecisão entre o Conselho e o Parlamento Europeu, introduzido pelo Tratado de Lisboa.

A PAC teria de responder a novas preocupações como as alterações climáticas, o bem-estar animal, a segurança dos alimentos e a utilização



sustentável dos recursos naturais, introduzindo -se a ecologização dos pagamentos diretos (*greening*). É justo referir aqui o papel do ex-Ministro Dr. Luís Capoulas Santos, então ilustre eurodeputado e relator do Parlamento Europeu, que desempenhou um papel notável em todo este processo.

Posteriormente, a 2 de fevereiro de 2017, o então Comissário Phil Hogan lança uma importante consulta pública sobre o futuro da PAC, tendo-se realizado uma Conferência de Alto Nível em 7 de julho desse ano para analisar o balanço dos resultados da consulta e para preparar as bases de mais uma reforma.

Em discussão estavam o futuro das zonas rurais e, pela primeira vez, uma política aberta a toda a sociedade. Existia a noção de que as ajudas ao setor eram mal compreendidas e percecionadas pela opinião pública e publicada e daí decorria a urgência de serem mais bem explicadas para que pudessem ser legitimadas pelos cidadãos. A abertura à Sociedade Civil representou uma inversão acelerada do peso dos representantes da agricultura e da agroindústria nos órgãos de consulta, em função de uma nova representatividade. Os ambientalistas passaram a ter assento nos agora designados Grupos de Diálogo Civil e temas como o bem-estar animal, a saúde animal e plataformas ligadas a novos grupos de interesse ganharam destaque, refletindo um novo quadro institucional.

As consultas públicas, das quais, infelizmente, muitos de nós estão alheados, passaram a ser normais e frequentes, complementando os procedimentos de decisão e assumindo-se, não raras vezes, como um “barómetro” para o Parlamento Europeu e Estados-Membros, e, muitas

vezes, amplificado pelas redes sociais e plataformas digitais.

Na sequência destas consultas, a Comissão apresentou a sua comunicação sobre “O Futuro da Alimentação e da Agricultura”, em novembro de 2017, o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, em maio de 2018, assim como as correspondentes disposições legislativas, em junho de 2018. Iniciou-se, assim, o processo de reforma da PAC pós-2020, concluído em 28 de junho de 2021,

durante a presidência portuguesa da União Europeia pela, então, Presidente em exercício, a Ministra Maria do Céu Antunes.

De acordo com a Comissão Europeia, os objetivos da nova PAC são o de dispormos de uma política mais justa, mais ecológica e mais orientada para os resultados.

## **Chegámos ao presente**

Como sabemos, estamos perante uma nova abordagem, bem mais exigente e que tem de ser quantificada, dotando os Estados-Membros de uma relativa autonomia na elaboração dos planos estratégicos (os PEPAC) em função das suas necessidades e de acordo com os objetivos gerais da União Europeia.

Por outro lado, face a um contexto de crescente preocupação dos cidadãos com as alterações climáticas, a nova arquitetura verde coloca uma tônica muito particular, quiçá demasiado exagerada, nos requisitos ecológicos.

A prometida simplificação ficou, uma vez mais, para as calendas e as contradições introduzidas pela Estratégia “Do Prado ao Prato” levantam importantes desafios, mas

***As consultas públicas, das quais, infelizmente, muitos de nós estão alheados, passaram a ser normais e frequentes, complementando os procedimentos de decisão...***

***... estamos perante uma nova abordagem, bem mais exigente e que tem de ser quantificada...***

***... a nova arquitetura verde coloca uma tônica muito particular, quiçá demasiado exagerada, nos requisitos ecológicos.***

***A prometida simplificação ficou, uma vez mais, para as calendas e as contradições introduzidas pela Estratégia “Do Prado ao Prato” levantam importantes desafios, mas também novas ameaças...***

também novas ameaças, no quadro do contexto internacional em que vivemos.

Com o termo segurança alimentar agora mais representativo do conceito de disponibilidade de alimentos, de preferência a preços acessíveis, importa perguntar se esta nova PAC responde aos desafios atuais ou se não terá de ser (novamente) repensada. Neste presente a que chegámos, são perceptíveis os impactos dos aumentos dos custos de produção nos alimentos, tal como o impacto da inflação, dos juros e das fragilidades e dependências da União Europeia relativamente à China, aos Estados Unidos da América (EUA) e à América do Sul. Também é perceptível o papel da União Europeia na cadeia de abastecimento global. Recorde-se que a Europa não é uma ilha e que estamos claramente na presença de um mundo bipolar.

## **Temos de ter um futuro**

Na nossa opinião, com a crescente ajuda da União Europeia à Ucrânia, o prometido alargamento começa a ser uma realidade que se perspetiva no quadro do Pacote Alargamento de 2023<sup>1</sup>. Este pacote apresenta-nos uma avaliação pormenorizada do ponto de situação e dos progressos realizados pela Albânia, a Bósnia-Herzegovina, o Kosovo, o Montenegro, a Macedónia do Norte, a Sérvia, a Turquia e também, pela primeira vez, a Ucrânia, a República da Moldávia e a Geórgia relativamente aos seus percursos de adesão à União Europeia.

Tal alargamento não será possível sem a introdução de reformas que deverão abranger a PAC, uma

discussão que, aparentemente, é lançada em 2024 (pelo menos, já confirmada pela COPA/COGECA) e que, tendo como pano de fundo as lições a retirar do aprofundamento das relações com a Ucrânia e do papel deste país como inegável potência agrícola, abordará temas como as ajudas diretas, os bens públicos, a reserva de crise e os modelos de financiamento.

De resto, convém também recordar o discurso da Presidente von der Leyen sobre o Estado da União<sup>2</sup>, no qual reconhece o papel do Setor Agroalimentar na resposta às recentes crises, tal como a sua notável resiliência e a sua capacidade de adaptação, e convida, ao mesmo tempo, a uma discussão aberta sobre o futuro da agricultura e da alimentação.

Curiosamente, continua a notar-se a ausência de discussão acerca da necessidade de se imporem a países terceiros, dos quais a UE importa bens alimentares, as mesmas regras, ou normas equivalentes às que são aplicadas internamente ao nível da segurança alimentar, bem-estar animal, ambiente e sustentabilidade. Onde estão as *mirror clauses* tão acarinhadas durante a presidência francesa?

Não temos dúvidas de que, perante os novos desafios da sustentabilidade (em todas as suas componentes) e do bem-estar animal, que se concretizam nas políticas de transição energética e nas metas, apesar de não vinculativas, da Estratégia “Do Prado ao Prato” e do Pacto Ecológico Europeu, é a segurança alimentar que vai estar no centro da agenda política.

***... o prometido alargamento da UE... não será possível sem a introdução de reformas que deverão abranger a PAC...***

***... perante os novos desafios da sustentabilidade (em todas as suas componentes) e do bem-estar animal...***

***... é a segurança alimentar que vai estar no centro da agenda política.***

***... convém, então, lembrar que a própria FAO ainda recentemente declarou que não devemos sacrificar a segurança alimentar em nome da sustentabilidade.***

<sup>1</sup> [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip\\_23\\_5633](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_23_5633)

<sup>2</sup> [https://state-of-the-union.ec.europa.eu/index\\_pt](https://state-of-the-union.ec.europa.eu/index_pt)

A este propósito convém, então, relembrar que a própria FAO ainda recentemente declarou<sup>3</sup> que não devemos sacrificar a segurança alimentar em nome da sustentabilidade. É também essa, claramente, a nossa opinião.

## **E em Portugal, como está o nosso futuro?**

A Indústria da Alimentação e Bebidas representa um volume de negócios na ordem dos 22,4 mil milhões de euros, ou seja, 17,6% da indústria transformadora.

É, inegavelmente, o grande cliente da agricultura e motor do seu desenvolvimento. São evidentes as sinergias entre ambos e a evolução mútua, cada vez mais em termos de fileira ou através de integrações empresariais. A agricultura é, também, fornecedora de consumos intermédios de alguns outros subsectores, destacando-se neles os alimentos para animais, que têm um peso de 49,3% do total dos *inputs* das explorações agropecuárias.

A competitividade da denominada “indústria pecuária” – a produção de carne, leite, ovos e aquicultura – depende, como se constatou no início da invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022, dos preços das matérias-primas e da evolução dos preços dos alimentos compostos para animais. Porque a cadeia alimentar começa verdadeiramente no solo, importa, pois, conter os custos de produção, alimentos para animais, fertilizantes, e fitofármacos, apoiar estes setores, mas, sobretudo, os produtores, com ajudas robustas e previsibilidade. Só assim é possível manter os preços da alimentação viáveis para produtores e razoáveis para consumidores.

Pese embora o setor agroalimentar tenha sido assumido como uma área de refúgio durante o período da *troika*, uma das conclusões que se podem retirar num estudo recente do GPP, e sobretudo nas séries

longas, é a de que o seu crescimento tem sido relativamente anémico. Existe ainda um déficit elevado, na ordem dos 5 mil milhões de euros.

Nada disto é novidade, apesar da excelência de algumas empresas agrícolas e agroalimentares, apesar da melhoria nos sistemas de controlo de qualidade, da eficiência e da implementação das mais modernas tecnologias. Ainda é curto. Parece que não descolamos. Mesmo quando aumentamos o VAB (Valor Acrescentado Bruto) o que aconteceu na sequência da guerra, tal ficou a dever-se aos aumentos de preços via mercado (e custos) e não a produtos de maior valor acrescentado, diferenciadores ou inovadores. Só quando incluímos a componente florestal é que o déficit diminui significativamente, mas subsiste o problema na indústria alimentar.

É este o contexto em que trabalhamos e sabemos que os próximos anos não vão ser fáceis, pelo contrário.

### ***A Indústria da Alimentação e Bebidas...***

***É, inegavelmente, o grande cliente da agricultura e motor do seu desenvolvimento.***

***...mas o crescimento do setor agroalimentar tem sido relativamente anémico.***

Nem do lado da oferta – com tantas restrições em termos de regulação e de natureza ambiental, com mais custos –, nem do lado da procura – com consumidores claramente com menor poder de compra.

Nos casos específicos da alimentação animal e da moagem, fornecedores de bens essenciais, é sabido que uma componente relevante das importações são os cereais e as oleaginosas, o que, à data de hoje, contribui para agravar o déficit, mas a solução para o conter não pode passar pela redução da pecuária, ou do consumo de pão e derivados. Temos de criar condições para aumentar a produção agrícola e para aproximar a agricultura da indústria.

Confrontamo-nos, igualmente, com problemas estruturais que se arrastam há décadas, em sucessivos governos: o licenciamento, os custos de contexto

<sup>3</sup> <https://www.euractiv.com/section/agriculture-food/news/fao-official-eu-shouldnt-sacrifice-food-output-in-sustainability-name/>

caracterizados por inúmeras taxas e taxinhas, a gestão da água, os recursos humanos e a respetiva qualificação, a falta de visão integrada das infraestruturas portuárias que se concretiza no funcionamento deficiente da SILOPOR e nos desafios da armazenagem e do funcionamento equilibrado ao longo da cadeia alimentar (terá a PARCA<sup>4</sup> futuro?). Também a falta de apoio às exportações tem sido um fator de bloqueio, condicionando o nosso desenvolvimento e afirmação.

Finalmente, a revisão da política fiscal que, mais uma vez, não foi contemplada no Orçamento de Estado para 2024. Temos aqui, pelo menos, duas questões para a próxima legislatura: a baixa do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e a sua harmonização relativamente à média europeia; a manutenção das isenções de que o setor beneficia e que, tendo em conta as perspetivas para o próximo ano, é essencial que se mantenham em 2024.

No que respeita ao IVA, não é aceitável que tenhamos uma taxa de 23% para produtos transformados que são adquiridos nos supermercados, mas que passam a ser taxados a 13% quando disponibilizados pela restauração. Não é, igualmente, admissível que os alimentos para animais de companhia sejam taxados a 23%. Uma vez mais, defendemos que sejam tributados a 13%, promovendo a saúde e o bem-estar animal e sendo um elemento dissuasor do abandono, uma realidade que não parece dar tréguas e que só nos envergonha enquanto sociedade.

***Confrontamo-nos, igualmente, com problemas estruturais que se arrastam há décadas, em sucessivos governos: o licenciamento, os custos de contexto ...***

***... a gestão da água, os recursos humanos e a respetiva qualificação, a falta de visão integrada das infraestruturas portuárias...***

***...a revisão da política fiscal que, mais uma vez, não foi contemplada no Orçamento de Estado para 2024.***

***As proteínas são macronutrientes essenciais na nutrição humana, tendo em vista dietas equilibradas e saudáveis e, embora a principal fonte de proteína para os humanos seja a carne e outros produtos de origem animal, o facto é que a alimentação animal é deficitária em fontes de proteína...***

É necessário iniciar um debate sério e construtivo, para que o IVA seja alinhado com a média europeia em todos os produtos alimentares. Por outro lado, numa altura em que é tão importante a inovação, não se compreende que os produtos inovadores, apenas porque inovam, sejam taxados de imediato a 23%.

Em Bruxelas, estão em curso, ou já com legislação publicada, dossiês tão relevantes como a utilização sustentável de pesticidas, o bem-estar animal (designadamente, no transporte e no fim da utilização de gaiolas), as cadeias livres de desflorescência, os sistemas alimentares sustentáveis, as práticas comerciais desleais, os relatórios de sustentabilidade das empresas, as novas técnicas genómicas (reconhecidas como muito relevantes para a sustentabilidade da agricultura) ou o plano europeu para a proteína, absolutamente estratégico, e transversal a todo o setor.

Trata-se de um conjunto de propostas merecedoras de particular cuidado, de estudos sérios de impacto, sem populismos ou demagogias, olhando para o “mundo real”, porque corremos o risco de criar disrupções e ruturas nas

cadeias de abastecimento, pelas diferentes visões e normas entre a União Europeia e os nossos principais competidores (e fornecedores) no mercado mundial. Aliás, a Portugal interessa cada vez mais a promoção do multilateralismo nas relações comerciais, contra o crescente protecionismo que tende a imperar em muitas geografias e, infelizmente, em alguns Estados-Membros da União Europeia.

<sup>4</sup> Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Alimentar

O exemplo da proteína é paradigmático.

As proteínas são macronutrientes essenciais na nutrição humana, tendo em vista dietas equilibradas e saudáveis e, embora a principal fonte de proteína para os humanos seja a carne e outros produtos de origem animal, o facto é que a alimentação animal é deficitária em fontes de proteína, sobretudo de alto teor proteico e ainda mais se tivermos em conta a alimentação de suínos e aves. É, assim, importante reduzir a dependência da União Europeia nesta matéria e, como tal, todas as fontes devem ser consideradas – algas, insetos, coprodutos da indústria alimentar ou dos biocombustíveis –, para além da promoção das proteaginosas. Até que a Plena Economia Circular possa ser uma realidade na União Europeia, convém assumir que a nossa dependência, nomeadamente da soja, vai demorar alguns anos a resolver – segundo a Comissão, iremos necessitar ainda de 17,5 milhões de toneladas de oleaginosas em 2032 –, pelo que é muito relevante não criar entraves legais ou barreiras técnicas às importações.

O último relatório da Comissão sobre as perspetivas de médio prazo 2022/2032<sup>5</sup> prevê uma expansão das áreas de soja e de proteaginosas até 825 000 ha na próxima década na União Europeia, com a soja a aumentar 33% e as leguminosas 55%, situando-se nas 6,7 milhões de toneladas, dos quais, 3,9 milhões serão destinadas à alimentação animal e 2,6 milhões de tons ao consumo humano.

No que respeita a perspetivas sobre o futuro, não podemos deixar de referir que outras análises apontam para um menor consumo de carne de bovino e suíno (-7,8% e -4,0%, respetivamente), com a carne

de aves em alta até 2032 (+3,0%). O consumo de alternativas vegetais e sobretudo a carne de laboratório tenderão a ser marginais, pelo menos, num futuro próximo, apesar de as dietas vegetarianas, veganas e flexitarianas serem tendências em crescimento, em particular junto dos mais jovens.

O consumo de vegetais, sobretudo frutas e hortícolas, deverá aumentar seguramente. As preocupações com as dietas saudáveis e sustentáveis serão cada vez mais uma realidade, mas convém

que a alimentação saudável tenha em conta os estilos de vida, também saudáveis, dietas equilibradas e avaliações nutricionais baseadas em critérios científicos e não na diabolização de alimentos ou ingredientes, como acontece atualmente com o sal, as gorduras e o açúcar.

No horizonte do futuro está, também, como já referimos, as ameaças do protecionismo que são um sério risco em muitas geografias.

Por isso, a visão sobre a Estratégia de Autonomia Aberta<sup>6</sup>, apresentada pela presidência espanhola da União Europeia e cuja discussão irá decorrer, certamente, nos próximos meses, representa uma resposta aos enormes desafios que temos pela frente.

Responder às tendências e exigências dos consumidores, da opinião pública, aos desafios sociais, mas criando condições em Portugal para a afirmação do Agroalimentar tem de ser um desígnio de todos e assumido pelo próximo governo.

Com eleições legislativas em março, europeias em junho, um novo Governo em Portugal em abril e uma

**... convém que a alimentação saudável tenha em conta os estilos de vida, também saudáveis, dietas equilibradas e avaliações nutricionais baseadas em critérios científicos e não na diabolização de alimentos ou ingredientes...**

**Responder às tendências e exigências dos consumidores, da opinião pública, aos desafios sociais, mas criando condições em Portugal para a afirmação do Agroalimentar tem de ser um desígnio de todos e assumido pelo próximo governo.**

<sup>5</sup> [https://agriculture.ec.europa.eu/system/files/2023-04/agricultural-outlook-2022-report\\_en\\_0.pdf](https://agriculture.ec.europa.eu/system/files/2023-04/agricultural-outlook-2022-report_en_0.pdf)

<sup>6</sup> <https://futuros.gob.es/en/our-work/OSA>

Comissão Europeia e Parlamento que deverão iniciar funções no último trimestre de 2024, durante a Presidência da Hungria, sabemos que não teremos tarefa fácil.

Perante tantos dossiês complexos, que se interligam, e para os quais vamos necessitar de múltiplas abordagens e de parcerias com outras áreas governativas (ambiente, saúde, economia, coesão, infraestruturas), é ainda mais importante que Por-

tugal tenha um Ministério da Agricultura e Alimentação forte, politicamente relevante, requalificando as competências e os recursos humanos de que dispõe. Que coloque a Agricultura e Alimentação no centro da agenda política, como um setor absolutamente estratégico.

Porque existe futuro para o Agroalimentar, não podemos aceitar que nos condenem à indiferença e ao empobrecimento.

# Indústria portuguesa agroalimentar – Desafios e perspectivas futuras

PEDRO QUEIROZ

*Diretor-Geral da Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares (FIPA)\**

## Um setor resiliente

A indústria portuguesa agroalimentar tem vindo a afirmar-se como o maior setor de base industrial e integra uma das fileiras estratégicas para a dinamização da economia nacional. Com mais de 11 mil empresas e cerca de 110 mil postos de trabalho diretos e mais de 500 mil indiretos, o setor é responsável por um volume de negócios que estará a caminhar para um recorde de 19 mil milhões de euros no final de 2023 (projeções FIPA com base INE).

No ano 2022, as exportações ultrapassaram pela primeira vez a barreira dos 7 mil milhões de euros (INE: ramos 10 e 11 da CAE rev.3), o que demonstra a ambição do setor e o reconhecimento externo da qualidade dos produtos nacionais. Apesar de algum abrandamento, ainda será possível atingir nova fasquia no final de 2023.

***Resiliente é a palavra que caracteriza um setor que, num contexto económico e social bastante desafiante, contraria diariamente a tendência de estagnação e reafirma o seu potencial de crescimento e desenvolvimento, assente numa capacidade produtiva com recurso a novas tecnologias... e onde a ecoeficiência é uma das bandeiras.***

É uma indústria com desempenhos de excelência no que respeita à segurança dos alimentos, com inovação permanente ao nível da qualidade nutricional, com compromissos assumidos na transição para uma economia mais sustentável e que, apesar dos tempos de enorme volatilidade, tudo tem feito para manter a sua capacidade produtiva e a viabilidade económica. Se dúvidas houvesse, na conjuntura gerada pela pandemia e, posteriormente, pela guerra, as empresas do setor afirmaram o seu papel insubstituível, mesmo quando as disrupções no dinamismo da cadeia de valor agroalimentar se conjugaram numa tempestade perfeita.

Resiliente é, por isso, a palavra que caracteriza um setor que, num contexto económico e social bastante desafiante, contraria diariamente a tendência de estagnação e reafirma o seu potencial de crescimento e desenvolvimento, assente numa capacidade produtiva com recurso a novas tecnologias, que resulta em

\* <https://www.fipa.pt/>

produtos inovadores, com um *design* de embalagens moderno e onde a ecoeficiência é uma das bandeiras. Tudo isto a par de alimentos seguros e saudáveis e onde não pode ser esquecida a boa relação preço/qualidade.

Antecipar tendências e construir um caminho robusto para a esta indústria é, por consequência, a ambição do setor e de cada empresa que o compõe. Investir em Portugal e no agroalimentar significa estar presente na vanguarda da inovação, onde o trabalho é feito em parceria, por exemplo, com a academia, e tem sempre como foco o consumidor.

### **Construir sistemas alimentares sustentáveis**

O mundo enfrenta desafios ambientais, económicos e sociais a uma escala nunca antes vista, pelo que se impõe a construção de sistemas alimentares resilientes e sustentáveis que possam enfrentar os novos tempos, garantir a segurança alimentar e proteger o planeta. Para evitar consequências irreversíveis e desastrosas para as gerações vindouras, o combate às alterações climáticas tem de estar na prioridade das agendas.

A produção de alimentos “do prado ao prato” representa 30% do total das emissões de carbono na União Europeia, sendo a fase de transformação responsável por 3% do total dessas emissões. No entanto, a alimentação é uma das primeiras vítimas das alterações climáticas. Assim, a indústria agroalimentar está bem posicionada não apenas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa das suas próprias operações, mas também para trabalhar com os diferentes parceiros para intensificar a redução ao longo de toda a cadeia de valor. Simultaneamente, tem de enfrentar desafios ambientais inter-relacionados, nomeadamente o desperdício alimentar, a desflorestação e o aprovisionamento insustentável.

***Como um dos principais utilizadores de embalagens, a indústria alimentar e das bebidas tem um papel importante a desempenhar na melhoria da circularidade das mesmas e na promoção de soluções inovadoras.***

podem ter impactos ambientais adversos. Quando as embalagens são descartadas, em vez de reutilizadas ou recicladas, os danos ambientais para o nosso planeta são exacerbados. Como um dos principais utilizadores de embalagens, a indústria alimentar e das bebidas tem um papel importante a desempenhar na melhoria da circularidade das mesmas e na promoção de soluções inovadoras.

A transição para sistemas alimentares sustentáveis exigirá investimentos significativos ao nível das práticas e das inovações necessárias para transformar a forma como cultivamos, fabricamos e consumimos alimentos e bebidas.

### **Investigação e Inovação**

A investigação e a inovação (I&I) são fundamentais para tornar os sistemas alimentares mais sustentáveis, resilientes, inclusivos e promotores de uma alimentação cada vez mais saudável. Embora a indústria agroalimentar esteja ativamente envolvida nos diversos processos, não pode alcançar sozinha todas as respostas. O investimento público em I&I colaborativas é essencial para encontrar novas soluções para os desafios que enfrentamos, como o combate às alterações climáticas, a perda de biodiversidade e o apoio a regimes alimentares mais saudáveis e sustentáveis.

***Atualmente, a maior fatia da inovação é incremental, composta por pequenas inovações contínuas e graduais.***

Atualmente, a maior fatia da inovação é incremental, composta por pequenas inovações contínuas e graduais. Temos uma indústria agroalimentar bastante madura na maior parte das categorias, o que permite utilizar o conhecimento e o domínio sobre o negócio para ir dando



respostas aos desafios do mercado e às exigências dos consumidores, procurando manter os níveis de competitividade.

Esta tipologia de inovação exige investimentos mais baixos e comporta riscos menores, permitindo proteger o modelo de negócio.

Podemos dar como exemplos as novas texturas ou sabores nos produtos lácteos, a introdução de novos ingredientes nos produtos de panificação, a diversidade que hoje encontramos no setor das bebidas, os novos formatos de consumo de café ou a reformulação nutricional que está hoje a ser desenvolvida no âmbito de um compromisso público – também ele inovador – em categorias como os cereais de pequeno-almoço, refrigerantes, néctares, *snacks*, leites achocolatados ou iogurtes.

Temos igualmente inovação incremental em setores mais tradicionais como o azeite ou as conservas. Estar fora deste patamar de inovação é hoje um enorme risco. No entanto os desafios não se ficam por aqui e temos muitas categorias que estão a introduzir inovações mais disruptivas.

Curiosamente, um dos principais investimentos tem sido ao nível das embalagens, como resposta aos permanentes desafios da segurança dos alimentos e das preocupações ambientais. Mas a indústria procura ir mais longe, estudando e introduzindo novos ingredientes, tais como as farinhas de insetos, ou adaptando a composição dos produtos a necessidades específicas (sem glúten ou sem lactose).

O consumidor está a ter um papel cada vez mais ativo e influente ao nível da criação ou alteração dos produtos alimentares. Quer ter um maior controlo ao nível dos ingredientes – dando prioridade a produtos considerados mais naturais –, privilegia a relação

entre os alimentos e a sua saúde – desde a composição nutricional à prevenção de fatores de risco – e tem como critério de escolha valores como a pegada ambiental, o combate ao desperdício ou a defesa dos pequenos produtores e trabalhadores.

***Esta tipologia de inovação exige investimentos mais baixos e comporta riscos menores, permitindo proteger o modelo de negócio.***

Apesar destas tendências, temos de ter a consciência que, para muitos consumidores, o fator preço é a grande prioridade, continuando a ser muito influenciados por campanhas promocionais no ponto de venda. Infelizmente, temos também muita desinformação, em particular nos meios digitais, que leva ao surgimento de modas ou perceções que fogem às evidências científicas e que em nada contribuem para a valorização do trabalho bastante positivo que a indústria tem feito.

## **Transição tecnológica e emprego**

À medida que a transição tecnológica no setor agroalimentar vai fazendo o seu caminho, é expectável que os fatores competitivos assentem prioritariamente na capacidade de criar valor por via da otimização de processos, com recurso a sistemas digitais e linhas de produção automatizadas, o que coloca às empresas crescentes desafios ao nível do recrutamento.

Cada vez mais os trabalhadores serão contratados para desempenhar funções assentes no conhecimento especializado. De facto, trabalhar num ambiente onde a produção e o *layout* fabril estão organizados para acomodar os princípios da indústria 4.0 é completamente diferente de uma envolvente de linhas tradicionais.

O ambiente digital impacta a organização do trabalho, as tarefas a realizar e as tecnologias a utilizar, criando necessidades muito específicas ao nível das

***O consumidor está a ter um papel cada vez mais ativo e influente ao nível da criação ou alteração dos produtos alimentares. Quer ter um maior controlo ao nível dos ingredientes ... privilegia a saúde... e tem como critério de escolha valores como a pegada ambiental, o combate ao desperdício ou a defesa dos pequenos produtores e trabalhadores.***

competências a integrar e que podem ser estruturadas em três categorias: manuais, cognitivas e as chamadas *soft skills*, as “competências humanas”, sendo que as competências digitais implicam uma abordagem transversal.

As competências cognitivas representam a categoria cuja importância relativa na produção alimentar e na logística tenderá mais a aumentar em resultado da implementação de sistemas automatizados e digitalizados. Relacionam-se com a capacidade de pensar, agir e comunicar, o que dá relevância à leitura, à escrita e ao cálculo enquanto competências centrais.

Mesmo numa indústria 4.0 a tecnologia, de forma isolada, não é uma solução, é uma facilitadora. Significa isto que sem mão de obra devidamente qualificada será muito difícil atingir todo o potencial da tecnologia; é aqui que entroncam as competências humanas. Ou seja, o conhecimento e a experiência dos processos, dos materiais e das suas combinações, de forma a explorar todo o potencial de produção de alimentos seguros e de qualidade e de melhoria dos processos. Nesta era industrial, as competências humanas ganham uma nova dimensão, em particular ao nível do ajustamento das tecnologias automatizadas e dos melhores níveis de desempenho.

Antecipa-se assim que as competências dos futuros trabalhadores da indústria alimentar 4.0 possam vir a ser ilustradas pelos seguintes exemplos: um “super-técnico” altamente especializado, com competências adequadas ao nível das tecnologias de informação, da capacidade de interpretar as necessidades emergentes do processamento alimentar moderno e da alta propensão para a mudança. Capaz de lidar com cenários de crescente complexidade e

***Mesmo numa indústria 4.0 a tecnologia, de forma isolada, não é uma solução, é uma facilitadora. Significa isto que sem mão de obra devidamente qualificada será muito difícil atingir todo o potencial da tecnologia; é aqui que entroncam as competências humanas.***

***Os ambiciosos objetivos de sustentabilidade só podem ser alcançados se todos os intervenientes trabalharem em conjunto. A cadeia alimentar global é um sistema longo e complexo, com múltiplos intervenientes envolvidos muito antes de um agricultor lançar uma semente no solo e muito depois de um consumidor ingerir um alimento.***

assumir mais responsabilidades. Dominar um conjunto de competências mais amplo e ser flexível para alternar entre diferentes tarefas. Saber lidar com o sentido de controlo externo, devido aos fluxos de dados *online* e em tempo real.

As oportunidades de emprego mudam constantemente. Para que as pessoas estejam em condições de encontrar novas oportunidades de trabalho, a sua base de competências deve ser atualizada. Por conseguinte, o tecido empresarial e o sistema de ensino devem encontrar formas de promover a aprendizagem contínua e o reconhecimento das competências dos trabalhadores. Isto vai para além da indústria agroalimentar.

## **O futuro deve ser colaborativo**

Atribuída a um provérbio africano, a frase “Se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá em grupo” dá o mote para a forma como deve ser enfrentado o futuro da produção e distribuição alimentar.

Os ambiciosos objetivos de sustentabilidade só podem ser alcançados se todos os intervenientes trabalharem em conjunto. A cadeia alimentar global é um sistema longo e complexo, com múltiplos intervenientes envolvidos muito antes de um agricultor lançar uma semente no solo e muito depois de um consumidor ingerir um alimento.

A indústria agroalimentar está no centro de muitos destes circuitos e, como tal, tem um papel vital de coordenação com os atores a montante e a jusante da cadeia alimentar. Para preparar os sistemas alimentares do futuro, precisamos de parcerias mobilizadoras entre agricultores, sociedade civil, decisores políticos e empresas de vários setores.

# A indústria agroalimentar

## – Sustentabilidade e desafios da transição energética

JAIME BRAGA

*Engenheiro mecânico*

A indústria agroalimentar, pela sua natureza e finalidade, assume desafios que vão muito além dos critérios de eficiência, os quais também tem de enfrentar.

São regras estritas que condicionam a escolha das matérias-primas, os processos e substâncias que podem ser escolhidos, as formas de energia a adotar e, também, em muitos casos, o carácter perecível dos produtos que são colocados no mercado.

Além disso, as garantias de qualidade alimentar, a responsabilidade que impõe deveres acrescidos aos fabricantes e, em seguida, aos detentores das marcas, as exigências de genuinidade dos produtos de que resultou a sofisticação crescente do tipo de embalagens, sobrepõem-se a soluções simplistas de economia de recursos.

Enfrentam-se agora desafios mais exigentes:

- Redução do desperdício alimentar;
- Otimização da circularidade no uso dos recursos;
- Eficiência energética;
- Redução drástica das emissões de gases de estufa.

***... as garantias de qualidade alimentar, a responsabilidade que impõe deveres acrescidos aos fabricantes, ... as exigências de genuinidade dos produtos, ... sobrepõem-se a soluções simplistas de economia de recursos.***

***Propõe-se analisar o percurso do setor agroalimentar e identificar algumas das vias para se alcançarem os objetivos impostos pelas condicionantes climáticas, materializados através das metas europeias definidas para a transição energética.***

A todas estas condicionantes será necessário dar resposta. Resposta complexa porque, frequentemente, estas condicionantes são de difícil compatibilização.

Propõe-se, neste contributo, analisar o percurso do setor agroalimentar nos últimos anos e identificar algumas das vias que estão disponíveis para se alcançarem os objetivos impostos pelas condicionantes climáticas, materializados através das metas europeias definidas para a transição energética.

## A evolução dos consumos de energia no setor agroalimentar

Para efeitos de avaliação do percurso do setor agroalimentar no que respeita ao seu perfil de consumo de energia, utilizar-se-á como ponto de partida o ano de 2005 por ser o ano de referência adotado na proposta de Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030).

Serão utilizados os consumos indicados nos Balanços Energéticos Nacionais disponibilizados pela DGEG (Direção-Geral de Energia e Geologia).

De igual modo, os perfis de consumo analisados terão em conta o que as empresas deste setor da indústria transformadora utilizaram diretamente e, adicionalmente, no caso de estarem associadas a uma instalação de cogeração, o que receberam e aproveitaram sob a forma de calor.

No entanto, para efeito da estimativa de emissões, no caso da parcela calor, serão consideradas as emissões dos combustíveis consumidos nas instalações de cogeração atribuíveis ao calor, já que as que forem consideradas para a produção de eletricidade serão contabilizadas no conjunto mais vasto da produção nacional de eletricidade.

### Quadro 1 – Consumos energéticos do setor agroalimentar

Unidade: tonelada equivalente de petróleo (tep)

Forma de energia	2005	2022	Diferença
GPL (gás de petróleo liquefeito)	29.408	16.532	-44,0%
Gasolina	1.645	-	-
Gasóleo	35.975	10.643	-70,0%
Fuelóleo	101.330	18.237	-82,0%
Gás Natural	62.850	161.699	+257,0%
Eletricidade	145.746	185.883	+27,0%
Calor (cogeração)	41.468	22.704	-45,0%
Lenhas	88.772	37.534	-58,0%
Biogás	-	2.529	-
Outras renováveis	3.371	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>510.565</b>	<b>455.781</b>	<b>-11,0%</b>

Fonte: DGEG (Balanços Energéticos Nacionais 2005 e 2022)

### Quadro 2 – Consumos energéticos das instalações de cogeração associadas ao setor agroalimentar

Unidade: tep

Forma de energia	2005	2022
A – Combustíveis utilizados		
Fuelóleo	37.175	12.934
Gás Natural	45.069	35.450
Total combustíveis	82.244	48.384
B – Formas de energia produzidas		
Eletricidade	20.966	8.558
Calor	41.468	22.704
Total produzido	62.434	31.262
Rendimento médio	75,9%	64,6%

Fonte: DGEG (Balanços Energéticos Nacionais 2005 e 2022)

Os Quadros 1 e 2 comparam perfis e consumos separados por 18 anos e mostram bem a evolução verificada no setor (e no país) neste período de tempo:

- **Os consumos de derivados do petróleo caíram 73%**

Esta redução terá como causas principais o cumprimento da legislação ambiental sobre poluição atmosférica, a limitação dos custos relativos às emissões de gases de estufa e, também, o melhor rendimento energético na utilização e gás natural.

- **O consumo de gás natural quase triplicou**

Este setor, tal como a restante indústria transformadora, foi estimulado no sentido da mudança para este combustível:

- Cumprimento dos limites legais da poluição atmosférica;
- Menos emissões de gases de estufa;
- Maior segurança alimentar por redução das emissões de partículas.

- **O consumo de eletricidade** cresceu 27% em quantidade, mas, no cômputo total do consumo deste setor, passou de 28,5%, em 2005, para 40,8%, em 2022.

Dadas as condicionantes específicas do setor (segurança alimentar, preservação da sua qualidade e sabor), este “salto” na importância da eletricidade no conjunto da energia consumida qualifica bem a sua evolução em termos de transição energética.

- **O recurso à cogeração**

A necessidade (praticamente imposta por lei) de descontinuidade no uso do fuelóleo e dos motores de combustão como combustível e como tecnologia de cogeração, aliada a uma evolução pouco atrativa da valorização da eletricidade e, sobretudo, a um maior nível de exigência quanto ao rendimento destes processos, fizeram cair o contributo das cogerações deste setor para cerca de metade em termos energéticos e no período em causa.

- **O recurso à bioenergia**

A bioenergia, que é hoje bastante valorizada nas estratégias de transição energética, foi neste período objeto de políticas contrárias, quer por legislação ambiental desfavorável, quer por razões logísticas e de disponibilidades do mercado em ofertas atrativas em preço e em qualidade.

## A evolução das emissões de gases de estufa no setor agroalimentar

Nesta análise, serão apenas consideradas as emissões devidas aos processos de combustão, excluindo-se as próprias da produção de eletricidade e as que são devidas aos processos tecnológicos usados, designadamente emissões fugitivas ou de processo.

O objetivo da análise é caracterizar e fornecer pistas para a otimização do “mix” de aquisição de energias no mercado.

Por outro lado, só poderão ser objeto de análise as emissões relativas à produção nacional de produtos alimentares.

Esta lacuna é grave, é recorrente, e inquina o rigor que se impõe nas avaliações das situações setoriais.

As importações de bens alimentares deveriam ser objeto de identificação da sua pegada carbónica; tal será o mínimo em termos de equidade.

Em 2005, e utilizando os fatores de emissão constantes do Despacho n.º 17313/2008 da DGEG<sup>1</sup>, o setor agroalimentar, devido aos combustíveis utilizados diretamente e aos que poderão ser atribuídos à parcela calor produzida nas instalações de cogeração que lhe estão associadas, foi responsável pela emissão de cerca de 850.000 toneladas de CO<sub>2</sub>, para um consumo total de energia de 510.565 tep.

Em 2022, e utilizando os mesmos critérios, o setor agroalimentar emitiu cerca de 670.000 toneladas de CO<sub>2</sub>, para um consumo total de energia de 455.781 tep.

### Quadro 3 – Emissões de gases de estufa por processos de combustão no setor agroalimentar

Unidade: ton CO<sub>2</sub> / tep

	2005	2022	Varição
Consumo de energia	510.565 tep	455.781 tep	-7,0%
Emissões CO <sub>2</sub>	850.000 ton CO <sub>2</sub>	670.000 ton CO <sub>2</sub>	- 12,0%

Fonte: Própria, com base nas publicações da DGEG

O caminho a percorrer até 2030 implicará investimento, maior eletrificação e disponibilidade dos mercados da energia na oferta de combustíveis mais descarbonizados: biometano, biomassa, combustíveis de baixo carbono.

Será necessário também o cálculo das emissões deste setor por unidade de valor acrescentado.

Em 2005, e segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística), o Valor Acrescentado

Bruto – VAB deste setor foi de 3.182,4 M€ o que, a preços de 2022, seria convertido para 4.188,7 M€.

***O caminho a percorrer até 2030 implicará investimento, maior eletrificação e disponibilidade dos mercados da energia na oferta de combustíveis mais descarbonizados: biometano, biomassa, combustíveis de baixo carbono.***

***Será necessário também o cálculo das emissões deste setor por unidade de valor acrescentado.***

<sup>1</sup> <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/17313-2008-3397117>

Em 2022, de acordo com a estimativa do GPP (Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral), o VAB deste setor foi de 5.342 M€.

A preços constantes de 2022, em 2005 foram emitidos 203 kg CO<sub>2</sub>/1.000 € e, em 2022, apenas 125 kg CO<sub>2</sub>/1.000€.

A evolução aparente é muito significativa, pelo que se considera necessário o desdobramento entre produção nacional e importações de produtos finais para uma análise que permita conclusões válidas para suporte de políticas e de decisões.

## Perspetivas para a transição dos consumos de energia no setor agroalimentar

### • Os combustíveis derivados do petróleo

O consumo de fuelóleo é hoje residual (menos de 20% do que se verificava em 2005 e terá de ser substituído por gás descarbonizado).

O consumo de GPL ainda é significativo, não será eliminável a curto prazo, mas o desenvolvimento do mercado do biometano pode constituir a solução mais viável e próxima.

Os consumos de gasóleo de aquecimento terão de ser reconvertidos para gás ou para alternativas de mais baixo carbono (sintéticos ou bio-combustíveis).

### • O gás natural

O gás a ser veiculado pelas redes que hoje transportam gás natural terá certamente percentagens crescentes de biometano e o máximo possível de hidrogénio. Esta responsabilidade é do Sistema Nacional de Gás.

### • A bioenergia

O regresso à biomassa sólida, designadamente “pellets”, será, nalguns casos, a solução mais interessante.

A organização do setor de produção de biometano será, certamente, muito mais interessante

***A evolução aparente é muito significativa, pelo que se considera necessário o desdobramento entre produção nacional e importações de produtos finais para uma análise que permita conclusões válidas para suporte de políticas e de decisões.***

para o setor agroalimentar, que é uma das fontes de matéria-prima para a produção deste gás renovável.

Já em 2016, o LNEG (Laboratório Nacional de Energia e Geologia), no seu estudo sobre o potencial de produ-

ção nacional de gases renováveis, biometano e “Syngas”, identificou a possibilidade de produção nacional de biometano em cerca de 750.000 tep/ano, e de gás de síntese (“Syngas”) de origem agroflorestal em cerca de 950.000 tep/ano.

Concretamente, no que respeita ao biometano, a avaliação do potencial anual foi como segue:

Resíduos Sólidos Urbanos	385.000 tep
Pecuária	241.000 tep
Indústria alimentar	87.000 tep
Efluentes domésticos	40.000 tep

No entanto, e para a concretização da parcela viável deste potencial, será necessária a ultrapassagem de barreiras:

- Foco neste recurso endógeno, mais barato e mais disponível no imediato;
- Necessidade de constituição de um mercado organizado, a começar pela organização comum dos seus produtores; as origens são diversas, no setor público empresarial e no setor privado industrial ou da pecuária;
- Necessidade urgente de constituição do sistema oficial de garantias de origem, paralelo ao que existe para os biocombustíveis;
- Menor demora nos licenciamentos;
- Devida prioridade ambiental para esta valorização energética com elevado potencial.

## Quadro Anexo

Combustíveis – quantidades por tep	
GPL	≈ 0,9 ton
Gasolina	≈ 1,190 m <sup>3</sup>
Gasóleo	≈ 1,14 m <sup>3</sup>
Fuelóleo	≈ 1,02 ton
Gás Natural	≈ 1.105 m <sup>3</sup>
1 tep ⇔ 10 <sup>7</sup> kcal	

# Harmonizar o IVA, porque a alimentação é essencial

NUNO FERNANDES THOMAZ

Presidente da Centromarca\*

## 1. Contexto económico e fiscal nacional

A economia portuguesa vem apresentando, desde há vários anos, um crescimento relativamente anémico, sendo que a última década e meia mostra inclusive períodos de marcada quebra do produto, coincidindo com momentos críticos no quadro nacional (o período da crise da dívida soberana) e, mais recentemente, no quadro internacional (o período da pandemia).

Embora num momento ou outro, a economia tenha apresentado taxas de crescimento ligeiramente superiores às da União Europeia ou da Zona Euro, esses momentos foram fugazes e nunca adquiriram suficiente tração para recuperar o histórico atraso face aos nossos principais parceiros económicos.

Desde o mais simples PIBpc (Produto Interno Bruto a preços correntes) até um conjunto mais elaborado

de indicadores de desenvolvimento económico, Portugal tem vindo a perder posições face aos seus parceiros da União Europeia (mesmo em relação aos países que, no momento da sua adesão, estavam em patamares francamente mais baixos) e também no contexto global.

***A economia portuguesa vem apresentando, desde há vários anos, um crescimento relativamente anémico ...***

***Embora num momento ou outro, a economia tenha apresentado taxas de crescimento ligeiramente superiores às da União Europeia ou da Zona Euro, esses momentos foram fugazes e nunca adquiriram suficiente tração para recuperar o histórico atraso face aos nossos principais parceiros económicos.***

A ausência de reformas efetivas, pensadas numa perspectiva de longo prazo e para lá dos ciclos eleitorais, e a ausência de pactos de regime que permitam a continuidade de políticas e opções e não os constantes ziguezagues gerados pela repetida substituição de responsáveis e a presunção do falhanço das opções anteriores, têm impedido uma alteração real do atual estado de coisas. E têm

impedido a aposta em estratégias indutoras de crescimento económico, produtoras de riqueza, geradoras de investimento interno e externo e criadoras de postos de trabalho sustentados e adequadamente remunerados.

\* <https://www.centromarca.pt/>

A permanente gestão do presente, e navegação da conjuntura, não tem contribuído para uma especialização e valorização do produto e trabalho nacionais, não tem conseguido contribuir para enfrentar – de forma minimamente positiva – o inverno demográfico que atravessamos. Não gera uma expectativa positiva que contribua para a fixação dos mais jovens e mais bem preparados, nem para atração (e manutenção) de trabalhadores e suas famílias provenientes de diferentes geografias, essenciais à resposta que o mercado laboral necessita, à revigoração geracional e à sustentabilidade social absolutamente essenciais para o futuro de Portugal.

O Governo, na recente proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2024, apresentou como cenário macroeconómico, um crescimento do PIB de 1,5% (face a uma estimativa de 2,1% para 2023), resultante de um crescimento da procura interna de 1,8% (+1,0% em 2023) e uma quebra de 0,3% da procura externa (+1,1% em 2023).

É projetada uma taxa de inflação para 2024 de 3,6% (face a uma estimativa relativamente a 2023 de 5,4%) e de 2,1% para 2025. O contributo dos produtos alimentares será de 1,1% em 2024 e 0,5% em 2025 (face a 2,9% em 2022 e uma estimativa de 2,2% em 2023).

Finalmente – e pela primeira vez em décadas –, é estimado um excedente orçamental de 0,9% do PIB para 2023, e a projeção para os próximos 4 anos é a de continuidade desses excedentes, com valores previstos de 0,8%, 0,6%, 0,4% e 0,3%, relativamente a 2024, 2025, 2026 e 2027, respetivamente.

Tal resulta não de um controlo acrescido da despesa primária, mas muito especialmente do agravamento da carga fiscal total. Ela tinha atingido um máximo histórico de 36,4% do PIB em 2022, mas o governo

estima que ela atinja os 37,2% em 2023 e projeta um valor de 38% para 2024, como resultado de um crescimento da receita fiscal de 7,5% relativamente a 2023 (mesmo com uma inflação substancialmente mais baixa), resultante de uma combinação de arrecadação proveniente de impostos diretos e indiretos, sendo inequívoco o crescimento do peso relativo destes últimos, com destaque para o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA, também pelo efeito da reversão da medida IVA Zero<sup>1</sup>).

## 2. Os equilíbrios do futuro

Num país com deficits orçamentais crónicos e uma das mais elevadas dívidas da União Europeia, qualquer proposta de alteração em matéria fiscal não pode deixar de considerar a equação entre os correspondentes efeitos no presente e no futuro.

A concretização de um excedente orçamental em 2023 e a previsão de que novos excedentes venham

a ocorrer em 2024 e anos subsequentes tendem a criar a percepção de que este poderá ser o momento para afrouxar a asfixia fiscal que as famílias e as empresas portuguesas vêm de há muito – e de forma crescente – sentindo.

As contas públicas dependem do equilíbrio possível entre Arrecadação Fiscal e Despesa Realizada e esse

balanço, sistematicamente negativo, tem como óbvia consequência o avolumar da Dívida Pública e o agravamento constante do peso do respetivo Serviço da Dívida, agravado em períodos em que as taxas de juro se voltam a colocar em níveis historicamente muito altos.

Essa asfixia fiscal condiciona o investimento e a produção de riqueza e cria, por si mesmo, um teto pesado ao crescimento da receita. Mas, ao mesmo

***Uma economia saudável e mais pujante geraria um aumento da receita fiscal que poderia ser acompanhada pelo desagravamento da carga fiscal, promovendo o efeito redistributivo, sem significar – em simultâneo – o crescente sobrecarregar da contribuição exigida a um relativamente diminuto conjunto de contribuintes***

<sup>1</sup> Medida adotada pelo Governo em abril de 2023 que consistiu em isentar de IVA um cabaz de 46 produtos alimentares considerados essenciais. Foi prorrogada até ao final deste ano.



tempo, observa-se um crescimento insaciável da despesa pública e, muito especialmente, da despesa primária, que absorve a quase totalidade do crescimento da receita, sem que se sinta – longe disso – uma melhoria da qualidade e eficiência dos serviços prestados pelo Estado e sem que se consiga efetuar uma redução sustentada da dívida pública.

Uma economia saudável e mais pujante geraria um aumento da receita fiscal que poderia ser acompanhada pelo desagravamento da carga fiscal, promovendo o efeito redistributivo, sem significar – em simultâneo – o crescente sobrecarregar da contribuição exigida a um relativamente diminuto conjunto de contribuintes, via taxação dos rendimentos do trabalho ou dos rendimentos do capital. Um maior controlo da despesa, e uma mais eficiente realização da mesma, libertaria recursos para um melhor desenvolvimento e crescimento económico, uma mais ampla criação de riqueza e, consequentemente, uma maior base de tributação.

Assim, qualquer proposta de alteração do sistema fiscal não pode deixar de conciliar as necessidades do presente com os constrangimentos do futuro, os imperativos das gerações atuais com os encargos transmitidos às gerações futuras e, como tal, deve considerar o equilíbrio possível entre Controlo de Despesa, Criação de Riqueza, Arrecadação de Receita e Sustentabilidade da Dívida Pública.

### 3. As interrogações do presente

Aquele equilíbrio obriga, obviamente, a uma ponderação cuidada de qualquer alteração ao sistema fiscal, mesmo quando as contas públicas apresentam inéditos excedentes.

Mais do que a redução pontual deste ou daquele imposto, por muito que a opção possa ser bem aceite pela opinião pública, importante será sempre a redução da carga fiscal global e da burocracia fiscal. Para os cidadãos e, muito especialmente, para as empresas, a previsibilidade e a simplificação fiscal assumem uma elevada importância e condicionam as suas decisões presentes e os respetivos impactos no médio e no longo prazo. Alterações sucessivas ao sistema fiscal são fortemente inibidoras de qualquer tomada de decisão.

É incontornável perceber que uma parte substancial do crescimento da arrecadação fiscal dos dois últimos anos foi alimentada não especialmente pelo desenvolvimento da economia e pela criação da riqueza tributável, mas pelo efeito de uma inflação sem qualquer paralelo no quadro do euro e que nos remete para a década de oitenta do século passado e para a vigência do escudo.

Contudo, mesmo num momento em que a redução da inflação é muito clara e em que as projeções apontam para a sua estabilização a médio prazo em valores próximos do pré-pandemia, há fatores que continuam a agitar a economia à escala global e que podem trazer alguns dissabores relativamente à evolução dos preços de inúmeros produtos, alimentação incluída.

A questão relevante passa, pois, por antecipar se estamos a atravessar um período de inflação mais ou menos fugaz e conjuntural ou se, como várias entidades internacionais referem, estaremos a entrar num planalto de preços com a sua relativa estabilização, mas com um posicionamento e um ritmo de

***Um maior controlo da despesa, e uma mais eficiente realização da mesma, libertaria recursos para um melhor desenvolvimento e crescimento económico, uma mais ampla criação de riqueza e, consequentemente, uma maior base de tributação.***

***... para as empresas, a previsibilidade e a simplificação fiscal assumem uma elevada importância e condicionam as suas decisões presentes e os respetivos impactos no médio e no longo prazo. Alterações sucessivas ao sistema fiscal são fortemente inibidoras de qualquer tomada de decisão.***

crescimento bastante mais elevados do que o que foi observado nas últimas três décadas.

Do ponto de vista da fiscalidade, a estabilização da inflação, se não for compensada por crescimento económico, tenderá a gerar a estagnação ou mesmo o retrocesso da arrecadação fiscal, pelo que, nesse cenário, será ainda mais difícil a ponderação e a adoção de medidas de redução ou simplificação fiscal.

#### 4. A fiscalidade no agroalimentar

A tributação do sector agroalimentar está protegida, tal como para os restantes sectores de atividade, pelos preceitos constitucionais relacionados com o princípio da legalidade tributária, a proibição da retroatividade da lei fiscal e o princípio da igualdade tributária.

E, tal como nos restantes sectores, o agroalimentar é impactado pelas Contribuições para a Segurança Social, pelos Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), pela Derama, pelos vários Impostos sobre o Património, casos do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e do Imposto Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) ou do Imposto sobre Veículos (ISV).

Especificamente para o sector alimentar, aplicam-se inúmeras taxas e contribuições associadas à sanidade, segurança alimentar, controlo de géneros alimentícios, resíduos e subprodutos, águas residuais e a inúmeras outras áreas de funcionamento no seio das empresas.

***A questão relevante passa, pois, por antecipar se estamos a atravessar um período de inflação mais ou menos fugaz e conjuntural ou se, como várias entidades internacionais referem, estaremos a entrar num planalto de preços com a sua relativa estabilização, mas com um posicionamento e um ritmo de crescimento bastante mais elevados do que o que foi observado nas últimas três décadas.***

apurado através do chamado método subtrativo indireto.

No caso do sector agroalimentar, onde se incluem os produtos alimentares, as bebidas e o tabaco, a taxação aplicável distribui-se entre as taxas reduzida (6%), intermédia (13%) e normal (23%), sendo utilizado – nos anexos I e II do Código do IVA, relativo aos produtos com taxas reduzida e intermédia – um método de identificação associado às designações de venda correspondentes. A todos os produtos não especificamente identificados naqueles anexos, aplica-se a taxa normal de 23%.

***Hoje, a taxação em sede de IVA do universo dos produtos do agroalimentar corresponde a uma enorme manta de retalhos, difícil de gerir pelos colocadores de produtos no mercado, de complexa fiscalização pelas autoridades competentes e de muito difícil compreensão pelo lado dos consumidores.***

A distribuição dos produtos pelos dois anexos, embora partindo de princípios da essencialidade do seu consumo ou, em alguns casos, da sua relevância produtivo-económica, apresenta uma forte incoerência, colocando, demasiadas vezes, produtos que atendem a necessidades semelhantes em patamares diferentes de taxação, o que gera descompetitividades no

relacionamento entre esses produtos e os compradores e na hierarquização de preferências por parte dos consumidores.

Hoje, a taxação em sede de IVA do universo dos produtos do agroalimentar corresponde a uma enorme manta de retalhos, difícil de gerir pelos colocadores de produtos no mercado, de complexa fiscalização pelas autoridades competentes e de muito difícil compreensão pelo lado dos consumidores.

A recente decisão do Governo de promover a isenção de IVA a um conjunto relevante de produtos alimentares revela, por um lado, a importância da fiscalidade na construção dos preços de venda dos produtos e como a redução e/ou isenção da mesma pode funcionar como uma forma de gerar maior rendimento disponível e melhorar a qualidade de vida às famílias portuguesas. Mas revela, por outro, a incompreensão por parte de uma larga fatia dos consumidores das *nuanças* da aplicação do Imposto, sendo que muitas das queixas apresentadas, em especial nos primeiros estádios de aplicação da medida, se referiam à incompreensão de quais os produtos que efetivamente beneficiavam do regime de isenção.

Finalmente, refira-se que a administração tende a usar a fiscalidade em sede de IVA como uma forma de expressar um conjunto de opções (com a aplicação dos diferentes níveis de taxação) que tentam influenciar, via preço, as escolhas do consumidor, substituindo as mais efetivas políticas de educação para a escolha que deveriam ser a base de uma melhor cidadania. Essa linha de conduta é ainda mais complexa quando à diferença das taxas aplicáveis se adiciona a aplicação, a várias famílias de produtos, dos Impostos Especiais sobre o Consumo, de que são exemplo o Imposto sobre o Tabaco ou o Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Açucaradas.

Para além das muitas críticas que são dirigidas à aplicação prática destes impostos e à relativa incoerência que resulta da sua aplicação a um conjunto

específico de produtos e a isenção de outros que têm características próximas, a cumulação de IVA com os IEC (Impostos Especiais sobre o Consumo) acaba por funcionar como uma dupla penalização para os produtos abrangidos.

## 5. Argumentos principais para a proposta da Harmonização Fiscal

A aplicação diferenciada do IVA ao universo dos produtos agroalimentares gera uma efetiva discriminação entre produtos, penalizando com acréscimos que podem, para o mesmo valor de base, representar diferenciais de até dezassete por cento nos correspondentes preços de venda ao público.

Como referido atrás, a fixação das taxas aplicáveis a cada produto e, especialmente, a aplicação das taxas reduzida e intermédia resultará de supostos princípios relativos à sua essencialidade ou relevância do ponto de vista produtivo ou económico. Mas a simples análise da construção dos anexos ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado mostra

à sociedade uma elevada incoerência, resultante, entre outras, de anacronismos, pressões provenientes dos mais diferentes quadrantes, ou da construção de supostos equilíbrios entre produtos, em jeito de compensação ou de *trade-off*.

Mas, na verdade, para lá das evidentes vantagens ou descompetitividades que se geram no relacionamento

inter produtos e da consequente hierarquização fiscal de preferências dos consumidores, é acima de tudo a liberdade de escolha, a diversidade nutricional e a qualidade de vida das famílias que é colocada indiretamente em causa, porque, como é fácil perceber – e ainda mais fácil, em momentos de maiores dificuldades económicas – as diferentes taxações têm implicações na gestão do rendimento disponível por parte das famílias. É, no limite, a Liberdade de Escolha que é colocada em causa.

***A aplicação diferenciada do IVA ao universo dos produtos agroalimentares gera uma efetiva discriminação entre produtos, penalizando com acréscimos que podem, para o mesmo valor de base, representar diferenciais de até dezassete por cento nos correspondentes preços de venda ao público.***

Mas para além desse valor básico da vida em democracia, há outros argumentos igualmente relevantes e válidos que podem ser chamados a esta discussão.

Desde logo o tema da Certeza Fiscal. A forma como hoje cada operador económico define a taxa de IVA com que os seus produtos são colocados no mercado levanta, demasiadas vezes, dúvidas e incertezas relacionadas com o ‘casamento’ (leia-se a equivalência) entre a designação de venda dos produtos que quer colocar no mercado e aquelas que estão especificadas de forma excessivamente rígida nos anexos do Código do IVA referentes aos produtos a que se aplicam as taxas reduzida e intermédia, sendo que, por definição, a qualquer produto que aí não tenha devido enquadramento se aplica a taxa normal de 23%.

São muitas as situações em que essa equivalência não é tão direta e que, não obstante o princípio de boa-fé que deve estar sempre presente na forma como é escolhida a taxa de IVA a aplicar, o operador económico gostaria de ter uma maior certeza jurídica. Daí a multiplicação de pedidos de informação vinculativa que são apresentados à Autoridade Tributária, os quais são sistematicamente objeto de resposta negativa à pretensão do operador, em defesa da receita fiscal e com o repetido argumento de não enquadramento na listagem de produtos abrangidos.

Assim, a defendida Harmonização possibilitaria uma mais simples resolução destas dúvidas que se colocam para tantos e tantos produtos, tornaria mais transparente a forma como os mesmos chegam ao mercado e libertaria a máquina administrativa da sistemática resposta a estes pedidos de informação.

Na verdade, a definição das categorias que são ou não abrangidas nas listagens de produtos a que se aplicam as taxas reduzida ou intermédia associa-se, demasiadamente, à forma como os mesmos são supostamente utilizados pelos consumidores e, em

muitos casos, sem especial consideração pela sua composição, modo de produção ou valor nutricional. Daí termos um grande leque de casos de produtos que são bastante semelhantes – por exemplo, um iogurte versus uma sobremesa láctea, uma nata culinária versus um molho bechamel ou uma alface ensacada versus uma salada pronta a comer – mas a que se aplicam taxas amplamente diferentes, o que, logicamente, influi nas escolhas dos consumidores.

Para além, claro, das incoerências resultantes da aplicação de taxas diferenciadas a diversos produtos quando os mesmos são comercializados – de igual forma – em tipologias de pontos de venda distintos (por exemplo, entre lojas de retalho alimentar e estabelecimentos de restauração).

***Essa mesma diferenciação de taxas gera também uma descompetitividade fiscal relativa de determinados produtos face a outros, de determinadas matérias-primas face a outras, de determinadas empresas face a outras, de determinados sectores de atividade face a outros.***

Esta dificuldade e diferenciação de taxas tende a fazer com que alguns operadores estabeleçam, como denominações de venda dos seus produtos, designações que lhes permitam, mais do que identificar de forma transparente esses mesmos produtos, alcançar mais facilmente a referida equivalência com

as classes de produtos especificadas nos anexos aos Códigos do IVA, dificultando a perceção dos mesmos por parte dos consumidores.

Essa mesma diferenciação de taxas gera também uma descompetitividade fiscal relativa de determinados produtos face a outros, de determinadas matérias-primas face a outras, de determinadas empresas face a outras, de determinados sectores de atividade face a outros. O que obviamente tem consequências financeiras e económicas para as matérias-primas, os produtos, as empresas e os sectores que são posicionados, por via das decisões tomadas em sede fiscal, numa posição de desvantagem clara que não aconteceria no caso de uma harmonização transversal.

Um outro argumento a favor desta Harmonização refere-se ao impacto que o diferencial do IVA tem

ao nível do comércio transfronteiriço. É importante ponderar se, considerando também o nível salarial e o poder de compra dos portugueses, as taxas aplicadas no nosso país são razoáveis, mas é ainda mais relevante considerar o efeito que as taxas aplicadas a cada produto têm no comparativo com as taxas aplicáveis aos mesmos produtos em Espanha, único país com que temos fronteiras físicas.

Por vezes, parece ser esquecido que para além de toda a raia, a distância entre os principais agregados populacionais nacionais e o território espanhol oscila entre os 20 e os 200 quilómetros, o que facilita, sobretudo, a realização de compras do lado de lá da fronteira, ainda mais ajudadas por diferenciais de preços noutros produtos, como os combustíveis, o que convida à deslocação e à aquisição de produtos que são beneficiados por um mercado de maior dimensão, com maior poder de compra, mais central do ponto de vista dos movimentos de importação, mais autossuficiente em vários produtos e que tem, para além de tudo isso, taxas de IVA mais baixas para muitos dos produtos do agroalimentar. Esta descompetitividade não penaliza apenas os operadores económicos, penaliza também em larga medida a arrecadação fiscal e os cofres públicos.

Finalmente, um dos argumentos mais importantes a favor da Harmonização e de uma diferente construção dos anexos relativos às taxas reduzida e intermédia do Código do IVA prende-se com o seu impacto penalizador a nível da inovação.

A excessiva particularização na descrição dos produtos abrangidos por aquelas taxas mais competitivas faz com que produtos efetivamente diferenciados e inovadores não encontrem aí abrigo e não possam beneficiar dessa vantagem fiscal, mesmo quando os produtos com que mais diretamente competem estejam abrangidos pelas mesmas.

Quando é reconhecido o forte investimento e o elevado risco sempre associados ao processo de inovação, tanto mais alto quanto mais disruptivo for o produto ou o serviço apresentado ao mercado, quando é reconhecida a redução dos níveis de inovação presentes no nosso mercado (que está longe de ser um caso único), não parece defensável que esses mesmos produtos ou serviços sejam ainda penalizados – quando mais não seja a nível comparativo – pela via fiscal e que por não se enquadrarem em nenhuma das categorias abrangidas pelas taxas reduzidas ou intermédias, sejam automaticamente remetidos para a taxa máxima de 23%.

## 6. As pistas para a Harmonização Fiscal

Seguramente, a mais impactante das vias a prosseguir, e a que daria resposta a todos os argumentos elencados acima, será a da Harmonização Global de todos os produtos do agroalimentar (bebidas incluídas) à taxa reduzida de IVA de 6%. Esta medida teria um impacto alargado na inflação, na competitividade relativa entre produtos e empresas e, muito especialmente, na liberdade de escolha, no poder de compra e na qualidade de vida das famílias portuguesas.

Não sendo essa a via preconizada ou, pelo menos, a via prosseguida numa primeira fase, haverá dois caminhos alternativos menos ambiciosos que poderão ser adotados:

Um primeiro, de separação entre a alimentação e as bebidas, com a alimentação a ser uniformemente taxada à taxa reduzida e o universo das bebidas a posicionar-se na taxa intermédia de 13%, com exceção daquelas beneficiam atualmente da taxa reduzida, casos dos sumos e néctares, bebidas de base vegetal produzidos à base de frutos secos e cereais, preparados à base de cereais, frutas, legumes ou produtos hortícolas ou do leite em natureza, pasteurizado, ultrapasteurizado, fermentado, dietético,

***Seguramente, a mais impactante das vias a prosseguir, e a que daria resposta a todos os argumentos elencados acima, será a da Harmonização Global de todos os produtos do agroalimentar (bebidas incluídas) à taxa reduzida de IVA de 6%.***

achocolatado, aromatizado, vitaminado ou enriquecido e os iogurtes líquidos.

Uma terceira alternativa, ainda menos assertiva e respondendo positivamente a um leque bastante mais curto dos argumentos enumerados anteriormente será a de que as taxas aplicáveis incidam não sobre produtos específicos, mas sobre grandes famílias de produtos – por exemplo, cereais e preparados à base de cereais, peixes e moluscos, leite e laticínios ou gorduras e óleos gordos – evitando, em larga medida, a incerteza fiscal, tornando mais transparentes as designações de venda e limitando a penalização fiscal relativa da inovação. Contudo, não deixaria de manter a descompetitividade relativa entre famílias de produtos, poderia não resolver os problemas da competitividade fiscal transfronteiriça e, acima de tudo, continuaria a inibir uma total liberdade de escolha e, na área agroalimentar, a maximização qualidade/valor para o rendimento disponível das famílias portuguesas.

Uma última nota para indicar que este exercício de racionalização e simplificação fiscal deveria ser também alargado a diversas outras famílias de produtos do universo do grande consumo, o chamado *Fast Moving Consumer Goods* (FMCG – bens de consumo rápido), em especial as que agregam os produtos de higiene pessoal e higiene do lar. Se, obviamente, como se diz em título, a Alimentação não é um luxo, por certo a Higiene também não o será.

## 7. Perdas e ganhos de receita

Não obstante o que parece ser uma reclamação relativamente básica e que, por certo, colheria um elevado apoio da opinião pública e de entidades dos mais diferentes espectros, da produção ao consumidor, passando pela indústria e o retalho, é também verdade que é necessário avaliar e ponderar o respe-

tivo impacto em termos de arrecadação fiscal e do equilíbrio das contas públicas

Uma avaliação *ceteris paribus* tende a chegar a um cálculo de perda estática de receita fiscal bastante vultuoso, resultante da redução da taxa de IVA aplicável a uma parcela bastante relevante de produtos dos atuais 23% ou 13% para a taxa harmonizada de 6%.

Contudo, esse cálculo deverá considerar um conjunto mais amplo de variáveis que podem atenuar largamente o diferencial entre a receita atual e a receita futura calculada de forma não dinâmica.

A começar pelo impacto resultante do ciclo inflacionista que atravessamos. Se, na verdade, as taxas de

inflação homóloga e a esperada para os próximos meses se aproximam rapidamente de indicadores diria ‘normais’, na verdade o que está a pressionar em baixa é o chamado efeito de base – ou seja, o comparativo face a períodos em que o crescimento de preços foi muito mais elevado do que o habitual – e não uma redução efetiva dos preços dos produtos. E esse efeito é ainda menos notório no que se refere aos produtos alimentares. Ou seja, se quisermos comparar os valores de arrecadação fiscal efetiva

atuais, ou aqueles que são esperados para os próximos três a quatro anos, o crescimento é muito significativo, não vai retroceder e permite alguma folga para a adoção de medidas mais estruturais a este nível.

Depois, há a considerar a reversão da medida IVA Zero adotada em abril último e que se manterá em vigor até 31 de dezembro próximo. De acordo com as informações do próprio Governo, a medida terá representado uma não arrecadação de quase 600 milhões de euros, ao longo dos oito meses e meio em que a isenção de imposto estará em vigor.

***Uma avaliação ceteris paribus tende a chegar a um cálculo de perda estática de receita fiscal bastante vultuoso, resultante da redução da taxa de IVA aplicável a uma parcela bastante relevante de produtos dos atuais 23% ou 13% para a taxa harmonizada de 6%.***

***Contudo, esse cálculo deverá considerar um conjunto mais amplo de variáveis que podem atenuar largamente o diferencial entre a receita atual e a receita futura calculada de forma não dinâmica.***

A reentrada desse valor nos cofres do Estado permite alguma folga adicional para que medidas de fundo possam ser ponderadas.

Taxas de IVA mais competitivas no quadro europeu e, muito especialmente, em relação à nossa vizinha Espanha poderão resultar em arrecadação fiscal adicional por via de um comércio transfronteiriço mais favorável, seja pela menor compra dos consumidores nacionais em solo espanhol, seja pelo potencial aumento da compra de cidadãos espanhóis em lojas portuguesas. Esta inversão de paradigma pode ter igualmente impacto positivo na receita fiscal nacional a outros níveis, como seja os resultantes das vendas de combustíveis, dos impostos sobre refeições e dormidas e das compras adicionais de outros produtos por estrangeiros em Portugal, de alguma forma empurradas pela maior competitividade fiscal dos produtos agroalimentares.

Finalmente, há a considerar a própria dinâmica do consumo – e o respetivo impacto na arrecadação fiscal – derivada da alteração do preço relativo dos vários produtos. Aqueles que virem os seus preços de venda ao público reduzidos tenderão a ver crescer as suas vendas e, conseqüentemente, a engrossar os cofres do Estado, pelo menos por comparação com as vendas medidas estaticamente face aos volumes atuais. Considerando que muitos dos produtos potencialmente beneficiados são de melhor valor e qualidade, não apenas o imposto incide sobre bases tributáveis mais elevadas, como o consumidor sai com vantagem da equação, ao ser-lhe permitido um mais fácil acesso a produtos de melhor qualidade.

***... o percurso rumo a uma Harmonização Fiscal – em sede de IVA – para o universo dos produtos do agroalimentar tem de ser definitivamente traçado, considerando, em simultâneo, os interesses do país, os interesses dos consumidores, os interesses dos operadores económicos e os interesses da receita pública...***

***... os primeiros beneficiários desta Harmonização serão sempre as famílias e os consumidores e a facilitação do respetivo acesso a melhores e mais variados produtos, fomentando-se a correspondente liberdade de escolha.***

## Conclusões

Não sendo, por certo, um processo simples e sem escolhos, o percurso rumo a uma Harmonização Fiscal – em sede de IVA – para o universo dos produtos do agroalimentar tem de ser definitivamente traçado, considerando, em simultâneo, os interesses do país, os interesses dos consumidores, os interesses dos operadores económicos e os interesses da receita pública, sendo bom recordar que a CIP (Confederação Empresarial de Portugal) incluiu esta medida como uma das suas propostas principais no quadro do Pacto Social que apresentou ao país.

Este texto pretende colocar perspectivas e argumentos em cima da mesa, mas tem plena consciência de que esta proposta carece de uma análise econométrica adicional para consubstanciar as suas teses. Contudo, os princípios que lhe estão subjacentes são suficientemente válidos para que a discussão se faça com seriedade, com foco e com vontade política de resolver um problema de incoerência e de desigualdade não justificada entre produtos, que afeta os consumidores, os trabalhadores e os operadores económicos que se inserem neste sector de atividade.

Com plena consciência de que os primeiros beneficiários desta Harmonização serão sempre as famílias e os consumidores e a facilitação do respetivo acesso a melhores e mais variados produtos, fomentando-se a correspondente liberdade de escolha.

E que com esta medida se dará relevo e cunho estratégico à agricultura e ao agroalimentar em Portugal, áreas de atividade fundamentais para o país, para a sua efetiva soberania, para a equilibrada gestão do

território, para uma maior criação e uma melhor distribuição geográfica de riqueza, para um mais racional contraponto à crescente concentração urbana a que assistimos.

Entendemos, também, que a discussão desta Harmonização, pelas múltiplas variáveis que envolve e pela necessidade de criação de um amplo consenso político em seu torno, faria mais sentido ser realizada isoladamente e fora da anual discussão do Orçamento de Estado, período em que se cruzam centenas de propostas e contrapropostas e que é terreno fértil para afinações de rumo e de *trade-offs*, mas que dificilmente deixa espaço para a discussão séria e a sedimentação de alterações de fundo como a que aqui se preconiza.

Num cenário político estável, diríamos que a conjugação entre a reversão da medida do IVA Zero e o quadro de consolidação e excedente orçamental, em que as expectativas de captação de receita pública, como ainda a UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orçamental da Assembleia da República) indicava por estes dias, podem superar as próprias projeções do Governo, propiciaria um momento favorável para uma discussão deste tipo, com mais foco nas suas

consequências positivas a nível da qualidade de vida e da redução da pressão fiscal sobre as famílias e menos ênfase nos constrangimentos dos cofres públicos.

Seria uma aposta numa fiscalidade que, pelo menos em sede de IVA, deverá ser o menos discriminatória possível, numa fiscalidade simplificada que limite incertezas, litigância, que reduza a sempre desnecessária gestão de pequenos poderes que o quadro atual favorece e que facilite a atuação e a opção de autoridades, operadores e consumidores.

Uma fiscalidade que considere que o necessário esforço de internacionalização dos operadores económicos, que, inequivocamente, o universo do agroalimentar vem desenvolvendo na última década, carece da construção de uma efetiva robustez no mercado interno, para ter ferramentas que permitam a ampliação do sucesso no exterior.

Uma fiscalidade que consagre o princípio de que a alimentação é, não um luxo, mas uma necessidade básica de todos os portugueses e de todos os que vivem em Portugal.



# OBSERVATÓRIO

---

## **CULTIVAR**

Fig. *FORMAR PELA INSTRUÇÃO, DESENVOLVER.*

# Indústrias agroalimentares: caracterização e evolução recente\*

ANA RITA MOURA E RUI TRINDADE

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

## 1. Importância económica das indústrias agroalimentares

As indústrias agroalimentares portuguesas (Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco, IABT)<sup>1</sup> contribuem para a economia nacional, enquanto produtoras de bens de qualidade e de bens transacionáveis, gerando 2,6% do total do VAB – Valor Acrescentado Bruto (cerca de 5,3 mil milhões de euros a preços correntes), 2,2% do emprego (aproximadamente 110 mil pessoas empregadas; 108 mil equivalentes a tempo completo – ETC) do total da economia, cerca de 8,0% dos valores das importações (cerca

de 10 mil milhões de euros) e 6,4% das exportações de bens e serviços da Economia (cerca de 7,6 mil milhões de euros).

**Quadro 1 – Importância das indústrias agroalimentares no VAB, no PIB, no emprego, nas exportações e nas importações de bens e serviços da economia, em 2022 (valores provisórios)**

		Indústrias alimentares	Indústria das bebidas	Indústria do tabaco	Indústrias agroalimentares
VAB	M€	3 900,3	982,8	455,0	5 338,0
	% VAB	1,9	0,5	0,2	2,6
	% PIB	1,6	0,4	0,2	2,2
Emprego*	mil pessoas	92,9	16,2	0,6	109,7
	%	1,9	0,3	0,0	2,2
	mil ETC	91,1	15,9	0,6	107,7
	%	1,9	0,3	0,0	2,2
Exportações	M€	5 479,8	1 365,0	767,6	7 612,4
	%	4,6	1,1	0,6	6,4
Importações	M€	9 048,6	632,1	416,2	10 096,9
	%	7,2	0,5	0,3	8,0

\* Os valores do emprego correspondem ao ano 2021

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (INE) – Data de versão dos dados: novembro de 2023

\* Uma versão mais sintética deste artigo, com o título “Setor alimentar – Evolução dos últimos cinco anos”, da autoria de Ana Rita Moura, foi publicada na edição N.º 182 | out-nov-dez da revista da Ordem dos Engenheiros, *Ingenium*, dedicada ao tema Engenharia alimentar e disponível em: <https://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/ingenium/>

<sup>1</sup> Inclui os seguintes ramos de atividade da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE): 10 – Indústrias alimentares; 11 – Indústria das bebidas; 12 – Indústria do tabaco.

### i. Evolução do VAB das indústrias agroalimentares

O VAB das indústrias agroalimentares (em volume) tem evoluído de forma positiva desde 2000 (média anual de 1,2% ao ano). Contudo, no período de referência 2000-2022 é possível destacar dois subperíodos: entre 2000 e 2009 o crescimento do VAB acompanhava o crescimento da economia (0,5% ao ano e 0,6% ao ano); mas a partir deste ano, com o despoletar da crise económico-financeira, a dinâmica de crescimento do VAB das indústrias agroalimentares superou a do PIB (1,6% ao ano face a 0,9% ao ano). Note-se que enquanto o VAB das IABT começou a recuperar logo após 2009, o PIB recuou 4,9% durante um período de quatro anos, tendo recomeçado a crescer só a partir de 2014.

Especificamente, entre 2017 e 2022, o VAB gerado pelas indústrias agroalimentares cresceu em volume (0,9% ao ano, abaixo da economia a 1,7% ao ano) e, de forma mais acentuada, em valor (5,2% ao ano, mais do que o conjunto da economia, 4,1% ao ano, ou seja, houve uma maior valorização dos bens agroalimentares). Saliente-se que este período de cinco anos foi marcado por vários acontecimentos com impacto na evolução do VAB: antes da crise pandémica da COVID-19, entre 2017 e 2019, o VAB cresceu a uma média anual de 2,1% em valor e de 2,4% em volume; em 2020, com o decorrer da pandemia, o VAB sofreu uma forte quebra (-3,3% em valor e -4,5% em volume), ainda assim não tão acentuada face ao conjunto da economia (-6,5% em valor e -8,3% em volume), revelando a sua resiliência face ao embate da crise (provocado, nomeadamente, pelo confi-

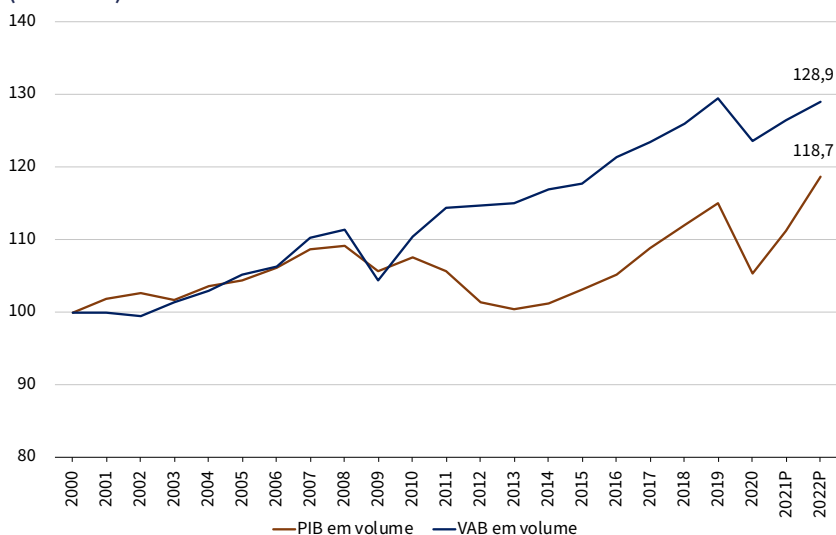
**Quadro 2 – VAB das indústrias agroalimentares e economia (milhões de euros)**

	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021P	2022P	Taxa de crescimento médio anual (%)			Taxa de variação (%)
															2000-2022P	2010-2022P	2017-2022P	2021P-2022P
<b>VAB IABT</b>																		
preços correntes	2 466	3 568	3 418	3 354	3 509	3 744	3 854	4 083	4 138	4 263	4 310	4 169	4 397	5 338	3,6	3,4	5,2	21,4
preços constantes 2016	3 363	3 712	3 850	3 856	3 867	3 935	3 961	4 083	4 152	4 236	4 356	4 159	4 256	4 337	1,2	1,3	0,9	1,9
IPI	73	96	89	87	91	95	97	100	100	101	99	100	103	123	2,4	2,1	4,3	19,1
<b>VAB indústrias alimentares</b>																		
preços correntes	1 698	2 531	2 439	2 351	2 450	2 564	2 580	2 734	2 861	2 921	2 934	2 847	3 091	3 900	3,9	3,7	6,4	26,2
preços constantes 2016	2 246	2 479	2 584	2 594	2 626	2 651	2 654	2 734	2 852	2 897	2 969	2 795	2 903	2 896	1,2	1,3	0,3	-0,3
IPI	76	102	94	91	93	97	97	100	100	101	99	102	106	135	2,7	2,3	6,1	26,5
<b>VAB indústria das bebidas</b>																		
preços correntes	626	741	682	704	699	741	795	853	852	907	936	847	856	983	2,1	2,4	2,9	14,8
preços constantes 2016	729	805	839	859	783	793	811	853	856	889	937	881	891	976	1,3	1,6	2,7	9,5
IPI	86	92	81	82	89	94	98	100	100	102	100	96	96	101	0,7	0,7	0,2	4,8
<b>VAB indústria do tabaco</b>																		
preços correntes	143	295	297	300	360	439	479	496	425	435	441	474	450	455	5,4	3,7	1,4	1,1
preços constantes 2016	388	428	297	404	458	492	496	496	445	450	450	484	461	465	0,8	0,7	0,9	0,8
IPI	37	69	100	74	79	89	97	100	96	97	98	98	98	98	4,5	2,9	0,5	0,3
<b>VAB</b>																		
Preços correntes	112 522	157 971	154 128	147 215	149 802	151 136	156 517	161 993	169 642	177 466	185 536	174 768	185 730	206 877	2,8	2,3	4,0	11,4
preços constantes 2016	151 454	164 402	162 747	157 434	156 463	156 950	159 373	161 993	167 316	171 838	176 375	162 645	170 539	181 322	0,8	0,8	1,6	6,3
IPI	74	96	95	94	96	96	98	100	101	103	105	107	109	114	2,0	1,4	2,4	4,8
<b>PIBpm</b>																		
Preços correntes	128 414	179 611	176 096	168 296	170 492	173 054	179 713	186 490	195 947	205 184	214 375	200 519	214 741	239 253	2,9	2,4	4,1	11,4
preços constantes 2016	177 302	190 667	187 432	179 828	178 169	179 580	182 798	186 490	193 029	198 529	203 855	186 934	197 220	210 406	0,8	0,8	1,7	6,7
IPI PIBpm	72	94	94	94	96	96	98	100	102	103	105	107	109	114	2,1	1,6	2,3	4,4

P – dados provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (INE) – Data de versão dos dados: abril de 2023

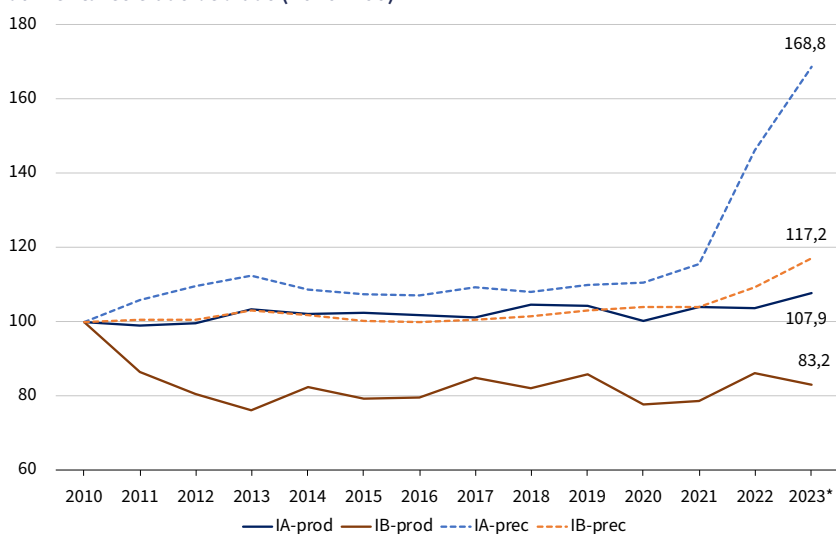
**Gráfico 1 – Evolução do PIB e do VAB das indústrias agroalimentares em volume (2000=100)**



P – dados provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (INE) – Data de versão dos dados: abril de 2023

**Gráfico 2 – Índices de produção e de preços na produção industrial das indústrias alimentares e das bebidas (2010=100)**



\* Estimativa

Fonte: GPP, a partir de INE

namento da população e consequentes restrições no canal HORECA – hotéis, restaurantes e cafés – e pela alteração da forma e da tipologia de consumo); com o controlo e recuo da pandemia, o VAB voltou a crescer em 2021 (5,5% em valor e 2,3% em volume); e em 2022, durante a crise inflacionista intensificada pela guerra na Ucrânia, o VAB assumiu um forte cres-

cimento em valor em resultado do incremento significativo dos preços implícitos (21,4% em valor e 1,9% em volume).

As estimativas para 2023<sup>2</sup> apontam para um crescimento do volume de produção nas indústrias alimentares (4,0%) e uma diminuição nas indústrias das bebidas (-3,5%). Associada a esta evolução, o forte crescimento dos preços na produção industrial<sup>3</sup> (15,4% nas indústrias alimentares e 7,0% nas indústrias das bebidas) terá impacto na valorização do conjunto da produção agroalimentar, sobretudo devido à componente “indústrias alimentares” que representa 80% da produção agroalimentar.

## ii. Evolução do emprego e da produtividade do trabalho nas indústrias agroalimentares

O emprego nas indústrias agroalimentares, medido em equivalentes a tempo completo de trabalho (ETC), diminuiu (média anual de -0,7%) entre 2017 e 2021. A conjugação desta variação do volume de trabalho com um crescimento do produto (0,6%, em média anual) teve um efeito positivo sobre a produtividade parcial

do trabalho no setor neste período (1,3%, em média anual). Saliente-se que a produtividade do trabalho nas IABT tem vindo a crescer desde 2000 a um ritmo superior ao verificado no conjunto da economia, aproximando-se dos níveis de produtividade desta ao longo do período considerado.

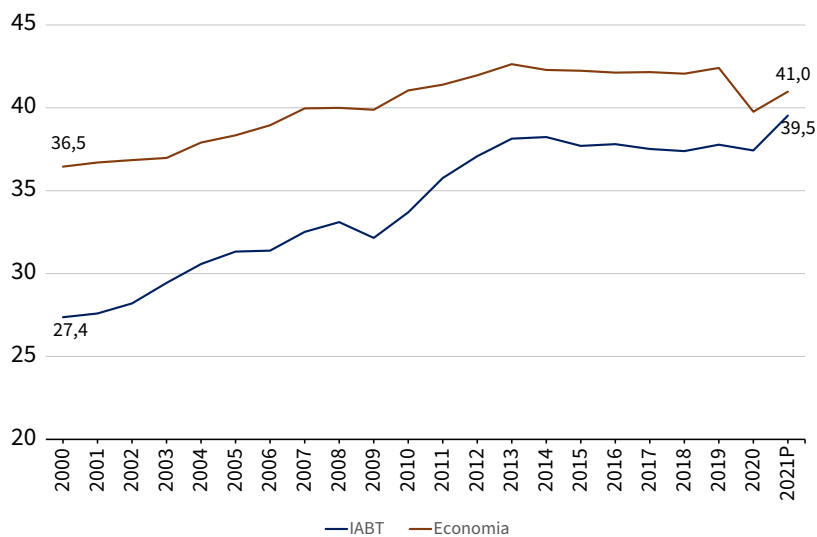
<sup>2</sup> Média dos valores mensais do índice de produção industrial de janeiro a agosto. (Fonte: GPP, a partir de INE)

<sup>3</sup> Média dos valores mensais do índice de preços na produção industrial de janeiro a agosto (Fonte: GPP, a partir de INE)

**Quadro 3 – Emprego das indústrias agroalimentares e economia (mil pessoas e mil ETC)**

		Indústrias alimentares	Indústria das bebidas	Indústria do tabaco	Indústrias agroalimentares		Economia	
		(x1000 pessoas)	(x1000 pessoas)	(x1000 pessoas)	(x1000 pessoas)	(x1000 ETC)	(x1000 pessoas)	(x1000 ETC)
<b>Emprego das indústrias agroalimentares e economia</b>	2000				123,9	122,9	5 041,9	4 864,1
	2010	97,5	14,0	0,7	112,1	110,2	4 871,3	4 644,6
	2011	94,6	13,8	0,6	109,0	107,6	4 776,7	4 527,7
	2012	91,5	13,4	0,6	105,5	104,0	4 581,4	4 285,7
	2013	89,1	13,3	0,6	103,0	101,4	4 450,2	4 178,9
	2014	90,6	13,5	0,6	104,7	102,9	4 513,0	4 246,8
	2015	93,0	13,9	0,6	107,6	105,1	4 575,8	4 327,6
	2016	95,6	13,9	0,7	110,3	108,0	4 649,9	4 426,9
	2017	97,6	14,7	0,7	112,9	110,7	4 802,6	4 579,2
	2018	99,7	15,0	0,7	115,4	113,3	4 914,0	4 720,4
	2019	101,0	15,8	0,7	117,4	115,3	4 952,8	4 807,5
	2020	96,7	15,6	0,7	113,0	111,1	4 864,7	4 701,4
2021	92,9	16,2	0,6	109,7	107,7	4 959,8	4 813,0	
<b>Taxa de crescimento médio anual (%)</b>	2000-2021				-0,58	-0,63	-0,08	-0,05
	2017-2021	-1,23	2,48	-0,69	-0,73	-0,68	0,81	1,25
<b>Taxa de variação 2020-2021 (%)</b>		-4,0	3,4	-4,0	-2,9	-3,1	2,0	2,4

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (INE) – Data de versão dos dados: abril de 2023

**Gráfico 3 – Produtividade do trabalho nas indústrias agroalimentares e economia (mil euros)**

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (INE) – Data de versão dos dados: abril de 2023

## 2. Estrutura de produção da indústria agroalimentar (empresas)

A estrutura de produção da indústria agroalimentar<sup>4</sup> em 2020 (estimada a partir da variável de produção das contas integradas das empresas do INE), aponta para um predomínio das indústrias do “Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne” (16,7%), da “Indústria do vinho” (10,7%) e da “Indústria dos laticínios” (9,9%). Esta estrutura acompanha a estrutura de produção agrícola nacional em que se

<sup>4</sup> “Produção das empresas = Volume de Negócios – Custo das mercadorias vendidas + Variação nos inventários da produção + Trabalhos para a própria entidade + Rendimentos Suplementares + Outros rendimentos e ganhos não especificados” (Fonte: Sistema de Contas Integradas das Empresas, INE) <https://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/1211>

**Quadro 4 – Estrutura de produção das indústrias agroalimentares (%)**

	Estrutura de produção (%)			Taxa de crescimento médio anual 2017-2020	Taxa de variação 2019-2020
	2017	2020	Variação (p.p.)	(%)	(%)
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>		<b>-0,3</b>	<b>-5,6</b>
<b>Indústrias alimentares</b>	<b>75,1</b>	<b>75,3</b>	<b>0,2</b>	<b>-0,3</b>	<b>-5,4</b>
Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne	16,4	16,7	0,2	0,1	-4,6
Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos	6,4	6,6	0,2	0,9	-4,4
Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas	5,7	5,9	0,2	0,7	-2,0
Produção de óleos e gorduras animais e vegetais	5,9	5,6	-0,3	-2,0	-8,7
Indústria de laticínios	10,0	9,9	0,0	-0,4	-1,6
Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins	3,2	4,1	0,9	7,9	14,4
Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha	10,9	9,3	-1,6	-5,6	-21,1
Fabricação de outros produtos alimentares	8,2	8,2	0,1	-0,1	-5,7
Fabricação de alimentos para animais	8,4	9,0	0,6	1,8	0,5
<b>Indústria das bebidas</b>	<b>20,7</b>	<b>19,8</b>	<b>-1,0</b>	<b>-1,9</b>	<b>-9,5</b>
Fabricação de bebidas alcoólicas destiladas	0,5	0,5	0,0	-2,9	-22,6
Indústria do vinho	10,6	10,7	0,2	0,2	-5,3
Fabricação de cerveja	5,1	4,5	-0,6	-4,2	-11,1
Fabricação de refrigerantes; produção de águas minerais naturais e de outras águas engarrafadas	4,5	4,0	-0,5	-4,3	-16,4
<b>Indústria do tabaco</b>	<b>4,2</b>	<b>4,9</b>	<b>0,8</b>	<b>5,3</b>	<b>11,0</b>

Fonte: GPP, a partir de contas integradas das empresas, INE – Data de versão dos dados: fevereiro de 2023

destacam (para além dos frutos e produtos hortícolas que são sobretudo consumidos em fresco) o vinho, a produção de animais para carne (bovina, suína e de aves) e para leite. De facto, as matérias-primas agrícolas nacionais são os principais consumos intermédios das indústrias agroalimentares portuguesas<sup>5</sup> (e perto de metade da produção agrícola nacional<sup>6</sup> destina-se à indústria agroalimentar), ou seja, qualquer variação na oferta destes produtos tem impacto sobre a atividade de transformação (apesar de algumas indústrias dependerem de matérias-primas importadas, como as indústrias da produção de farinhas e da panificação – trigo – e a indústria da alimentação animal e da carne – milho e soja). Além disso, existe um grau de integração vertical muito forte entre a produção primária e a primeira transfor-

mação em subsetores como os do leite, carne, vinho e azeite, revelando a grande inter-relação entre estes setores da economia.

Entre 2017 e 2020, notou-se uma perda de peso da indústria da “Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha” (-1,6p.p.) para a indústria da “Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins” (+0,9p.p.) e “Fabricação de alimentos para animais” (+0,6p.p.). Em 2020, a produção agroalimentar diminuiu (-5,6%) em todas as suas componentes, com exceção das indústrias da “Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins” (14,4%) e da “Fabricação de alimentos para animais” (0,5%).

<sup>5</sup> De acordo com as Matrizes de *Input-Output* de 2020 (INE), correspondem a 23% dos consumos intermédios das IABT.

<sup>6</sup> De acordo com as Matrizes de *Input-Output* de 2020 (INE), corresponde a 3 028 M€ (42% da produção agrícola nacional).

**Quadro 5 – Vendas de produtos agroalimentares entre 2020 e 2022**

	Taxa de variação (%)		Contributo para a variação das vendas (p.p.)		2020		2021		2022 P	
	2020/21	2021/22	2021	2022	mil euros	%	mil euros	%	mil euros	%
<b>Total</b>	<b>6,4</b>	<b>20,6</b>	<b>6,44</b>	<b>20,57</b>	<b>15 125 792</b>	<b>100,0</b>	<b>16 099 946</b>	<b>100,0</b>	<b>19 411 932</b>	<b>100,0</b>
<b>10 - Indústrias alimentares</b>	<b>5,0</b>	<b>24,0</b>	<b>3,89</b>	<b>18,28</b>	<b>11 699 155</b>	<b>77,3</b>	<b>12 286 887</b>	<b>76,3</b>	<b>15 229 959</b>	<b>78,5</b>
101 - Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne (a)	3,2	16,6	0,51	2,61	2 448 272	16,2	2 525 755	15,7	2 945 673	15,2
102 - Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos	5,4	12,7	0,45	1,05	1 259 905	8,3	1 328 185	8,2	1 497 153	7,7
103 - Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas	9,4	29,4	0,68	2,18	1 091 759	7,2	1 194 453	7,4	1 545 878	8,0
104 - Produção de óleos e gorduras animais e vegetais	17,5	40,2	1,11	2,81	955 783	6,3	1 123 377	7,0	1 575 262	8,1
<b>105 - Indústria de laticínios</b>	<b>1,2</b>	<b>18,9</b>	<b>0,12</b>	<b>1,66</b>	<b>1 398 715</b>	<b>9,2</b>	<b>1 416 183</b>	<b>8,8</b>	<b>1 683 387</b>	<b>8,7</b>
106 - Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, féculas e de produtos afins	10,1	49,0	0,37	1,85	551 445	3,6	607 190	3,8	904 699	4,7
107 - Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha	-8,3	24,4	-0,81	2,04	1 468 696	9,7	1 346 657	8,4	1 675 410	8,6
108 - Fabricação de outros produtos alimentares (c)	7,4	22,2	0,53	1,60	1 079 510	7,1	1 158 980	7,2	1 416 364	7,3
109 - Fabricação de alimentos para animais	11,0	28,5	0,96	2,61	1 329 600	8,8	1 475 325	9,2	1 895 481	9,8
<b>110 - Indústria das bebidas</b>	<b>12,6</b>	<b>12,4</b>	<b>2,29</b>	<b>2,39</b>	<b>2 750 334</b>	<b>18,2</b>	<b>3 096 783</b>	<b>19,2</b>	<b>3 481 859</b>	<b>17,9</b>
1102 - Indústria do vinho	13,7	3,5	1,38	0,38	1 532 654	10,1	1 741 911	10,8	1 803 589	9,3
1105 - Fabricação de cerveja	5,9	25,0	0,23	0,95	581 465	3,8	615 544	3,8	769 216	4,0
1107 - Fab. de refrigerantes; produção de águas minerais naturais e de outras águas engarrafadas	16,3	22,2	0,56	0,83	515 376	3,4	599 399	3,7	732 421	3,8
<b>120 - Indústria do tabaco</b>	<b>5,9</b>	<b>-2,3</b>	<b>0,26</b>	<b>-0,10</b>	<b>676 303</b>	<b>4,5</b>	<b>716 276</b>	<b>4,4</b>	<b>700 114</b>	<b>3,6</b>

Fonte: GPP, a partir das Estatísticas Agrícolas 2022 e Inquérito Anual à Produção Industrial (INE)

De acordo com o Inquérito Anual à Produção Industrial (Estatísticas Agrícolas 2022, INE), em 2021, as vendas das indústrias agroalimentares aumentaram 6,4%, começando a recuperar da crise pandémica (contributo positivo da indústria do vinho em +1,38p.p., e da fabricação de alimentos compostos para aves, +0,46p.p.; contributo negativo da panificação e pasteleria, -0,71p.p., e da carne de suíno, -0,56p.p.). E em 2022 (valores provisórios), as vendas apontam para um crescimento ainda mais expressivo (20,6%<sup>7</sup>), nomeadamente devido ao contributo positivo da indústria das carnes com +2,61 p.p. (com destaque para a produção de carne de aves com +1,45 p.p.) e da fabricação de alimentos para animais com +2,61p.p. (sobretudo alimentos compostos para aves com +1,03p.p.). Para este

aumento, também terá sido relevante o contributo da cerveja (+0,94p.p.), das preparações e conservação de tomate (+0,83p.p.), da carne de suíno (+0,81p.p.), dos alimentos compostos para suínos (+0,65p.p.), do pão e farinha de trigo (+0,63 e +0,61p.p.), e do peixe de água salgada congelado (+0,61p.p.).<sup>8</sup>

### 3. Estrutura de consumos intermédios da indústria agroalimentar<sup>9</sup>

Como já foi referido anteriormente, os ramos de atividade da agricultura e da indústria agroalimentar apresentam fortes ligações entre si, a agricultura depende das indústrias agroalimentares (6,7% da produção nacional das IABT são consumos intermé-

<sup>7</sup> A quantidade vendida destes produtos também aumentou em 2022 (com exceção da farinha de trigo que diminuiu 2,1%): 9,1% de carne de suíno; 11,2% de carne de aves; 6,5% de peixes de água salgada, congelados; 15,5% de preparações e conservação de tomate; 697% de pão de trigo; 3,3% de alimentos compostos para aves; 14,3% de cerveja.

<sup>8</sup> Em particular entre 2022 e 2023 (índices médios entre os meses de janeiro a julho), o volume de negócios das indústrias agroalimentares aumentou 13,2% (indústrias alimentares; 15,1% no mercado interno e 6,7% no mercado externo) e 11,2% (indústrias das bebidas; 12,5% no mercado interno e 6,8% no mercado externo), contrastando com o total das indústrias que diminuiu 0,7% (-1,0% no mercado interno e -0,3% no mercado externo). Esta evolução associada ao menor crescimento do número de horas trabalhadas (1,8% nas indústrias alimentares e 2,2% nas indústrias das bebidas) terá tido um impacto positivo sobre a produtividade do trabalho. O emprego aumentou ligeiramente nas indústrias alimentares (0,9%) e 2,8% nas indústrias das bebidas, tendo as remunerações crescido mais (10,1% nas indústrias alimentares e 11,8% na indústria das bebidas), influenciando positivamente a remuneração média por pessoa.

<sup>9</sup> Tipos de consumos intermédios: Produtos da agricultura, da pesca e das indústrias conexas inclui os ramos 01, 03 e 10-12; Embalagens inclui os ramos 16-18, 22, 23 e 25; Energia e lubrificantes inclui os ramos 19 e 35; Manutenção e reparação de edifícios industriais e de outras obras



**Quadro 6 – Estrutura de consumos intermédios das indústrias agroalimentares (%)**

	Estrutura de consumos intermédios (%)			Taxa de crescimento médio anual 2017-2020	Taxa de variação 2019-2020
	2017	2020	Variação (p.p.)	(%)	(%)
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>		<b>0,0</b>	<b>-4,1</b>
Produtos da agricultura, da pesca e das indústrias conexas	64,6	63,3	-1,3	-0,7	-3,4
Embalagens	11,6	11,4	-0,2	-0,7	-6,4
Energia e lubrificantes	3,6	3,3	-0,3	-2,9	-12,2
Manutenção e reparação de materiais e equipamentos	3,2	3,8	0,6	5,3	-1,2
Serviços de Transporte e armazenagem	3,2	3,4	0,2	2,3	-2,8
Manutenção e reparação de edifícios industriais e de outras obras	2,8	3,4	0,5	5,9	-0,1
Serviços de apoio às empresas	2,7	3,1	0,4	4,2	-3,5
Serviços de publicidade	3,1	3,0	-0,1	-1,3	-11,8
Serviços financeiros e de seguros	1,5	1,7	0,2	4,8	1,5
Serviços de telecomunicações e informática	0,8	0,9	0,1	3,6	6,7
Comércio	0,6	0,6	0,0	-0,5	-10,2
Outros bens e serviços	2,2	2,2	0,0	0,2	-8,6

Fonte: Estimativa GPP, a partir das contas nacionais (quadro de equilíbrio de recursos e utilizações – qeru), INE. data de versão dos dados: abril de 2023

dios agrícolas) e vice-versa (42% da produção nacional da agricultura é consumo intermédio das IABT) enquanto fornecedores/compradores de produtos intermédios (e.g. a indústria fornece alimentos compostos para os animais à agricultura, a agricultura fornece animais para abate à indústria), existindo um grau de integração vertical muito forte entre a agricultura e a indústria.

Além disso, tanto a agricultura como as indústrias dependem da procura final de bens alimentares assumida sobretudo via distribuição alimentar (45,5% da produção das indústrias agroalimentares destina-se ao consumo final interno).

Em particular, a estrutura de consumos intermédios da indústria agroalimentar (estimada a partir do QERU do INE) revela uma prevalência das matérias-primas agrícolas e da pesca e dos produtos das indústrias conexas (63,3%) e das “Embalagens” (11,4%) face às restantes rubricas. No período 2017-2020, destaca-se uma perda de peso da rubrica mais

relevante (-1,3p.p.) em detrimento da “Manutenção e reparação de materiais e equipamentos” (+0,6p.p.) e da “Manutenção e reparação de edifícios industriais e de outras obras” (+0,5p.p.). Acresce que, de acordo com as Matrizes de *Input-Output* (INE), cerca de 30% dos consumos intermédios são importados (30,9% nas indústrias alimentares, 23,3% na indústria das bebidas e 64,4% na indústria do tabaco).

Em 2020, os consumos intermédios diminuíram em valor (-4,1%), sobretudo devido ao contributo da sua componente “Produtos da agricultura, da pesca e das indústrias conexas” (-3,4%), a mais representativa. Embora com menor peso na estrutura é de realçar a variação positiva das rubricas “Serviços financeiros e de seguros” (1,5%) e “Serviços de telecomunicações e informática” (6,7%), em contraste com todas as outras componentes. E em 2021, os consumos intermédios cresceram 10%, fruto dos contributos positivos dos “Produtos da agricultura, da pesca e das indústrias conexas” (+5,7p.p.) e das “Embalagens” (+1,4p.p.).

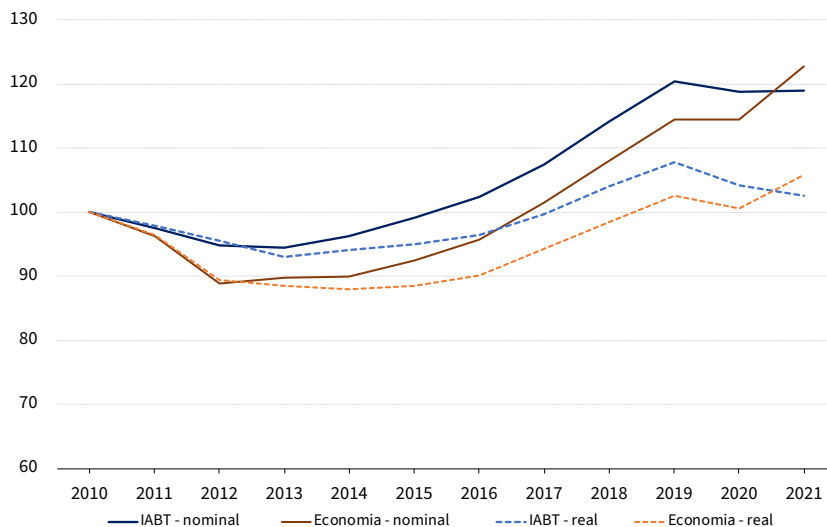
inclui os ramos 31, 36-38, 41, 68 e 81; Manutenção e reparação de materiais e equipamentos inclui os ramos 20, 28 e 33; Serviços de publicidade inclui os ramos 58 e 73; Serviços de telecomunicações e informática inclui os ramos 53, 61-63 e 95; Serviços de transporte e armazenagem inclui os ramos 49-52; Comércio inclui os ramos 55, 56; Serviços financeiros e de seguros inclui os ramos 64-66; Serviços de apoio às empresas inclui os ramos 69-71, 74 e 82; Outros bens e serviços inclui os restantes ramos A82.

#### 4. Evolução da remuneração dos assalariados e do excedente bruto de exploração na indústria agroalimentar

No período 2010-2021, registou-se um crescimento das remunerações dos assalariados na indústria em termos nominais (1,6% ao ano), abaixo da evolução do conjunto da economia (1,9% ao ano). Em termos reais, a evolução das remunerações foi mais baixa (0,2% ao ano nas IABT e 0,5% ao ano na economia). Em 2021, o crescimento das remunerações na indústria foi inferior à média dos últimos anos (0,2%, em valor) e contrastou com a variação na econo-

mia que assumiu um forte crescimento (7,2%, valor; sobretudo em resultado do contributo positivo das atividades de comércio, de consultoria e de servi-

Gráfico 4 – Evolução das remunerações dos assalariados (2010=100)



Quadro 7 – Remuneração dos assalariados e Excedente Bruto de Exploração (EBE) na indústria agroalimentar e na economia

	2010	2015	2020	2021	Taxa de crescimento médio anual (%)	Taxa de variação (%)
					2010/2021P	2020-2021
<b>Rendimento dos fatores (VABcf), a preços correntes</b>						
IABT (M€)	3 550,9	3 811,9	4 169,4	4 241,3	1,6	1,7
Economia (M€)	158 842,0	155 794,9	176 396,4	189 529,8	1,6	7,4
<b>VABpb, a preços correntes</b>						
IABT (M€)	3 568	3 854	4 169	4 249	1,6	1,9
Economia (M€)	157 971	156 517	174 768	187 070	1,5	7,0
<b>Remuneração dos assalariados (Rem), a preços correntes</b>						
IABT (M€)	1 708	1 693	2 027	2 031	1,6	0,2
Economia (M€)	84 837	78 406	97 124	104 098	1,9	7,2
<b>Remuneração média por assalariado IABT (mil euros/ETC)</b>	<b>16,5</b>	<b>16,4</b>	<b>17,0</b>	<b>17,3</b>	<b>0,4</b>	<b>1,5</b>
Remuneração dos assalariados (Rem), real (M€)	1 813	1 722	1 890	1 858	0,2	-1,7
Emprego IABT (mil ETC)	110,2	105,1	111,1	107,7	-0,2	-3,1
<b>Remuneração média por assalariado Economia (mil euros/ETC)</b>	<b>19,4</b>	<b>18,4</b>	<b>19,3</b>	<b>19,8</b>	<b>0,2</b>	<b>2,7</b>
Remuneração dos assalariados (Rem), real (M€)	90 059	79 752	90 544	95 235	0,5	5,2
Emprego Economia (mil ETC)	4 644,6	4 327,6	4 701,4	4 813,0	0,3	2,4
<b>Rácio (%)</b>	<b>84,9</b>	<b>88,9</b>	<b>88,3</b>	<b>87,2</b>	<b>0,2</b>	<b>-1,2</b>
<b>Excedente bruto de exploração, a preços correntes</b>						
IABT (M€)	1 843	2 119	2 142	2 210	1,7	3,2
Economia (M€)	74 005	77 389	79 273	85 432	1,3	7,8

P – dados provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (INE) – Data da última atualização: setembro de 2023

ços de saúde). Já em termos reais, as remunerações nas IABT diminuíram (-1,7%), enquanto o indicador cresceu 5,2% na economia. Esta evolução tem acompanhado a evolução do emprego que decresceu nas indústrias (-3,1%) mas cresceu na economia (2,4%), com uma remuneração média por ETC a crescer 1,5% nas IABT e 2,7% na economia.

## 5. Estrutura de investimento (FBCF) da indústria agroalimentar

A estrutura de investimento (FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo) das IABT é caracterizada por apre-

sentar um predomínio das “Outras construções”<sup>10</sup> (48,2%; mais que o conjunto da economia com 35,4%) e das “Outras máquinas e equipamentos”<sup>11</sup> (37,2%; acima da economia com 21,6%), perfazendo 85,3% do total. Entre 2010 e 2021, as componentes “Outras construções” (+4,1p.p.) e “Produtos de propriedade intelectual” (+1,5p.p.) ganharam peso em detrimento das “Outras máquinas e equipamentos” (-4,1p.p.) e “Material de transporte” (-1,6p.p.). No mesmo período, o investimento na indústria agroalimentar aumentou a uma média anual de 3,0% (em volume), acima do crescimento da economia (0,1% ao ano, em volume). De notar dois períodos distintos

**Quadro 8 – Investimento na indústria agroalimentar e total da economia**

	Ano	FBCF IABT (milhões de euros)		FBCF Economia (milhões de euros)	
		Preços correntes	Preços constantes 2016	Preços correntes	Preços constantes 2016
<b>Investimento nas indústrias agroalimentares e total da economia</b>	2010	702,7	680,0	36 952,8	37 525,9
	2011	725,6	704,1	32 437,4	32 800,5
	2012	698,9	681,9	26 631,5	27 318,8
	2013	667,4	642,2	25 150,3	26 006,0
	2014	735,9	710,3	26 012,7	26 601,1
	2015	737,6	707,6	27 886,5	28 175,7
	2016	670,0	670,0	28 893,4	28 893,4
	2017	880,7	879,0	32 887,7	32 212,9
	2018	927,6	904,0	35 953,4	34 204,5
	2019	966,6	937,8	38 815,2	36 047,3
	2020	910,6	873,0	38 509,8	35 262,5
	2021	1 016,9	936,5	43 639,5	38 106,4
<b>Taxa de crescimento médio anual (%)</b>	<b>2010-2021</b>	3,4	3,0	1,5	0,1
<b>Taxa de variação (%)</b>	<b>2020-2021</b>	11,7	7,3	13,3	8,1

P – dados provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (INE) – Data da última atualização: setembro de 2023

<sup>10</sup> “Construções, exceto para fins residenciais, incluindo os custos de ruas, esgotos e trabalhos de terraplenagem e preparação do terreno. Incluem igualmente os monumentos públicos não classificados como habitações ou edifícios não residenciais; poços, túneis e outras construções associadas à extração de minerais e reservas energéticas; e a construção de paredes, diques e barreiras contra inundações, destinados a melhorar os terrenos adjacentes, mas sem fazerem parte dos mesmos. Entre os exemplos contam-se as vias rápidas, ruas, estradas, caminhos-de-ferro e pistas de aviação; pontes, viadutos, túneis e passagens subterrâneas; vias navegáveis, portos, barragens e outras obras hidráulicas; condutas de longa distância, linhas de telecomunicações e de transporte de energia; condutas e cabos locais, obras complementares; construções para mineração e transformação; e construções para desporto e recreio.” (Fonte: INE)

<sup>11</sup> “Maquinaria e equipamento não classificados noutra posição. São exemplos os produtos, exceto as suas partes, os serviços de instalação, reparação e manutenção incluídos na divisão 26 (Produtos informáticos, eletrónicos e óticos – exceto os grupos 261 e 262), na divisão 27 (Equipamento elétrico), na divisão 28 (Máquinas e equipamentos, n.e.), na divisão 31 (Mobiliário) e na divisão 32 (Produtos diversos das indústrias transformadoras) da CPA 2008.” (Fonte: INE)

na evolução da FBCF das IABT: 2010-2016, em que a FBCF rondava os 685M€; 2017-2021, com a FBCF a registar valores na ordem dos 900 M€. Já ao nível da economia no seu conjunto, verificou-se um crescimento consecutivo da FBCF desde 2013 com uma ligeira interrupção em 2020. No último ano, o investimento na indústria agroalimentar cresceu 7,3% em volume (e 11,7% em valor), menos que a economia (8,1% em volume e 13,3% em valor), recuperando face a 2020.

## 6. Comércio internacional da indústria agroalimentar

### *i. Principais exportações de bens agroalimentares: azeite, vinho, pescado e framboesas e amoras*

Os produtos mais representativos das exportações alimentares<sup>12</sup> são as gorduras vegetais e animais (15,0%), nomeadamente o azeite (9,3%; note-se que ganhou peso face ao vinho e pescado, embora este último ainda mantenha um peso ligeiramente superior), as bebidas (13,5%), com destaque para o vinho (9,3%), o pescado (9,5%) e os frutos (9,2%), sobretudo as framboesas e amoras (2,0%). Entre 2010 e 2022, verificou-se, por um lado, um ganho de peso

das gorduras (+8,3p.p.), das frutas (+3,0p.p.) e dos animais vivos (+1,9p.p.) e, por outro lado, uma perda de peso das bebidas (-7,5p.p.), do pescado (-3,0p.p.) e do leite/lacticínios (-2,2p.p.).

### *ii. Exportações agroalimentares cresceram mais que a economia entre 2020 e 2022*

No período 2010-2022, as exportações de bens e serviços das IABT têm crescido consecutivamente (6,9% ao ano) acima da economia (5,6% ao ano), destacando-se o último período com um aumento muito expressivo (16,6% ao ano entre 2020 e 2022). Para a evolução 2010-2022 foram sobretudo relevantes os contributos positivos do azeite (+1,12p.p.), cigarros (+0,58p.p.), frutas frescas (+0,49p.p.) e vinho (+0,45p.p.).

Segundo as Estatísticas do Comércio Internacional, entre 2022 e 2023 (valores acumulados de janeiro a agosto), as exportações de bens agroalimentares cresceram 6,2%, sobretudo devido aos contributos positivos dos açúcares (+1,36p.p.), produtos hortícolas (+1,11p.p.) e preparações de produtos hortícolas e frutas (+0,87p.p.), nomeadamente preparações de tomates. De destacar também o contributo negativo

**Quadro 9 – Evolução da estrutura das exportações de bens agroalimentares (%)**

PRODUTOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Evolução do peso no período
Animais vivos	1,7	1,4	1,7	1,7	1,6	2,0	2,5	2,6	2,7	2,9	3,4	3,4	3,6	
Peixes...	12,5	12,7	11,3	10,5	11,3	11,1	11,7	11,8	11,7	11,3	8,4	9,7	9,5	
Leite e lacticínios; ovos de aves; mel...	6,8	6,1	6,4	5,9	5,8	5,6	4,8	5,1	4,6	4,7	4,4	4,8	4,7	
Frutas...	6,2	5,8	6,2	6,1	7,3	7,7	7,7	9,3	9,6	10,2	10,7	9,4	9,2	
Gorduras e óleos animais, vegetais...	6,8	8,5	8,5	9,6	8,7	9,5	9,4	11,0	11,5	10,6	10,8	12,6	15,0	
Preparações de carne, peixes...	4,7	5,1	5,4	5,8	5,3	4,9	4,8	4,6	4,2	4,0	4,2	3,8	3,8	
Bebidas...	21,0	21,0	21,3	19,6	19,3	17,0	15,8	15,7	15,3	15,6	15,6	15,3	13,5	
Tabaco ...	8,5	7,9	7,9	8,2	9,4	11,5	10,3	8,0	8,2	8,3	9,2	8,5	7,4	
Outros	31,9	31,4	31,3	32,6	31,4	30,8	33,1	32,0	32,2	32,4	33,2	32,7	33,4	
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	

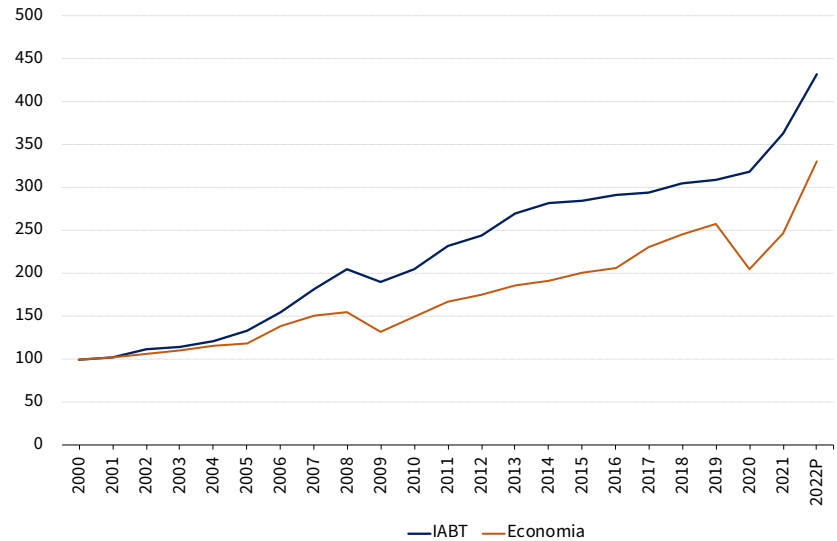
Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do Comércio Internacional (INE) – Data de versão dos dados: setembro de 2023

<sup>12</sup> Inclui as rubricas 01 a 24 da Nomenclatura Combinada.

das gorduras, nomeadamente de azeite, para a variação das exportações (-1,13p.p.). Até ao fim de 2023, perspectiva-se algum abrandamento no crescimento das exportações, fruto da conjuntura económica da Alemanha devido ao quadro de recessão em que se encontra, do Reino Unido devido à crise pós-Brexit, e de Angola com a questão cambial que gera algumas preocupações nas empresas nacionais<sup>13</sup>.

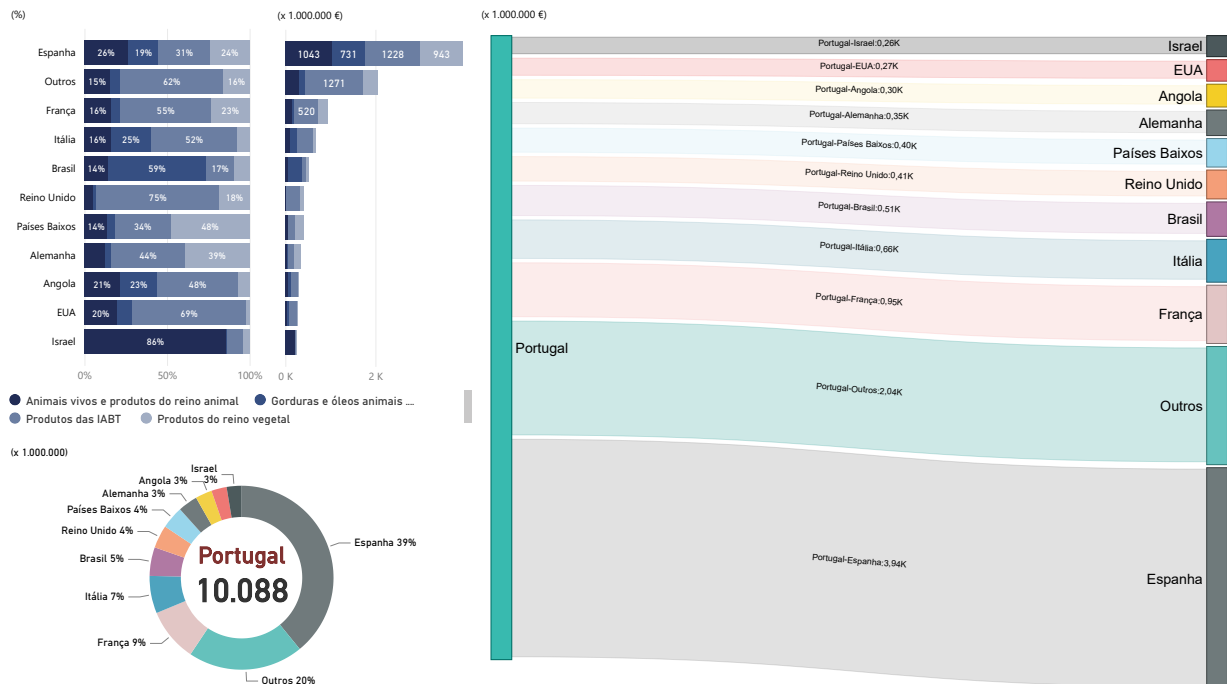
Os principais destinos das exportações portuguesas são a Espanha (39,1%), a França (9,4%) e a Itália (6,6%).

**Gráfico 5 – Evolução das exportações de bens e serviços das IABT e da economia (2000=100)**



Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do Comércio Internacional (INE) – Data de versão dos dados: setembro de 2023

**Gráfico 6 – Principais destinos das exportações agroalimentares, em 2022**



Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do Comércio Internacional (INE) – Data de versão dos dados: setembro de 2023

<sup>13</sup> <https://eco.sapo.pt/2023/10/04/inflacao-e-crise-comem-crescimento-das-exportacoes-agroalimentares/>

### iii. Principais importações de bens agroalimentares: bacalhau, carne e milho

As principais importações alimentares são o pescado (14,7%), em particular o bacalhau, a carne (9,7%) e os cereais (9,2%). Entre 2010 e 2022, verificou-se, por um lado, um ganho de peso das gorduras (+1,9p.p.) e cereais (+1,4p.p.) e, por outro lado, uma perda de peso do leite/lacticínios (-1,2p.p.), do pescado (-1,0p.p.) e dos açúcares (-1,0p.p.).

(+0,66p.p.), nomeadamente o milho (+0,44p.p.), e gorduras (+0,59p.p.), salientando-se o azeite (+0,27p.p.).

De acordo com as Estatísticas do Comércio Internacional, entre 2022 e 2023 (valores acumulados de janeiro a agosto), as importações de bens cresceram mais que as exportações (8,9%), para as quais foram relevantes os contributos positivos dos produtos hortícolas (+1,6p.p.), nomeadamente batatas, preparações à base de cereais (+1,3p.p.), nomeadamente

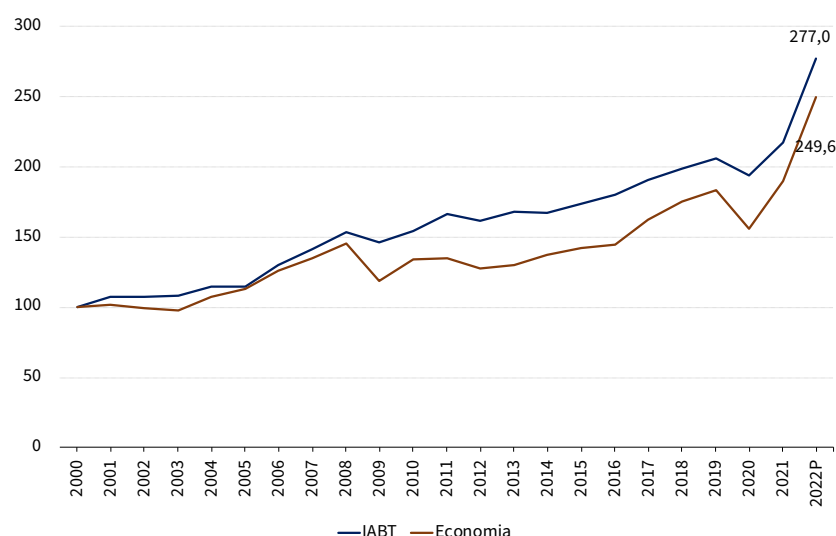
**Quadro 10 – Evolução da estrutura das importações de bens agroalimentares (%)**

PRODUTOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Evolução do peso no período
Carnes...	9,9	8,9	9,1	9,9	10,8	10,0	9,6	9,6	10,2	10,3	9,4	9,2	9,7	
Peixes...	15,7	15,4	15,2	14,0	15,7	17,1	17,9	17,9	17,8	17,1	15,4	15,1	14,7	
Leite e lacticínios; ovos de aves; mel...	6,4	5,8	5,9	5,8	6,0	5,5	5,0	4,9	5,0	5,1	5,0	4,9	5,2	
Produtos hortícolas...	3,9	3,5	3,2	3,8	3,4	3,5	4,0	3,6	3,8	4,0	4,0	3,6	3,5	
Frutas...	6,3	5,4	5,2	5,9	5,7	5,9	7,0	7,1	7,4	6,9	8,2	7,3	6,3	
Cereais	7,8	9,3	9,6	8,2	8,0	7,8	7,6	7,2	7,7	7,1	7,1	7,7	9,2	
Sementes e frutos oleaginosos...	6,3	6,3	7,0	7,2	6,6	6,5	5,8	5,8	6,3	5,9	6,8	7,2	6,9	
Gorduras e óleos animais, vegetais...	5,3	6,8	6,5	6,6	5,4	6,2	5,5	6,9	5,9	5,9	5,8	7,0	7,2	
Preparações à base de cereais...	5,4	5,0	5,1	5,1	5,2	5,0	5,1	4,9	5,1	5,3	5,4	5,2	5,2	
Preparações alimentícias diversas	4,3	4,0	3,7	3,6	3,7	3,6	3,7	3,9	3,8	3,9	4,0	4,0	3,8	
Bebidas...	5,0	4,6	4,4	4,6	4,5	4,5	4,3	4,4	4,4	4,6	4,4	4,3	4,3	
Resíduos e desperdícios ...; alimentos ...	3,9	4,0	4,2	3,7	3,9	3,4	3,6	3,5	3,4	3,5	3,6	3,8	3,9	
Outros	19,7	21,1	21,1	21,6	21,1	20,8	20,9	20,2	19,1	20,3	20,8	20,5	20,0	
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	

Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do Comércio Internacional (INE) – Data de versão dos dados: setembro de 2023

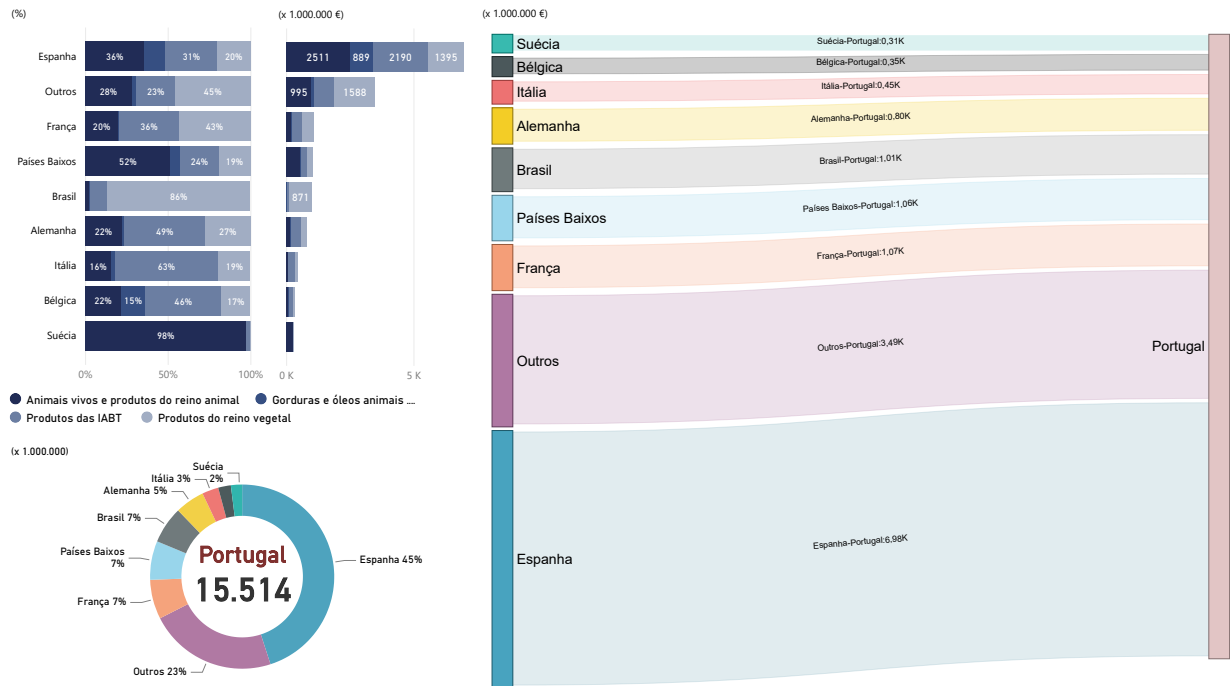
Entre 2010 e 2022, verificou-se um crescimento das importações em 5,0% ao ano, inferior ao aumento das exportações (6,4% ao ano) influenciando positivamente o saldo comercial agroalimentar. Em particular entre 2020 e 2022, registou-se um forte crescimento (19,6% ao ano) que superou a variação das exportações (16,6% ao ano). A dinâmica das importações no período 2010-2022 foi sobretudo afetada pelo contributo positivo do pescado (+0,96p.p.), com destaque para o peixe seco (+0,24p.p.), cereais

**Gráfico 7 – Evolução das importações de bens e serviços das IABT e da economia (2000=100)**



Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do Comércio Internacional (INE) – Data de versão dos dados: setembro de 2023

**Gráfico 8 – Principais origens das importações agroalimentares, em 2022**



Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do Comércio Internacional (INE) – Data de versão dos dados: setembro de 2023

produtos de padaria, leite/lactícínios (+1,09p.p.), com destaque para o queijo, e frutas (+1,08p.p.), designadamente citrinos.

As principais origens das importações agroalimentares são a Espanha (45,0%), a França (6,9%) e os Países Baixos (6,8%).

**Em 2002, foi registado o défice comercial agroalimentar mais elevado do período 2000-2022**

em 2020 o défice decresceu (-1,46 milhões de euros), mas em 2022, um ano marcado pela recuperação da crise pandémica mas também pela invasão da Ucrânia pela Rússia, foi registado o défice mais elevado de sempre (-2,5 mil milhões de euros). No período 2010-2022, o maior crescimento das exportações (6,4% ao ano)

O saldo da balança comercial das indústrias agroalimentares, tradicionalmente negativo, melhorou entre 2011 e 2014 (-2,0 mil milhões de euros para -1,1 mil milhões de euros) no decurso da crise económico-financeira. Com a recuperação económica, observou-se um aumento das importações, em resultado do crescimento do consumo interno, voltando a aumentar o défice comercial até 2019 (-2,1 mil milhões de euros). Com a crise pandémica

**Gráfico 9 – Evolução do saldo da balança comercial das indústrias agroalimentares e da economia (milhões de euros)**



Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (INE) – Data de versão dos dados: abril de 2023

face às importações (5,0% média anual) teve efeitos positivos sobre o saldo da balança comercial das indústrias agroalimentares.

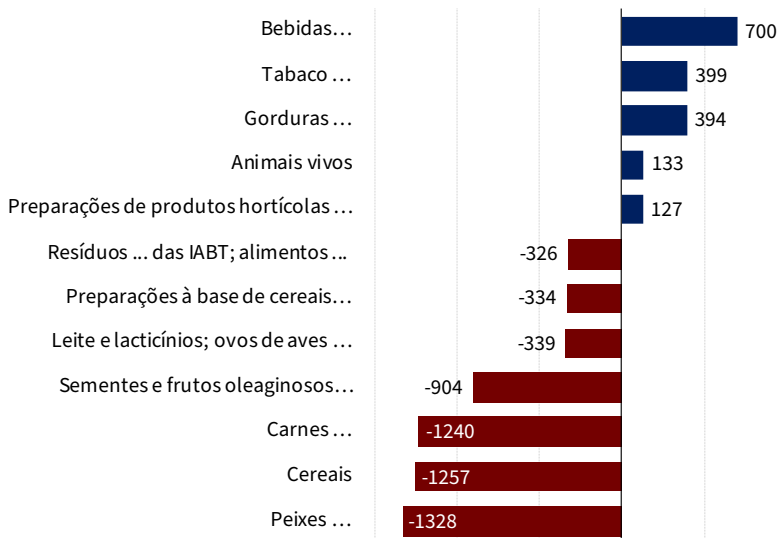
**Principais défices comerciais agroalimentares: pescado, carne e cereais**

Para a evolução do saldo comercial agroalimentar entre 2010 e 2022, foram sobretudo relevantes os défices comerciais médios do pescado (-941M€), carne (-810M€), cereais (-757M€) e sementes e frutos oleaginosos (-599M€), contrabalançados pelos superávites comerciais médios das bebidas (+655M€) e tabaco (+338M€).

No que se refere à taxa de cobertura das importações pelas exportações (a percentagem das compras ao estrangeiro que é compensada pelas vendas do país ao estrangeiro), a evolução nas indústrias agroalimentares tem sido positiva, podendo destacar-se três momentos: um crescimento quase consecutivo do indicador entre 2000 (48,3%) e 2014 (81,4%), o valor mais elevado desde o início do século; um recuo da taxa de cobertura entre 2014 e 2019 (72,5%); uma retoma do crescimento entre 2019 e 2021 (80,6%). Em particular em 2022, o maior crescimento das importações face às exportações de bens agroalimentares fez decrescer o indicador (75,4%).

O grau de abertura das indústrias agroalimentares, que dá uma indicação da exposição do setor ao exterior, é muito elevado e com tendência de crescimento, evidenciando o carácter transacionável da produção agroalimentar (331,8%).

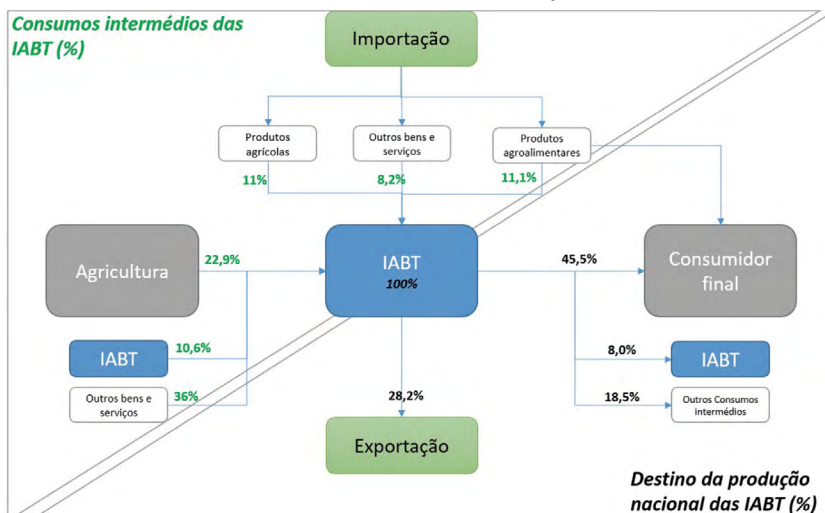
**Gráfico 10 – Saldo comercial dos bens agroalimentares (M€) – 2022**



Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do Comércio Internacional (INE) – Data de versão dos dados: setembro de 2023

A orientação das indústrias agroalimentares para o mercado externo tem aumentado de modo significativo (14,9% em 2000 e 34,6% em 2021), acompanhando a crescente globalização do mercado internacional. Em particular, o segmento do tabaco direcionou-se quase exclusivamente para as exportações (tendo ultrapassado em 2004 a orientação exportadora da indústria das bebidas). Em 2021, 29,8% da produção das indústrias alimentares e 41,9% da produção das indústrias das bebidas teve como destino a exportação (tem-se notado uma maior aproximação do indicador da indústria ali-

**Figura 1 – Consumos intermédios e destino da produção nacional das IABT (%)**



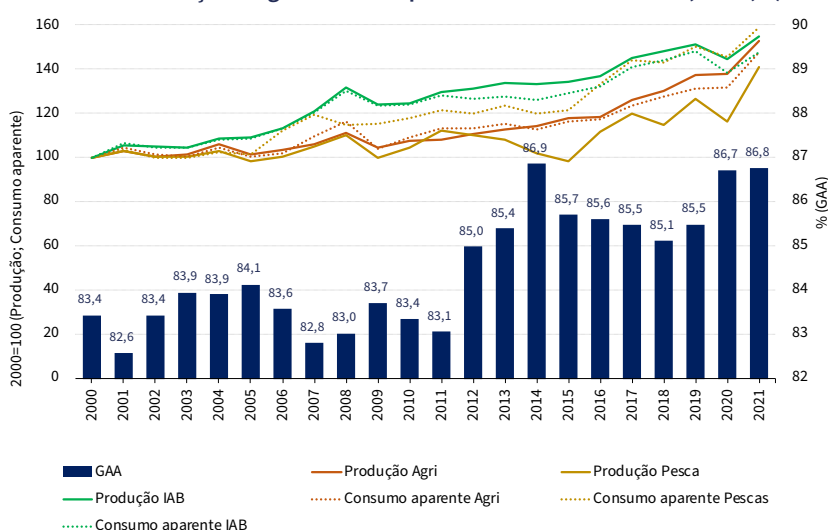
Fonte: GPP, a partir de Matrizes Simétricas de Input-Output (INE)



mentar à indústria das bebidas). De acordo com as Matrizes Simétricas de *Input-Output* (INE), em 2020, o maior destino da produção das indústrias agroalimentares foi o consumo final interno (45,5%), seguido das exportações de bens (28,2%) e dos consumos intermédios (8,0% para as IABT e 18,5% para outros consumos intermédios).

O grau de autoaprovisionamento de bens alimentares<sup>14</sup>, que permite calcular a importância da produção alimentar nacional no consumo de bens alimentares, rondava os 83% até 2011. Mas, a partir deste ano, e até 2021, a média cresceu, situando-se nos 86%. Para esta evolução, foi relevante o maior ritmo de crescimento da produção alimentar (2,4% ao ano) face ao consumo aparente alimentar (2,0% ao ano).

**Gráfico 11 – Evolução do grau de autoaprovisionamento alimentar, GAA (%)**



Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (INE)

## 7. Caracterização e evolução das empresas na indústria agroalimentar

Em Portugal, existem cerca de 11 mil empresas das indústrias agroalimentares, que geram 19 mil M€ de volume de negócios<sup>15</sup> (o que representa 4,4% do

**Quadro 11 – Empresas, volume de negócios, VAB e pessoal ao serviço nas indústrias agroalimentares**

	Empresas				Volume de negócios				VAB				Pessoal ao serviço			
	2021		TCMA	TV	2021		TCMA	TV	2021		TCMA	TV	2021		TCMA	TV
	N.º	%	17-21	20-21	M€	%	17-21	20-21	M€	%	17-21	20-21	N.º	%	17-21	20-21
			%				%				%				%	
<b>Total indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco</b>	<b>11 172</b>	<b>100,0</b>	<b>-0,1</b>	<b>2,9</b>	<b>19 000</b>	<b>100,0</b>	<b>2,1</b>	<b>9,4</b>	<b>3 910</b>	<b>100,0</b>	<b>1,4</b>	<b>8,6</b>	<b>110 320</b>	<b>100,0</b>	<b>-0,8</b>	<b>0,8</b>
<b>Indústrias alimentares</b>	<b>9 186</b>	<b>82,2</b>	<b>-0,4</b>	<b>3,4</b>	<b>14 562</b>	<b>76,6</b>	<b>2,0</b>	<b>9,2</b>	<b>2 472</b>	<b>63,2</b>	<b>0,4</b>	<b>6,4</b>	<b>92 303</b>	<b>83,7</b>	<b>-1,3</b>	<b>0,7</b>
Abate de animais, preparação e conservação de carnes ...	809	7,2	4,1	8,2	3 191	16,8	3,2	7,6	473	12,1	1,3	4,0	19 251	17,5	2,8	3,7
Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos	157	1,4	-1,7	4,7	1 365	7,2	1,5	8,5	241	6,2	5,4	12,7	8 433	7,6	2,4	0,0
Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas	451	4,0	2,4	4,6	1 130	5,9	4,4	5,5	206	5,3	2,5	6,5	5 892	5,3	1,9	1,3
Produção de óleos e gorduras animais e vegetais	463	4,1	0,3	-0,9	1 345	7,1	-0,2	17,9	135	3,5	3,4	57,8	2 274	2,1	3,2	8,2
Indústria de laticínios	452	4,0	0,1	0,2	1 674	8,8	1,4	6,9	248	6,3	-1,5	6,7	7 409	6,7	1,4	2,2
Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos ...	146	1,3	-6,2	-7,6	745	3,9	3,9	9,2	74	1,9	2,7	-2,7	1 870	1,7	-0,9	-1,7
Fabricação de produtos de padaria e outros produtos ...	5 803	51,9	-1,4	2,5	1 658	8,7	-2,3	6,9	547	14,0	-4,8	1,6	34 670	31,4	-5,6	-1,7
Fabricação de outros produtos alimentares	788	7,1	2,8	11,6	1 685	8,9	2,0	9,2	374	9,6	2,6	2,0	9 039	8,2	0,9	1,9
Fabricação de alimentos para animais	117	1,0	-0,2	6,4	1 769	9,3	5,4	13,7	173	4,4	3,8	7,9	3 465	3,1	-0,8	-0,2
<b>Indústria das bebidas</b>	<b>1 980</b>	<b>17,7</b>	<b>1,2</b>	<b>0,7</b>	<b>3 573</b>	<b>18,8</b>	<b>1,5</b>	<b>11,4</b>	<b>946</b>	<b>24,2</b>	<b>2,0</b>	<b>15,8</b>	<b>17 377</b>	<b>15,8</b>	<b>2,4</b>	<b>1,3</b>
<b>Indústria do tabaco</b>	<b>6</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>865</b>	<b>4,6</b>	<b>5,0</b>	<b>4,5</b>	<b>492</b>	<b>12,6</b>	<b>6,1</b>	<b>6,9</b>	<b>640</b>	<b>0,6</b>	<b>-0,6</b>	<b>-3,5</b>

Fonte: GPP, a partir de Contas Integradas das Empresas (INE) – Data de versão dos dados: fevereiro de 2023

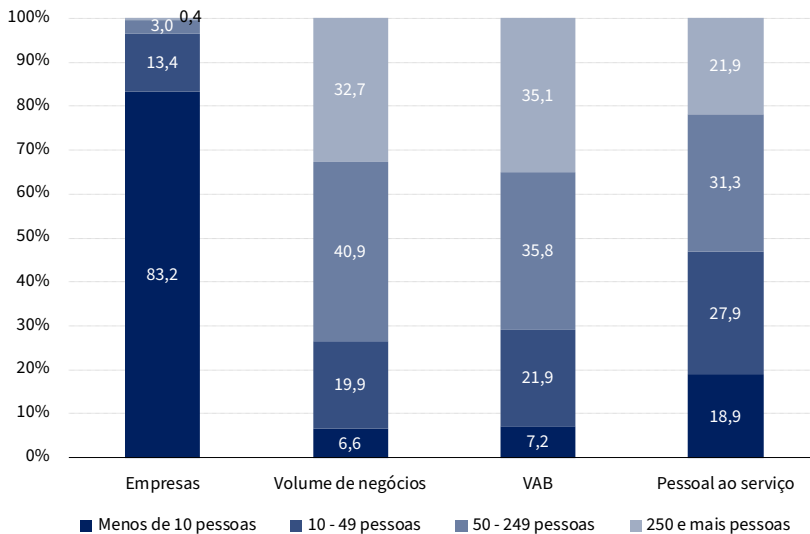
<sup>14</sup> Inclui os ramos 01, 03, 10 e 11.

<sup>15</sup> “O volume de negócios compreende o valor total da faturação, com exclusão do IVA, correspondente à venda de mercadorias, produtos, desperdícios, e à prestação de serviços a terceiros.” (Fonte: INE)

**Maior parte das empresas é de “muito pequena dimensão”, mas o volume de negócios é gerado predominantemente nas de “média” e “grande dimensão”**

volume de negócios do total da economia), 3,9 mil M€ de VAB e empregam 110 mil pessoas (em média, 10 pessoas por empresa). Embora a maior parte destas seja de “muito pequena dimensão”<sup>16</sup> (83%, empregando menos de 10 pessoas ao serviço), o volume de negócios é gerado predominantemente nas de “média” (41%) e de “grande dimensão” (33%). O pessoal ao serviço encontra-se mais ou menos distribuído por todos os escalões.

**Gráfico 12 – Estrutura das empresas agroalimentares por escalão de pessoal ao serviço (n.º de empresas, volume de negócios, VAB e pessoal ao serviço) – 2021 (%)**



Fonte: GPP, a partir de Contas Integradas das Empresas (INE) – Data de versão dos dados: fevereiro de 2023

Mais de metade das empresas pertence ao setor da “Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha”, que representa 14% do VAB e 31,4% do pessoal ao serviço. Embora a indústria

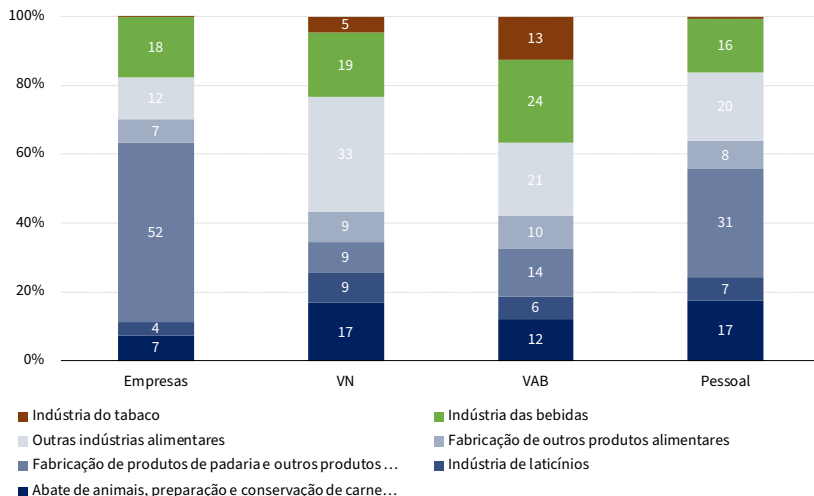
**Quadro 12 – Dimensão das empresas agroalimentares por escalão de pessoal ao serviço**

	Empresas				Menos de 10 pessoas				10 - 49 pessoas				50 - 249 pessoas				250 e mais pessoas							
	2021		TCMA	TV	2021		TCMA	TV	2021		TCMA	TV	2021		TCMA	TV	2021		TCMA	TV				
	N.º	%			N.º	nas IABT	no setor	17-21	20-21	N.º	nas IABT	no setor	17-21	20-21	N.º	nas IABT	no setor	17-21	20-21	N.º	nas IABT	no setor	17-21	20-21
		%				%	%	%	%		%	%	%	%		%	%	%	%	%		%	%	%
<b>Total indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco</b>	<b>11 172</b>	<b>100</b>	<b>-0,1</b>	<b>2,9</b>	<b>9 293</b>	<b>100</b>	<b>83,2</b>	<b>0,5</b>	<b>3,6</b>	<b>1 498</b>	<b>100</b>	<b>13,4</b>	<b>-4,0</b>	<b>-1,0</b>	<b>332</b>	<b>100</b>	<b>3,0</b>	<b>1,6</b>	<b>1,8</b>	<b>49</b>	<b>100</b>	<b>0,4</b>	<b>0,5</b>	<b>6,5</b>
<b>Indústrias alimentares</b>	<b>9 186</b>	<b>82,2</b>	<b>-0,4</b>	<b>3,4</b>	<b>7 595</b>	<b>81,7</b>	<b>82,7</b>	<b>0,4</b>	<b>4,3</b>	<b>1 266</b>	<b>84,5</b>	<b>13,8</b>	<b>-4,8</b>	<b>-1,4</b>	<b>285</b>	<b>85,8</b>	<b>3,1</b>	<b>1,2</b>	<b>2,5</b>	<b>40</b>	<b>81,6</b>	<b>0,4</b>	<b>0,0</b>	<b>5,3</b>
Abate de animais, preparação e conservação de carnes ...	809	7,2	4,1	8,2	557	6,0	68,9	4,8	11,0	166	11,1	20,5	1,4	-0,6	76	22,9	9,4	6,5	13,4	10	20,4	1,2	-6,3	-16,7
Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos	157	1,4	-1,7	4,7	73	0,8	46,5	-3,2	7,4	36	2,4	22,9	-4,3	2,9	40	12,0	25,5	2,0	-2,4	8	16,3	5,1	12,5	33,3
Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas	451	4,0	2,4	4,6	366	3,9	81,2	3,1	4,9	63	4,2	14,0	-0,8	5,0	16	4,8	3,5	-1,5	-5,9	6	12,2	1,3	10,7	20,0
Produção de óleos e gorduras animais e vegetais	463	4,1	0,3	-0,9	418	4,5	90,3	-0,2	-2,1	38	2,5	8,2	4,4	11,8	6	1,8	1,3	10,7	0,0	1	2,0	0,2		
Indústria de laticínios	452	4,0	0,1	0,2	360	3,9	79,6	0,4	0,8	72	4,8	15,9	-1,3	-4,0	16	4,8	3,5	0,0	6,7	4	8,2	0,9	0,0	0,0
Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos ...	146	1,3	-6,2	-7,6	115	1,2	78,8	-7,3	-8,0	16	1,1	11,0	-1,5	-11,1	15	4,5	10,3	-1,6	0,0	0	0,0	0,0		
Fabricação de produtos de padaria e outros produtos ...	5 803	51,9	-1,4	2,5	4 990	53,7	86,0	-0,3	3,3	739	49,3	12,7	-7,4	-2,0	68	20,5	1,2	-2,1	-4,2	6	12,2	0,1	-9,6	0,0
Fabricação de outros produtos alimentares	788	7,1	2,8	11,6	666	7,2	84,5	3,9	14,4	88	5,9	11,2	-3,4	-4,3	30	9,0	3,8	-0,8	7,1	4	8,2	0,5	7,5	0,0
Fabricação de alimentos para animais	117	1,0	-0,2	6,4	50	0,5	42,7	-1,0	19,0	48	3,2	41,0	1,1	-2,0	18	5,4	15,4	0,0	0,0	1	2,0	0,9	-15,9	0,0
<b>Indústria das bebidas</b>	<b>1 980</b>	<b>17,7</b>	<b>1,2</b>	<b>0,7</b>	<b>1 695</b>	<b>18,2</b>	<b>85,6</b>	<b>1,1</b>	<b>0,6</b>	<b>232</b>	<b>15,5</b>	<b>11,7</b>	<b>1,3</b>	<b>1,3</b>	<b>45</b>	<b>13,6</b>	<b>2,3</b>	<b>4,3</b>	<b>-2,2</b>	<b>8</b>	<b>16,3</b>	<b>0,4</b>	<b>3,4</b>	<b>14,3</b>
<b>Indústria do tabaco</b>	<b>6</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>3</b>	<b>0,0</b>	<b>50,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>			<b>2</b>	<b>0,6</b>	<b>33,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1</b>	<b>2,0</b>	<b>16,7</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>

Fonte: GPP, a partir de Contas Integradas das Empresas (INE) – Data de versão dos dados: fevereiro de 2023

<sup>16</sup> Nesta análise, foram considerados os seguintes escalões de pessoal ao serviço: muito pequena dimensão – menos de 10 pessoas; pequena dimensão – 10 a 49 pessoas; média dimensão: 50-249 pessoas; grande dimensão: 250 pessoas ou mais.

**Gráfico 13 – Estrutura das empresas agroalimentares por subsetor (n.º de empresas, volume de negócios, VAB e pessoal ao serviço) – 2021 (%)**



Fonte: GPP, a partir de Contas Integradas das Empresas (INE) – Data de versão dos dados: fevereiro de 2023

das bebidas não seja tão representativa em termos de número de empresas (17,7%), gera ¼ do VAB e emprega 15,8% do pessoal ao serviço. Em termos regionais, as empresas localizam-se preferencialmente nas áreas metropolitanas de Lisboa (15,3%) e Porto (12,1%). A “Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha” é o segmento mais relevante em todas as regiões do país com exceção da região do Douro (a “indústria do vinho” destaca-se, representando 49% das empresas agroalimentares da região). Para a região do Alto Tâmega também assume relevância a indústria da carne (27%) e para as regiões da Beira Baixa e das Terras de Trás-os-montes a “Produção de óleos e gorduras animais e vegetais” (respetivamente, 27% e 23%).

**Taxa média de sobrevivência das empresas (após 2 anos) é superior à média nacional**

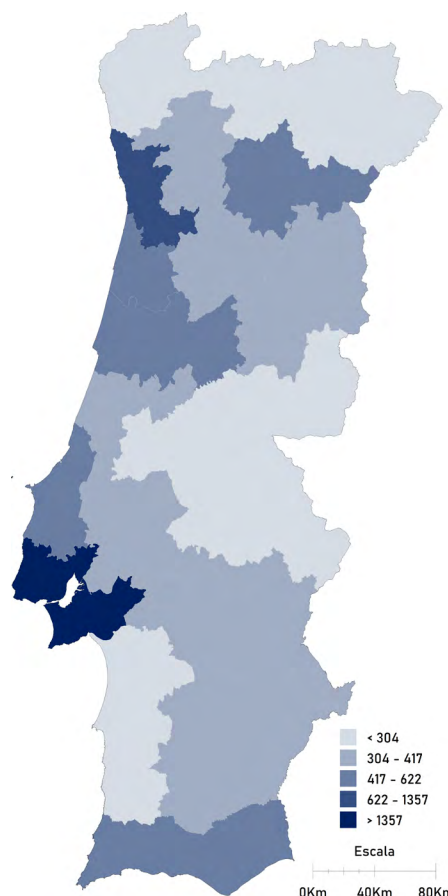
O VAB tem crescido consecutivamente desde 2017, apesar de uma interrupção em 2020. Para esta evolução foram sobretudo relevantes os contributos das indústrias

das bebidas (contributo médio 2017-2021: +0,59p.p.) e do “abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne” (contributo médio 2017-2021: +0,85p.p.). Em 2021 é de destacar

o crescimento da indústria da “Produção de óleos e gorduras animais e vegetais” (57,8%).

Das 11 mil empresas ativas em 2021, 1 082 nasceram<sup>17</sup> nesse ano (taxa de natalidade de 9,7%), mais 264 empresas face a 2020. Com a recuperação da economia pós-crise económico-financeira, em 2013, os nascimentos de empresas aumentaram de forma expressiva (+458 empresas), contrariando a tendência de redução do número de empresas que se vinha

**Figura 2 – Distribuição das empresas agroalimentares por NUTS III – 2021 (N.º)**



Fonte: GPP, a partir de Contas Integradas das Empresas (INE) – Data de versão dos dados: fevereiro de 2023

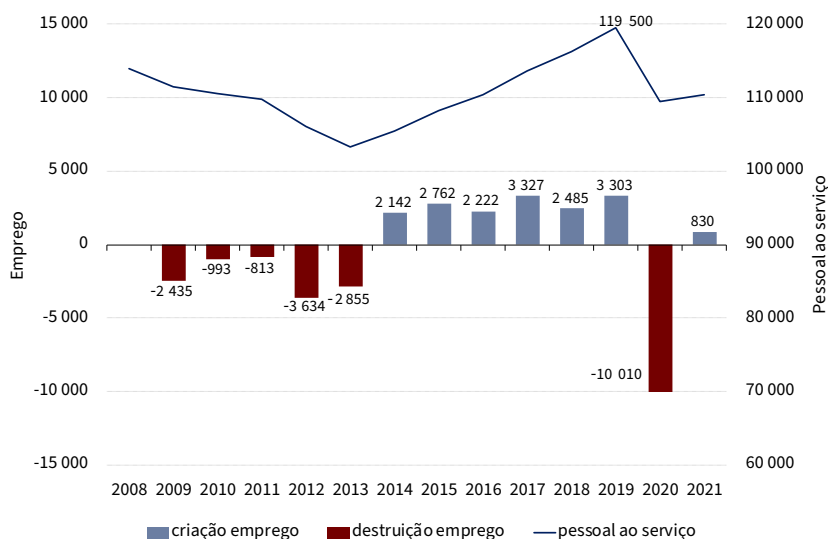
<sup>17</sup> <https://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/859>

**Quadro 13 – Empresas ativas, nascimentos, mortes das empresas das indústrias agroalimentares (n.º) e taxas de natalidade, de sobrevivência e de mortalidade (%)**

	Empresas				Nascimentos				Mortes			Taxa de natalidade	Taxa de sobrevivência das Empresas nascidas 2 anos antes	Taxa de mortalidade	
	2021		TCMA	TV	2021		TCMA	TV	2020		TCMA				TV
	17-21		20-21	17-21		20-21	17-20		19-20	2021		2020			
	N.º	%	%		N.º	%	%		N.º	%	%				
<b>Total indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco</b>	11 172	100	-0,1	2,9	1 082	100	2,7	32,3	841	100	0,6	0,5	9,7	69,3	7,7
Indústrias alimentares	9 186	82,2	-0,4	3,4	959	88,6	4,3	35,5	708	84,2	0,3	-2,2	10,4	68,4	8,0
Indústria das bebidas	1 980	17,7	1,2	0,7	123	11,4	-7,1	11,8	133	15,8	2,1	17,7	6,2	75,2	6,8
Indústria do tabaco	6	0,1	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

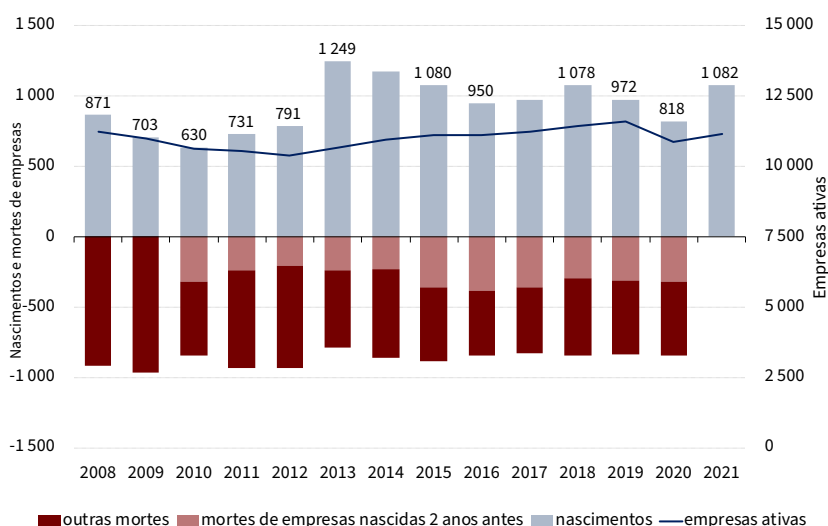
Fonte: GPP, a partir de Demografia das Empresas (INE) – Data de versão dos dados: fevereiro de 2023

**Gráfico 14 – Criação e destruição de emprego (eixo esquerdo – n.º) e pessoal ao serviço das indústrias agroalimentares (eixo direito – n.º)**



Fonte: GPP, a partir de Contas Integradas das Empresas (INE) – Data de versão dos dados: fevereiro de 2023

**Gráfico 15 – Nascimentos e mortes de empresas (eixo esquerdo – n.º) e empresas ativas das indústrias agroalimentares (eixo direito – n.º)**



Fonte: GPP, a partir de Demografia das Empresas (INE) – Data de versão dos dados: fevereiro de 2023

a verificar desde 2008 (-823 empresas entre 2008 e 2012). A criação líquida de empresas continuou a aumentar até 2020, ano em que o n.º de nascimentos foi inferior ao n.º de mortes. No ano seguinte, em 2021, com o recuo da crise pandémica, o n.º de nascimentos voltou a crescer assumindo um valor próximo de 2018. A taxa média de sobrevivência das empresas (após 2 anos) corresponde a 68% (superior à média nacional: 57,3%).

A evolução do pessoal ao serviço tem acompanhado a evolução do número de empresas: um decréscimo entre 2008 e 2012, seguido de um crescimento ininterrupto até 2019, e de uma diminuição em 2020 (perda líquida de 10 mil pessoas ao serviço). Em 2021, a variação positiva do n.º de pessoas (+830) seguiu a tendência positiva do n.º de empresas (+316).

Em 2021, a autonomia financeira das indústrias agroalimentares, que relaciona o capital próprio das empresas com o ativo, correspondia a 46%, mais do que a média do conjunto das

**Quadro 14 – Autonomia financeira das empresas agroalimentares (%)**

	Ativo				Capital próprio				Passivo				Autonomia financeira	
	2021		TCMA	TV	2021		TCMA	TV	2021		TCMA	TV	2021	Varição
	17-21		20-21		17-21			17-21	20-21				2021	17-21
	M€	%	%		M€	%	%		M€	%	%		M€	p.p.
<b>Total indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco</b>	<b>20 527</b>	<b>100</b>	<b>3,5</b>	<b>6,8</b>	<b>9 395</b>	<b>100</b>	<b>4,1</b>	<b>5,5</b>	<b>11 132</b>	<b>100</b>	<b>2,9</b>	<b>7,9</b>	<b>46</b>	<b>1,1</b>
<b>Indústrias alimentares</b>	12 741	62,1	4,0	7,0	5 516	58,7	4,9	3,7	7 224	64,9	3,4	9,7	43	1,4
Abate de animais, preparação e conservação de carne e ...	1 987	9,7	4,4	9,5	851	9,1	6,3	11,7	1 137	10,2	3,1	7,9	43	3,0
Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos	1 345	6,6	2,9	2,5	588	6,3	5,8	4,4	758	6,8	0,8	1,1	44	4,7
Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas	1 689	8,2	10,3	11,8	734	7,8	14,0	5,4	955	8,6	7,9	17,3	43	5,3
Produção de óleos e gorduras animais e vegetais	1 261	6,1	6,8	23,2	471	5,0	8,3	17,0	790	7,1	6,0	27,1	37	2,0
Indústria de laticínios	1 411	6,9	1,1	1,6	819	8,7	-1,0	1,1	592	5,3	4,5	2,4	58	-5,2
Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos ...	615	3,0	2,8	10,5	228	2,4	1,5	7,1	386	3,5	3,6	12,7	37	-1,9
Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha	1 641	8,0	1,2	2,2	540	5,7	2,3	-3,2	1 101	9,9	0,7	5,0	33	1,3
Fabricação de outros produtos alimentares	1 650	8,0	2,3	-1,8	725	7,7	1,5	-10,0	925	8,3	3,0	5,7	44	-1,4
Fabricação de alimentos para animais	1 142	5,6	5,4	12,6	561	6,0	9,1	10,1	582	5,2	2,4	15,1	49	6,3
<b>Indústria das bebidas</b>	7 146	34,8	2,5	6,2	3 350	35,7	2,8	7,8	3 796	34,1	2,2	4,8	47	0,6
<b>Indústria do tabaco</b>	641	3,1	4,2	8,2	528	5,6	5,1	10,1	113	1,0	0,5	0,1	82	2,7

Fonte: GPP, a partir de Contas Integradas das Empresas (INE) – Data de versão dos dados: fevereiro de 2023

### Autonomia financeira das empresas das indústrias agroalimentares é superior à média da economia

empresas (39,5%), tendo aumentado 1,1p.p. face a 2017. Destacam-se a Indústria do tabaco e a Indústria dos laticínios com os valores mais elevados, 82% e 58% respetivamente. Ainda assim, é de salientar por um lado a perda de autonomia financeira das Indústrias dos laticínios (-5,2p.p.) e, por outro, o ganho de autonomia financeira nas indústrias da Fabricação de alimentos para animais (+6,3p.p.), Preparação e conservação de pescado (+5,3p.p.) e de Preparação e conservação frutos e produtos hortícolas (+4,7p.p.).

## 8. Matrizes simétricas e fluxos de *output* e *input* dos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”

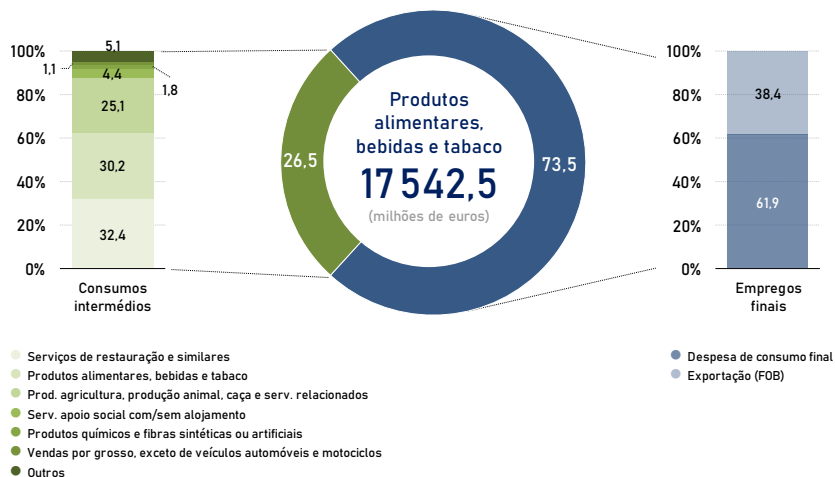
A Matriz de Produção Nacional, integrante das Matrizes Simétricas de *Input-Output* de 2020 publicadas pelo INE em dezembro de 2022 e que descreve a relação entre os fatores de produção e a produção, apresenta no primeiro quadrante as trocas interse-

toriais de produtos de origem nacional que entram no processo produtivo, como *inputs*, e no segundo quadrante as utilizações finais, que se destinam a consumidores finais, totalizando as duas o valor da produção.

Com a agregação dos “Produtos alimentares”, “Bebidas” e “Produtos da indústria do tabaco” num único ramo (Produtos alimentares, bebidas e tabaco) podemos observar na matriz da produção nacional a preços de base que a produção nacional deste ramo em 2020 foi 17 542,5 milhões de euros, que correspondem a cerca de 5% da produção total da economia e se destinou maioritariamente à utilização final (73,5% → 12893 milhões de euros), em que cerca de 62% desta diz respeito a despesas de consumo final das famílias e 38% a exportações. A utilização intermédia é de 4 650 milhões de euros e representa 26,5%, (Gráfico 16).

Pela observação do Gráfico 16 e da Figura 3, que representa os fluxos de *output* e *input* do ramo das indústrias de “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, verificamos que em 2020 há três ramos que consomem cerca de 88% da produção nacional da

**Gráfico 16 – Total da produção nacional dos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, por tipo de utilização em 2020**



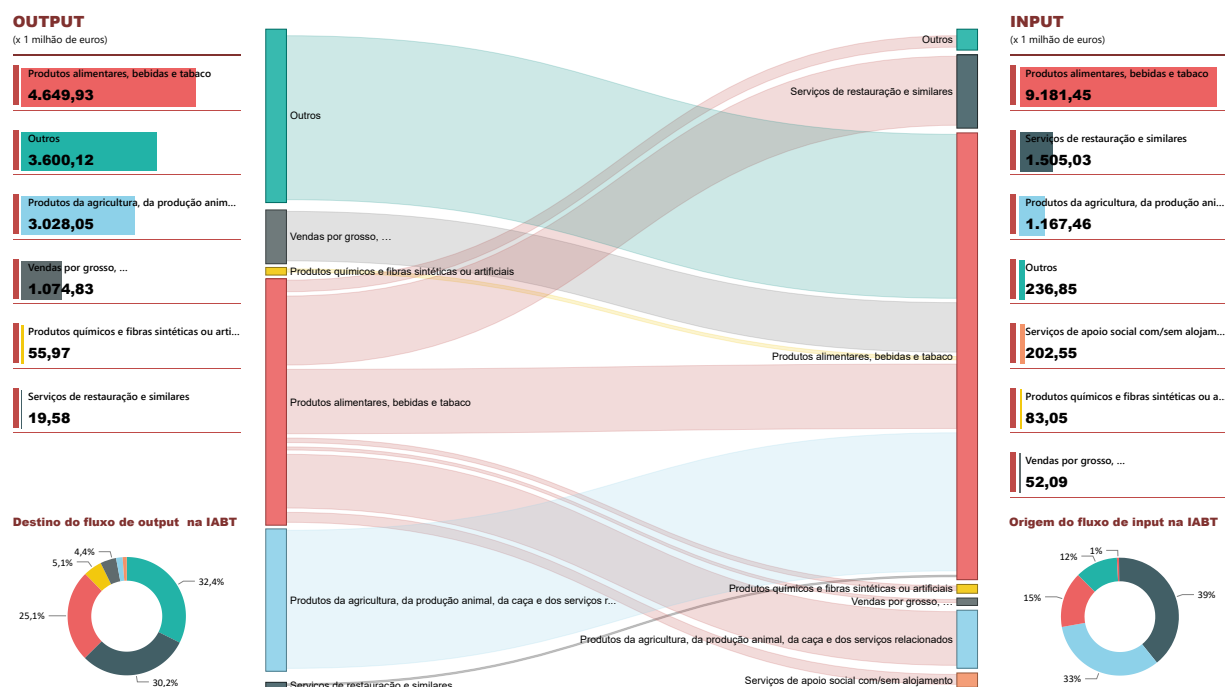
Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (INE)

indústria alimentar. O total dos consumos intermédios do agregado foi 4650 milhões de euros, dos quais 1403 milhões de euros (30,2%) são para incorporar no próprio, representando 15% do *input* do ramo agregado; 1505 milhões para os “Serviços de restauração e similares” (32,4%) e 1168 milhões de euros para “Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados” (25,1%).

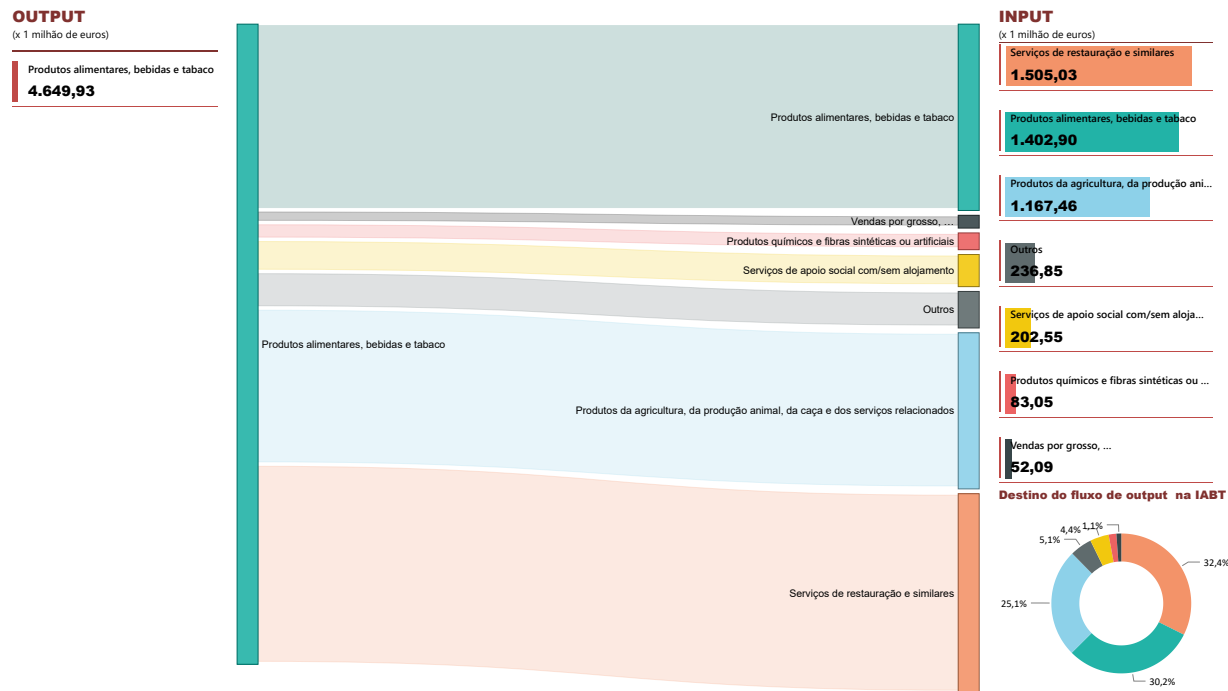
Observando a coluna dos consumos intermédios no Gráfico 16 temos ainda o ramo “Serviços de apoio social”, cujo agregado com e sem alojamento representa 4,4% do *output* dos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” e a categoria “Outros”, na qual estão integrados 73 ramos, que correspondem a 5,1% da produção.

No conjunto da informação disponibilizada nas matrizes, a produção nacional do agregado “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” passou de 11,9 mil milhões de euros em 1999 para 17,5 mil milhões (+ 47%) em 2020, em resultado da maior evolução dos empregos finais (7,7 mil milhões de euros em 1999 e 12,9 mil milhões em 2020). Esta situação resulta numa redução estrutural significativa do peso dos consumos intermédios no total da produção do ramo, que em 1999 representava 35,4% e em 2020 tem um peso de 26,5%.

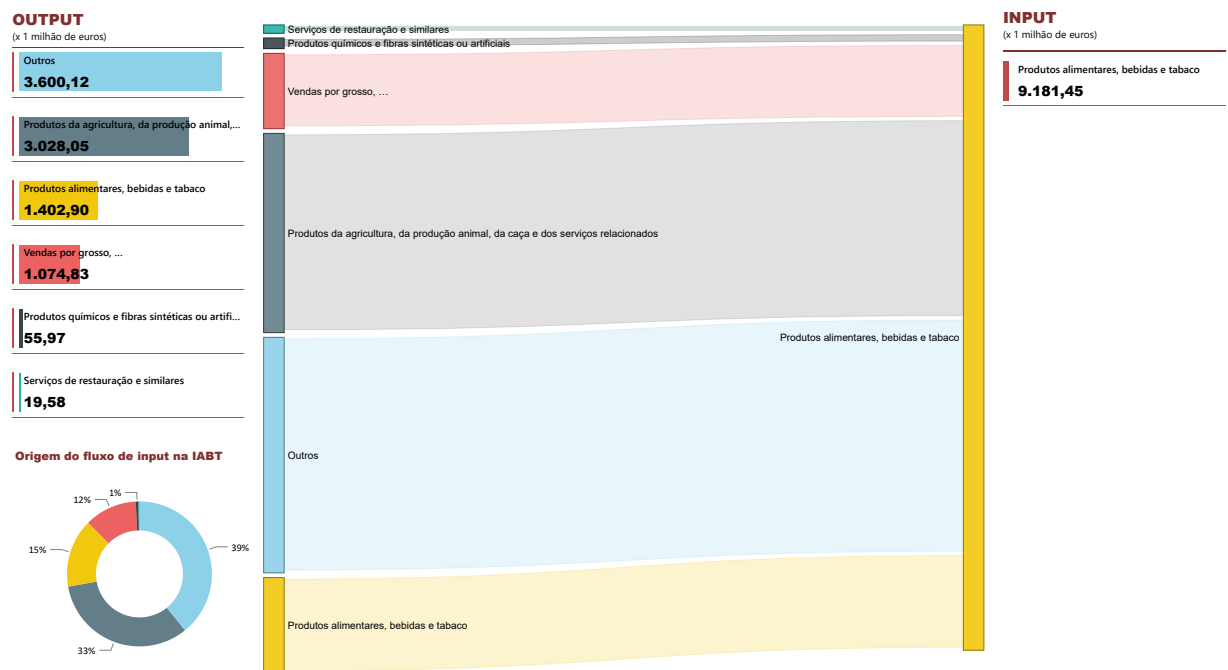
**Figura 3 – Fluxo Output-Input dos consumos intermédios da produção nacional de “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” – 2020**



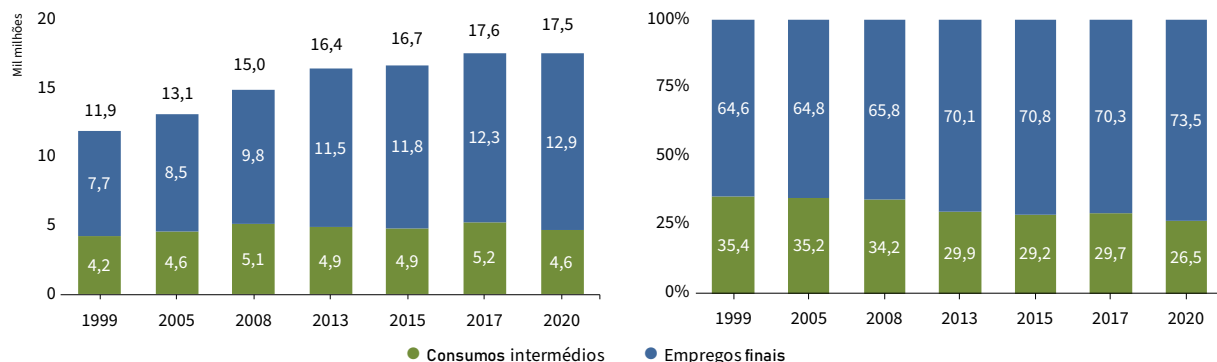
**Figura 3.1 – Fluxo Output dos consumos intermédios da produção nacional de “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” –2020**



**Figura 3.2 – Fluxo Input dos consumos intermédios da produção nacional de “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” – 2020**



Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (INE)

**Gráfico 17 – Evolução da produção nacional dos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” por tipo de utilização – 1999 a 2020**

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (INE)

**Gráfico 18 – Total dos inputs dos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, por tipo – 2020**

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais, Matrizes Simétricas 2020 (INE)

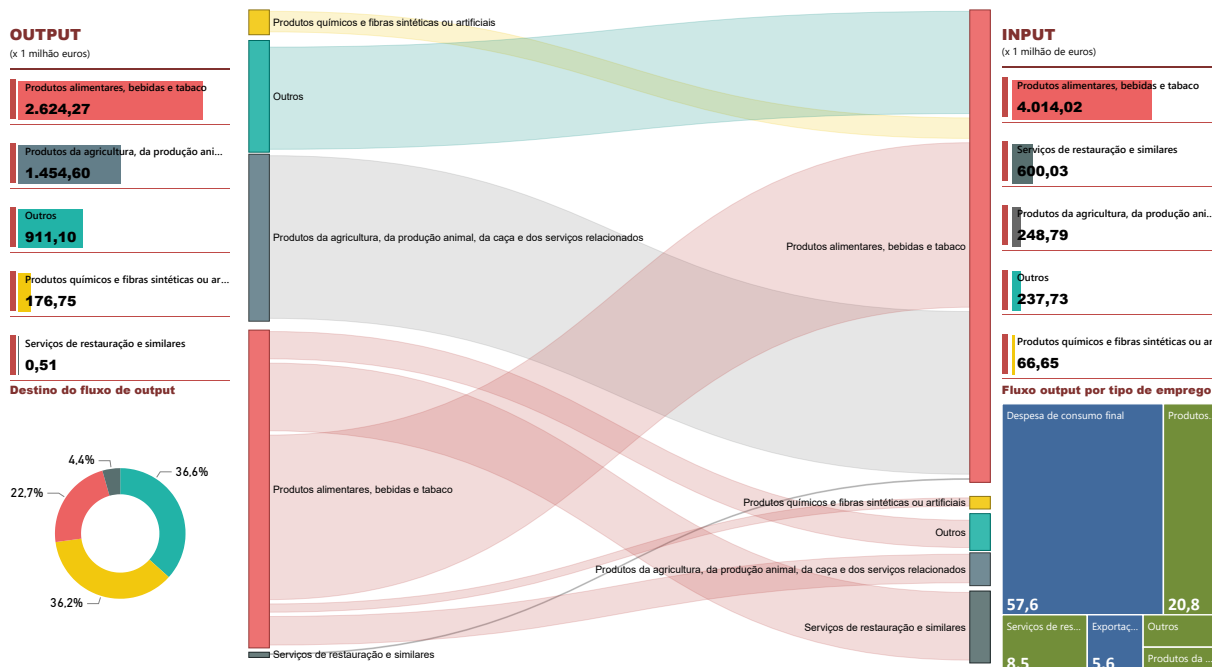
Em 2020, para produzir 17542,5 milhões de euros de “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” foi necessário um consumo intermédio de 13250 milhões de euros, dos quais 9182 foram produzidos internamente e 4014 milhões importados, sobre os quais incidiram 55 milhões de euros de impostos não dedutíveis. Assim, cerca de 30% dos consumos intermédios utilizados na produção de “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” provém do exterior. Consequentemente, o VAB gerado pelo ramo foi de 4292 milhões de euros em resultado de 1933 milhões em remunerações, 57,5 milhões de euros em subsídios à exploração a que se subtrai 59,4 milhões de euros de outros impostos à produção. O Excedente Bruto de Exploração (EBE) foi de 2357 milhões de euros e o consumo de capital fixo de 679 milhões.

A matriz de importações apresenta o fluxo de bens e serviços e respetiva utilização (intermédia e final) que entram no país. Em 2020 cerca de 63% das importações do ramo destinaram-se à utilização final (4434,5 milhões de euros) e 37% à utilização intermédia (2624,3 milhões de euros). A utilização final dos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” destinou-se sobretudo ao consumo final das famílias (4035 milhões de euros correspondentes a 91% desta e a cerca de 58% do total empregos) e à reexportação (393 milhões de euros, que correspondem a 9% dos empregos finais e a 5,6% do total do ramo). Quanto ao consumo intermédio regista para o ano 2020 um *output* intersetorial de 2624,3 milhões de euros, dos quais cerca de 79% se destinam apenas a 2 ramos: 56% (20,8% do total de empregos) incorporados no próprio ramo e 23% (8,5% do total de empregos) nos “Serviços de restauração e similares”.

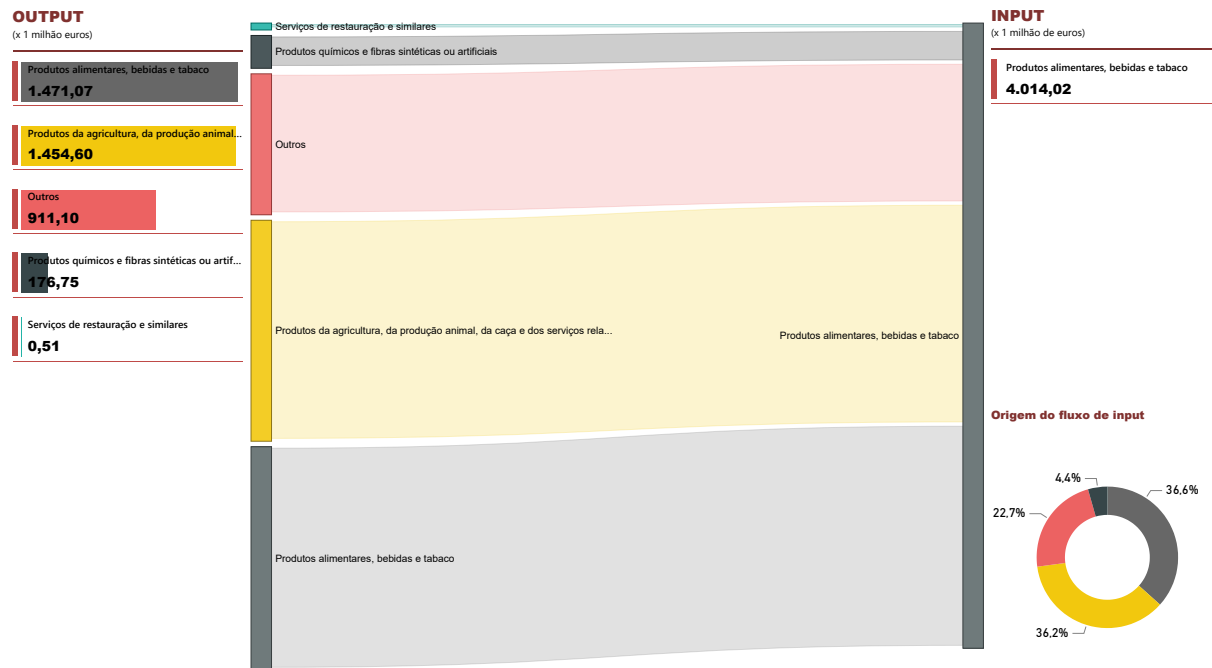
A dimensão da importação de “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, relativamente ao consumo intermédio, é de 4014 milhões de euros, dos quais 1471 milhões (37%) são para incorporar no próprio processo de produção. O *output* (2624,3 milhões de euros) dos “Produtos alimentares, bebidas e taba-



**Figura 4 – Fluxo Output-Input dos consumos intermédio nas importações (CIF<sup>18</sup>) de “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” 10,11,12 – 2020**

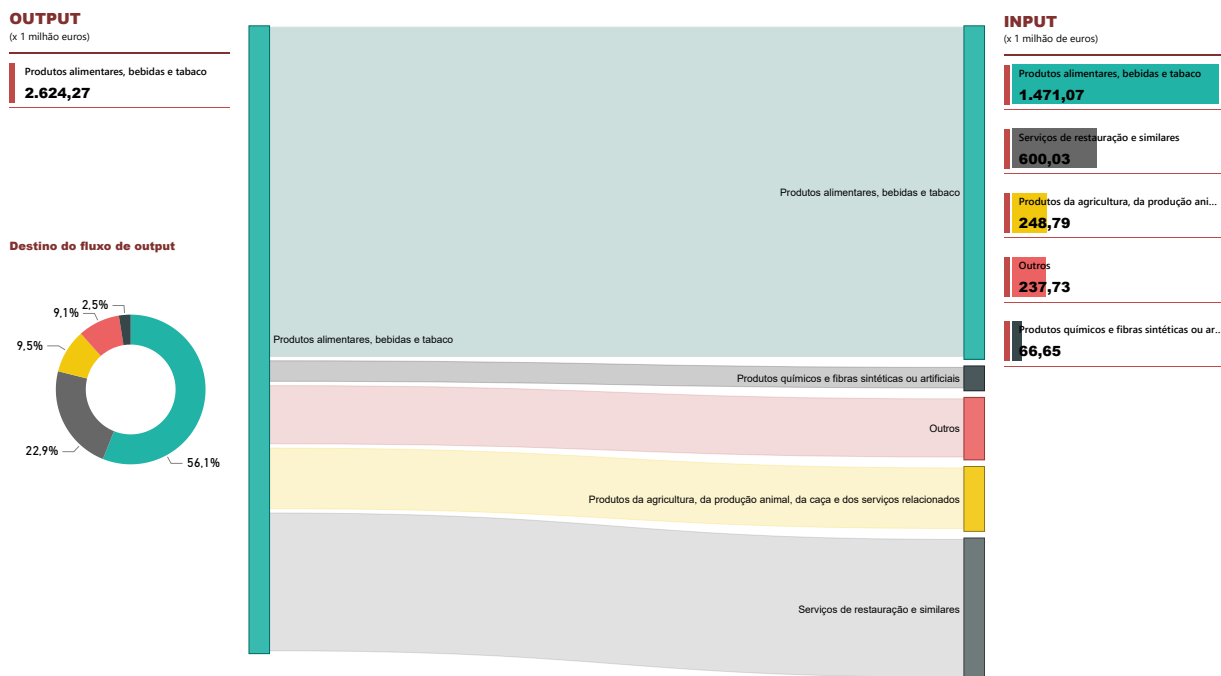


**Figura 4.1 – Fluxo Output dos consumos intermédio nas importações (CIF) de “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” 10,11,12 – 2020**



<sup>18</sup> Expressão utilizada no Comércio Internacional (*Incoterm*) do inglês *Cost, Insurance and Freight* (custo, seguro e frete), que significa que o vendedor assume todos os encargos até ao porto de destino.

**Figura 4.2 – Fluxo *Input* dos consumos intermédio nas importações (CIF) de “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” 10,11,12 – 2020**



co” representa 5,4 % do total dos consumos intermédios e o *input* (4014 milhões de euros) 8,2%.

## 9. Conclusões

As indústrias agroalimentares contribuem de forma determinante para o desenvolvimento da economia portuguesa, sendo diretamente responsáveis por 2,6% do produto nacional, 2,3% do emprego (113 mil pessoas empregadas) e 6,4% das exportações de bens e serviços. São constituídas por 11 mil empresas, sobretudo de muito pequena dimensão, com destaque para a indústria da panificação, e o volume de negócios prevalece nas indústrias da carne e das bebidas. A crise pandémica e, mais recentemente, a crise inflacionista tiveram impacto sobre o funcionamento da indústria. Ainda assim, a capacidade de adaptação do setor durante a pandemia terá permitido responder de forma eficaz à nova conjuntura económica, demonstrando a resiliência do setor.

Destaque-se o papel relevante deste setor na garantia do abastecimento alimentar à população, em conjunto com os restantes segmentos da cadeia alimentar, nomeadamente com o setor agrícola com o

qual apresenta uma grande inter-relação (e.g. forte grau de integração vertical em alguns setores; peso significativo nos consumos intermédios da agricultura nas IABT, 37%, e dos consumos intermédios das IABT na agricultura, 35%).

A inter-relação entre os diferentes ramos de atividade encontra-se representada nas matrizes simétricas de *input-output*. Da análise particular às indústrias agroalimentares nacionais é possível constatar que existe uma série de inter-relações a montante (consumos intermédios) e a jusante da indústria (destino da produção). A agricultura é essencialmente um fornecedor de matérias primas (produtos agrícolas), e a restauração e o comércio são vias de escoamento dos produtos transformados (produtos agroalimentares) para venda ao consumidor final. Assim, a montante da cadeia alimentar, a indústria agroalimentar compra produtos (consumos intermédios) nacionais (9,2 mil M€) e importados (4 mil M€), nomeadamente matérias-primas agrícolas (33% dos CI nacionais e 36,2% dos CI importados) e agroalimentares (intra-consumo), e a jusante escoar os produtos (17,5 mil M€) via restauração e/ou grossista/retalhista até chegar, por exemplo, às famílias portuguesas, o principal

consumidor de produtos agroalimentares (45,5% dos produtos agroalimentares nacionais).

***Destinos dos produtos agroalimentares nacionais e importados:***

- Dos 17,5 mil M€ de produtos agroalimentares produzidos pela indústria agroalimentar nacional em 2020, 45,5% foram consumidos pelas famílias, 28,2% destinaram-se à exportação e 25% foram utilizados pelos diversos ramos de atividade da economia, inclusivamente pela própria indústria agroalimentar nacional (intraconsumo), destacando-se a restauração, as indústrias agroalimentares (intraconsumo) e a agricultura.
- Da mesma forma, dos 7 mil M€ de produtos agroalimentares importados em 2020, 57,2% foram consumidos pelas famílias, 5,6% des-

tinaram-se à (re)exportação e 37,2% foram utilizados pelos diversos ramos de atividade da economia, nomeadamente pela restauração (22,9%), pelas indústrias agroalimentares (56,1%) e pela agricultura (9,5%).

***Origem dos consumos intermédios nacionais e importados pelo ramo das IABT:***

- Dos 9,2 mil M€ de consumos intermédios nacionais utilizados pela indústria agroalimentar em 2020, 33% são produtos agrícolas, 15,3% são produtos agroalimentares e 11,7% são serviços de grossista.
- Já dos 4 mil M€ de consumos intermédios importados pela indústria agroalimentar em 2020, 36,2% são produtos agrícolas, 36,6% são produtos agroalimentares, 4,4% são produtos químicos e 4,5% são artigos de borracha.



# A missão da nanociência e da nanotecnologia na alimentação do futuro

SARA M. OLIVEIRA, MARIAM DEBS, FRANCISCO GUIMARÃES, ALEJANDRO GARRIDO, MIGUEL CERQUEIRA, LORENZO PASTRANA

INL – Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia

## O INL

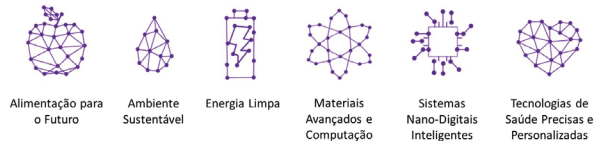
Durante a XII Cimeira Luso-Espanhola, em Novembro de 2005, os Primeiros-Ministros de Portugal e Espanha anunciaram a criação de um instituto internacional de Investigação e Desenvolvimento (I&D) que viria a ser o INL. Este compromisso dos Governos Ibéricos visava fortalecer a colaboração científica e tecnológica, marcando um novo ciclo nas relações bilaterais e na construção de economias baseadas no conhecimento. Foi decidido o INL centrar-se em nanotecnologias e nanociências, sem prejuízo de considerar outras áreas de interesse comum de forma interdisciplinar, abrangendo tanto a investigação básica como a aplicada (Decreto-Lei N.º 66/2007).

O INL foi inaugurado em 2009 e iniciou as suas operações em 2010. A infraestrutura conta com uma área de 47.000 m<sup>2</sup>, com 26.000 m<sup>2</sup> de edifícios, incluindo 7.500 m<sup>2</sup> de espaço laboratorial.

O INL segue um modelo de clusterização interna que permite que diferentes grupos trabalhem em conjunto numa agenda de objetivos comum, os quais visam trazer respostas a desafios científicos e sociais significativos e prioritários. As 6 áreas temáticas



### Clusters



### O INL em números



ou INL *Clusters* são: Alimentação para o Futuro (INL *Food Cluster*), Ambiente Sustentável, Energia Limpa, Materiais Avançados e Computação, Sistemas Nano-Digitais Inteligentes e Tecnologias de Saúde Precisas e Personalizadas.

Esta estrutura torna o INL num ecossistema internacional com um enorme potencial sinérgico e único para desenvolver novas soluções/melhorias de sistemas/produtos para sistemas agroalimentares mais sustentáveis, mais seguros e que promovam a saúde. O INL *Food Cluster* tem 3 missões definidas:

**1 – Embalagens alimentares:** desenvolver embalagens sustentáveis que permitam aumentar o tempo de prateleira e reduzir as perdas alimentares. Têm sido usadas tecnologias avançadas para a produção de revestimentos em materiais de embalagem e exploradas embalagens ativas e inteligentes. Nas embalagens ativas, podem ser incorporados compostos antimicrobianos para diminuir o crescimento microbiológico. Nas embalagens inteligentes, é possível usar indicadores de temperatura que garantam que não houve interrupção da cadeia de frio durante o transporte.

**2 – Personalização alimentar:** desenvolver alimentos totalmente personalizáveis, utilizando tecnologias emergentes e inovadoras para controlar a estrutura, a bioatividade dos ingredientes alimentares e o impacto na saúde; e novos sistemas miniaturizados celulares (*e.g.*, *gut-on-chip*) para analisar a segurança e as bioatividades. Tecnologias como impressão 3D alimentar, micro/nanoestruturação de ingredientes e encapsulamento de compostos funcionais e bioativos são integrados na formulação de produtos alimentares. As soluções têm por base a valorização de fontes potencialmente mais sustentáveis como proteína e gorduras de plantas, insetos, e células (*i.e.*, aplicações em agricultura celular, como carne cultivada).

**3 – Controlo e rastreabilidade alimentar:** desenvolver métodos analíticos miniaturizados mais rápidos e eficientes, baseados na combinação

de biologia molecular (*e.g.*, ADN/ARN) e nano/microfabricação, com o objetivo de fornecer à indústria alimentar e aos laboratórios de controlo ferramentas analíticas fiáveis para a deteção e identificação de patogénicos transmitidos por alimentos, microrganismos de deterioração, autenticidade alimentar e rastreabilidade.

## Nanociências e nanotecnologia na alimentação para o futuro

A nanociência e a nanotecnologia trazem um contributo importante na transição para sistemas alimentares mais sustentáveis e mais seguros, abrindo portas a novas oportunidades I&D e a soluções mais eficientes. O seu papel é reconhecido por várias entidades internacionais, como a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) e o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

A nanociência é o estudo das estruturas, da engenharia da matéria, dos átomos, das moléculas, das partículas à escala nanométrica, bem como o estudo das novas propriedades que esses componentes demonstrem. No contexto alimentar, são os ingredientes e as propriedades resultantes como tamanho, digestibilidade, bioacessibilidade, bioatividade e textura. De uma forma simplista, diminuindo a escala de trabalho, ganhamos conhecimento de como processar os ingredientes de forma mais eficiente com o objetivo de criar produtos mais saudáveis, com as propriedades organolépticas desejadas e fisiologicamente mais eficientes.

A nanotecnologia é a aplicação da nanociência, onde o conhecimento converge para a criação de produtos úteis. Acontece o *design*, a produção e a aplicação de estruturas, dispositivos e sistemas onde a manipulação à escala nano, as interações entre moléculas, permite então obter novas ou melhores propriedades ou funções.

## Projetos

Nesta secção, destacamos os projetos na área agroalimentar que se encontram ativos à data desta publicação.

**Projetos PRR (Plano de Recuperação e Resiliência):**

**2023-2025:** A Agenda VIIAFOOD pretende criar uma plataforma, à escala nacional, para o desenvolvimento de inovadores produtos, processos e serviços, materializando-se num plano estratégico concertado, com medidas e ações conjuntas e orientadas para os objetivos comuns do setor. O INL vai desenvolver alimentos mais saudáveis e sustentáveis através de tecnologias emergentes e da utilização de ingredientes *clean label* e encontrar soluções que permitam materiais de embalagem mais sustentáveis, ativos e inteligentes.



**2023-2025:** A Agenda Mobilizadora InsectERA reúne participantes de toda a cadeia de valor para explorar o potencial dos insetos como ferramenta bioindustrial. Abrangendo o ciclo completo de inovação, desde a I&D até à produção e comercialização, baseia-se em métodos tecnologicamente avançados. O eixo InFood visa criar pelo menos 15 novas linhas de produtos alimentares, incluindo um análogo de carne personalizável a produzido por impressão 3D em desenvolvimento pelo INL.



**2023-2025:** A Agenda Mobilizadora SMARTgNOSTICS adota uma abordagem holística *One Health* para a saúde humana e animal, a segurança alimentar e o meio ambiente. O objetivo é criar soluções de ponto de cuidado que, sendo simultaneamente *lab-on-a-chip*, integram aquisição e processamento de dados por meio de Inteligência Artificial, fornecendo dados integrados para análises preditivas de genes de resistência aos antibióticos e/ou patógenos.

**Projetos Europeus:**

**2023-2025:** O Convert2Green irá criar uma Plataforma de Testes de Inovação Aberta (OITB – *Open Innovation Test Bed*) para complementar o Ecossistema Europeu de Inovação Aberta. Mais concretamente, irá realizar uma análise do impacto

ambiental desde a matéria-prima até ao produto como serviço. No geral, este projeto será a primeira OITB a estabelecer os procedimentos e modelos de contrato para a concessão de direitos de propriedade intelectual conjunta. O projeto integrará os seus serviços com todo o ecossistema europeu de inovação.



**2023-2026:** O projeto FEASTS baseia-se numa abordagem de *Food System Thinking*, incorporando avaliações de impacto multidimensionais, como análise de ciclo de vida e seu impacto social, estudo tecno-económico, comparando produtos de carne e peixe cultivado com contrapartes convencionais, além de modelagem dinâmica de sistemas e análise de cenários integrados, fornecendo suporte à tomada de decisões informadas na União Europeia. O INL participará significativamente na formulação com impressão 3D e soluções baseadas em nanotecnologia, e na segurança e nutrição destes novos produtos.



**2020-2024:** O FlexFunction2Sustain centra-se em reduzir barreiras significativas de acesso a instalações de desenvolvimento pré-comercial a Startups, PMEs e Indústrias para explorar comercialmente novas ideias e reduzir o desperdício de plástico. O projeto cria uma OITB para tecnologias de nano-funcionalização que possibilitam produtos plásticos e de papel sustentáveis e inteligentes. Até 20 empresas podem receber acesso subsidiado a infraestruturas de pesquisa europeias de ponta e serviços de inovação fornecidos pelos membros do consórcio.



**2022-2024:** O projeto TITAN baseia-se numa abordagem interativa de cocriação relacionada com a transparência nas empresas agroalimentares, centrada nas PMEs; no melhoramento das escolhas alimentares fornecendo informações mais transparentes ao consumidor; numa transparência aprimorada da segurança alimentar e autenticidade dos produtos; e no fornecimento de informações aprimoradas sobre a saúde e sustentabilidade dos produtos alimentares.

### Projetos Interreg POCTEP<sup>1</sup> cofinanciados pela UE:



O consórcio de 7 parceiros coordenado pelo Instituto Politécnico de Bragança procura estabelecer uma rede de excelência alimentar na Euroregião Galiza-Norte de Portugal, promovendo a inovação e a sustentabilidade no setor alimentar. Os objetivos do projeto incluem o fortalecimento das capacidades científicas e inovadoras no setor, o alinhamento dos desafios de investigação com uma Agenda de Inovação e Investigação, entre outros. A rede e projeto Net4Food está ainda alinhada com a criação do Iberian FoodTec Lab (IFL).

### Iniciativas estratégicas na região ibérica: O Iberian FoodTec Lab

Durante a 33ª Cimeira Luso-Espanhola, a 4 de Novembro de 2022, acordou-se a criação do consórcio do IFL que visa estabelecer um laboratório de referência internacional na Euroregião Galiza-Norte de Portugal, promovendo a inovação e a sustentabilidade no setor alimentar. Para implementar o IFL foi recentemente aprovado o projeto Net4Food.

### Serviços e projetos de I&D com a indústria

Durante o ano de 2022, o volume total de negócios do INL em serviços privados ultrapassou a marca dos €3 milhões. No campo agroalimentar, o INL trabalhou com uma dúzia de empresas ao longo do ano de 2022, fornecendo principalmente serviços de I&D, mas também serviços de teste e caracterização, além de consultoria tecnológica. O INL possui uma empresa *spin-out* na área agroalimentar chamada SueviaFoods, reconhecendo a importância que essa área de I&D representa para a estratégia geral do INL

### Referências

- INL [www.inl.int](http://www.inl.int)
- Projeto VIIAFood <https://viafood.pt/>
- Projeto InsectERA <https://www.insectera.pt/>
- Projeto TITAN <https://titanproject.eu/>
- Projeto SMARTgNOSTICS <https://recuperarportugal.gov.pt/2022/07/28/smartgnostics/>
- Projeto Convert2Green <https://convert2green.eu/>
- Projeto FlexFunction2Sustain <https://flexfunction2sustain.eu/>
- Projeto FEASTS <https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/portal/screen/how-to-participate/org-details/999999999/project/101136749/program/43108390/details>
- EFSA e nanotecnologia em alimentação <https://www.efsa.europa.eu/en/topics/topic/nanotechnology>
- USDA e nanotecnologia em alimentação <https://www.nifa.usda.gov/grants/programs/food-science-technology-programs/nanotechnology-program>
- Universidade de Aarhus e nanotecnologia em alimentação <https://inano.au.dk/research/research-areas/nanofood>
- Sara M. Oliveira, Lorenzo Pastrana “Digitalização e Personalização: As últimas fronteiras no setor alimentar”, *Tecnoalimentar* 33. pp.20-22. <http://www.tecnoalimentar.pt/noticias/tecnoalimentar-33-aborda-a-digitalizacao-no-setor-alimentar/>
- Miguel A. Cerqueira, Lorenzo M. Pastrana, Does the Future of Food Pass by Using Nanotechnologies, *Frontiers in Sustainable Food Systems*, 2019. <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fsufs.2019.00016/full>
- Lorenzo M. Pastrana, Miguel C. Cerqueira, Nanotechnology in the food industry: ‘plenty of room’ to innovate, *New Food Magazine* 2017. <https://www.newfoodmagazine.com/article/42338/nanotechnology-food-industry-plenty-room-innovate/>

<sup>1</sup> Programa de Cooperação Transfronteiriça Interreg Espanha-Portugal (POCTEP)



# Indústria de conservas de peixe em Portugal – Um setor de futuro

ANTÓNIO CUNHA

CEO da Fábrica de Conservas A Poveira S.A.\*

## Introdução

O setor das conservas de peixe em Portugal vive, já há alguns anos, um período vibrante e de grande dinamismo. O nosso país é conhecido e, mais importante, reconhecido como importante ator da indústria de conservas a nível mundial.

Os mais recentes dados do INE – Instituto Nacional de Estatística sobre o setor (“Estatísticas da Pesca 2022”) comprovam isso mesmo. Na sua generalidade, os “produtos da pesca ou relacionados com esta atividade” veem crescer as suas vendas, quer no mercado nacional, quer em mercados externos. As “conservas de peixe”, apesar de em 2021 terem registado um decréscimo de vendas em Portugal face a 2020 (facilmente entendido como uma regularização da conjuntura comparativamente ao período de pandemia de Covid-19 que promoveu a procura de conservas pelo consumidor), registaram um crescimento das exportações (+17,2% face a 2021) sendo o grupo, entre os diferentes produtos de pesca, mais exportado e o único com saldo positivo da balança comercial (+2,4% face a 2020).

Os indicadores internacionais apontam para que o mercado global de conservas de peixe continue a

crescer nos próximos anos. A indústria conserveira, sendo uma das mais antigas, continua alinhada com as grandes tendências do consumo alimentar. Espera-se que a expansão desta indústria continue a ser dirigida pela crescente procura de produtos de peixe “prontos a comer”. Os atuais estilos de vida (trabalho a partir de casa, falta de tempo para cozinhar, conveniência no consumo) são favoráveis ao aumento de consumo das conservas, já que são alimentos simples de preparar e prontos a consumir. Por outro lado, a qualidade nutricional, a durabilidade e a segurança das conservas de peixe são características hoje percebidas pelos consumidores.

## Maior consciência sobre os benefícios para a saúde impulsionam a expansão do mercado

O consumo das conservas de peixe não é apenas impulsionado pela conveniência deste produto, é também impulsionado pela cada vez maior consciência de que é um produto com grandes benefícios para a saúde. O aumento do consumo de pescado face à carne, por exemplo, é uma das recomendações para uma alimentação saudável pelo seu valor nutricional.

---

\* <https://www.apoveira.pt/>

A conserva de peixe é sem dúvida um produto extraordinário: o peixe colocado numa lata (ou num frasco) mantém o sabor e o valor nutricional e não necessita de refrigeração ou de ser confeccionado.

Olhamos para o setor com grande confiança e otimismo, mas ao mesmo tempo com muita atenção aos diferentes fatores de incerteza e instabilidade sempre presentes numa indústria dependente de fatores naturais.

## Desafios da indústria

A indústria alimentar, onde as conservas de peixe se incluem, enfrenta hoje diversos desafios, tendo em conta a cadeia de valor de extrema competitividade em que se insere.

### 1. Sustentabilidade

O tema do ano, ou melhor, dos últimos anos, é “sustentabilidade”. No setor da indústria de peixe, o principal foco é a sustentabilidade das espécies e dos ecossistemas marinhos.

Conciliar a necessidade de aumentar a produção de alimentos com a sustentabilidade ambiental é uma obrigação do setor que se mantém como um desafio. Questões como diminuição ou extinção de recursos, reciclagem, mudanças climáticas, preocupações éticas relacionadas com as pescas têm de ser constantemente abordadas para garantir um sistema alimentar saudável. Ao dia de hoje, o consumidor final encontra-se cada vez mais sensibilizado para esta matéria e ele próprio cria uma necessidade nos mercados globais.

É por isso fundamental o nosso total comprometimento com a compra justa das matérias-primas com que fabricamos os nossos produtos, obtendo-as apenas de pescarias sustentáveis e responsáveis. Isso inclui favorecer as compras dos pescadores cos-

teiros para manter vivos os seus métodos de pesca mais tradicionais.

É muito importante a dedicação rigorosa à transparência e rastreabilidade em todas as fases do nosso negócio, desde a pesca até à mesa do consumidor. Para isso, apoiamos a implementação de Sistemas de Gestão de Dados (DMS) eficientes que permitem um grande controlo das operações de pesca e facilitam a rastreabilidade do produto.

Os termos sustentabilidade, inovação e tecnologia têm cada vez mais acompanhado a Poveira no seu desenvolvimento e crescimento nos últimos anos. Há uma preocupação constante na compra de matérias-primas de qualidade superior e recorrendo sempre que possível a produtos com certificado sustentável, na qualificação de fornecedores que cumpram com os princípios de sustentabilidade e de boas práticas de fabrico e nos investimentos realizados. Estes têm sempre por base a sustentabilidade dos recursos, a inovação e a tecnologia, para dar uma melhor resposta às exigências de mercados, clientes, certificações, e para assim fomentar a sustentabilidade da própria empresa.

Para além da participação em alguns projetos de inovação na área do aproveitamento e valorização de subprodutos com entidades do ensino superior portuguesas, a Poveira tem vindo a fazer investimentos em linhas de produção mais eficientes tanto a nível produtivo como ao nível da poupança energética, do consumo de água e da eficiência do processo de limpeza.

O futuro da indústria depende da sustentabilidade dos mares. O pescado selvagem é a principal matéria-prima da indústria e deverá continuar a sê-lo. De acordo com recente investigação<sup>1</sup>, o peixe utilizado nas conservas está entre o que tem a menor pegada de carbono. O pescado selvagem não tem necessidade de ser alimentado, não é necessária energia para a sua criação, sendo que a pequena pegada

<sup>1</sup> “Assessing seafood nutritional diversity together with climate impacts informs more comprehensive dietary advice”, 2022, *Nature*, disponível em: <https://www.nature.com/articles/s43247-022-00516-4>

deixada pelo peixe provém fundamentalmente do combustível dos barcos. A pesca representa apenas 4% de emissões, de acordo com artigo publicado em 2018<sup>2</sup> e o tipo de pescado usado para as conservas representa apenas 2% das já baixas emissões associadas à pesca de espécies selvagens.

Dada a importância do pescado selvagem para o setor, o foco de todos os atores deve ser assegurar que não há sobrepesca para que se garanta a sobrevivência abundante das espécies.

Estamos convictos de que o avanço é alcançado por meio do diálogo e, eventualmente, pela implementação de regulamentos e legislação racionais acordados. A associação e a colaboração com organizações internacionais para promover a melhoria em todos os níveis da indústria dos produtos do mar é um ponto fulcral do compromisso de sustentabilidade do setor.

Torna-se também imperiosa uma educação comportamental ao consumidor, para que seja o primeiro a exercer pressão junto do fabricante no sentido de garantir a sustentabilidade dos seus produtos.

### **Sardinha ibérica candidata novamente à certificação MSC**

O MSC – Marine Stewardship Council (<https://www.msc.org/>) é um dos mais importantes padrões internacionais de pesca sustentável, talvez o mais reconhecido pelos retalhistas e, por conseguinte, pelos consumidores a nível global.

Para a indústria conserveira, é um desafio a utilização de peixe com um selo de sustentabilidade, daí ser tão importante que a pescaria da sardinha em Portugal possa recuperar este selo. Toda a cadeia de custódia está agora unida, a trabalhar em conjunto para uma certificação conjunta da sardinha ibérica, com o eco-rótulo MSC.

## **2. Complexidade da cadeia de abastecimento**

A natureza global da cadeia de abastecimento da indústria alimentar introduz complexidades relacionadas com transporte, armazenamento e distribuição. Deste modo, as fortes parcerias na logística de entrada e de saída dos produtos, por forma a rentabilizar a distribuição, são um fator determinante. Movendo-nos num setor altamente competitivo, o efeito de escala é importante, sendo efetivamente uma vantagem competitiva o caráter exportador da indústria conserveira.

## **3. Preferências do consumidor**

As preferências dos consumidores estão em constante evolução impulsionadas por tendências de saúde, escolhas alimentares, denominações de origem e modos de apresentação do produto.

É importante monitorizar novos produtos e tendências nos mercados se queremos ir ao encontro dos consumidores e assegurar que produzimos o que o mercado procura. Neste sentido, a inovação é fundamental. Temos de assegurar estar a par das últimas tendências para poder manter a nossa competitividade no setor alimentar. O consumidor é cada dia mais exigente e é a chave para o sucesso do negócio. Alterações nas gamas de produto ou nas embalagens são a maior parte das vezes lideradas pelos gostos dos consumidores, pelo que é fundamental a indústria manter-se *up to date* com as tendências do consumo, monitorizando constantemente a oferta das grandes cadeias de retalho, assim como ser criativa, explorando novas opções na melhoria dos seus produtos.

## **4. Globalização e avanços tecnológicos**

Embora a globalização ofereça oportunidades para mercados expandidos, também traz desafios como diferenças culturais, padrões desiguais nas normas de qualidade e de segurança alimentar, custos de mão de obra mais baixos e competitividade desigual entre diferentes regiões. Em Portugal e na Europa,

<sup>2</sup> “Fuel Use and greenhouse gas emissions of world fisheries”, 2018, *Nature*, disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41558-018-0117-x>

a globalização traz oportunidades, mas também a obrigação de avançar tecnologicamente para poder competir com países em vias de desenvolvimento.

Desta forma, a solidificação da indústria 3.0 é imprescindível e a passagem para a indústria 4.0 é obrigatória a curto prazo.

### **5. Escassez**

A escassez de mão de obra técnica em Portugal e a escassez de matérias-primas são hoje desafios diários na indústria conserveira.

A indústria alimentar depende muitas vezes do trabalho manual e técnico para diversas tarefas ao longo de todo o processo produtivo. A escassez destes recursos gera mais ineficiência na fábrica e diminui a competitividade face a outros países. Assim sendo, e tendo em conta a falta de cursos técnicos em Portugal, na nossa empresa desenvolvemos programas internos de formação técnica de forma colmatar a dificuldade com que nos deparamos na oferta. É por isso essencial um trabalho mais próximo entre as entidades de ensino técnico e a indústria para que juntos possam adequar a oferta à procura.

Por outro lado, os sucessivos aumentos de preço nos pescados, no azeite, no alumínio, no cartão e na energia, devido à escassez dos materiais, levaram à diversificação do negócio. No caso da Poveira, levou à criação de uma fábrica própria na área de metalurgia que servirá também como fornecedora ao setor alimentar. Além disso, o investimento massivo em sistemas de gestão de energia e em painéis fotovoltaicos representaram também uma prioridade.

### **6. Dimensão do setor / Dificuldades na competitividade global**

O setor conserveiro em Portugal é composto por fábricas de pequena dimensão e produção, quando comparado com os principais *players* mundiais, nomeadamente com a nossa vizinha Espanha. Para que tenhamos uma ideia, qualquer um dos três principais *players* espanhóis produz mais do que todo o setor conserveiro nacional junto.

Quando pensamos que fábricas que produzem 50 mil unidades diárias têm de competir nos mesmos mercados, e com os mesmos produtos, com outras que produzem 4 milhões de unidades, podemos concluir quanto à disparidade nos preços das principais matérias-primas necessárias ao setor.

Para isto muito contribuiu um certo adormecimento da indústria conserveira nacional, nomeadamente nas últimas décadas do século XX: não se soube adaptar às novas tendências de consumo da altura, em que a conserva de atum representou, e ainda representa atualmente, 80% do total de consumo de peixe em conserva.

De facto, todo o setor industrial continuou durante décadas e décadas a apostar nas principais matérias-primas dos nossos mares, a sardinha e a cavala, deparando-se depois com enormes problemas de competitividade, e mercado, com as alterações também surgidas no âmbito da entrada de Portugal para a então Comunidade Económica Europeia, nomeadamente por ficarmos abrangidos pelos acordos europeus com países terceiros, como, por exemplo, Marrocos.

Nos finais dos anos 90 e princípios do novo século, a indústria conserveira passou por enormes dificuldades, porquanto surgiram novos concorrentes a nível global para os mesmos mercados em que até aí operávamos, com preços mais competitivos por serem formados em economias com custos laborais muito inferiores aos da nossa.

Acresceram também as dificuldades sentidas no preço das principais matérias-primas, por anos e anos de sobrepesca nos nossos mares, com pouca regulamentação e controle.

### **7. Alterações da tipologia do mercado; Private label / Marcas de fabricante – desafios**

As marcas brancas ou marcas da distribuição (MDD) surgiram na década de 80 e não mais pararam de crescer. Atualmente, representam cerca de 50% do total do mercado com tendências de crescimento. Os ganhos de popularidade são sobretudo devidos a

preços mais acessíveis e estratégias comerciais e de *marketing* eficazes, ao que acresce uma qualidade nos produtos cada vez maior.

Entramos neste ponto novamente na dimensão: qualquer fabricante de dimensão depende e necessita deste mercado (MDD). A concorrência saudável existente entre os diversos fabricantes na procura do mesmo cliente conduz de uma forma natural à qualidade e à competitividade em que apenas quem oferece o melhor produto, ao melhor preço, consegue o fabrico do produto com a insígnia desse cliente.

Os fabricantes enfrentam por isso diversos desafios para coabitar num mercado de marcas brancas (MDD) e marcas próprias (marcas do fabricante – MDF). Estes incluem a pressão sobre os preços devido à concorrência, a necessidade constante de inovação para se destacarem e a gestão da perceção de qualidade em comparação com as marcas de fabricante. Além disso, a fidelidade do consumidor pode ser impactada pelas ofertas mais acessíveis das

MDD, exigindo que os fabricantes se adaptem para manter uma posição competitiva no mercado.

### **Conclusão – Escolha da melhor dimensão**

Em minha opinião, por muitos dos fatores atrás partilhados, qualquer industrial do setor conserveiro terá que desenhar a sua estratégia económica para se implementar num de dois mercados: ou num mercado de pequena dimensão, em que irá concorrer com outros fabricantes em especialidades e produtos de menor consumo, onde o fator preço não é a principal variável de conquista de clientes, ou, ao invés, nos mercados de grande consumo em que a dimensão da empresa é um fator primordial para a conquista da competitividade necessária.

As empresas de média dimensão irão cada vez mais sentir dificuldades na implementação das suas estratégias, e acabarão, naturalmente, ou por fechar, ou por serem absorvidas por concorrentes de maior dimensão.



# A cultura de tomate para indústria em Portugal

MARTIN STILWELL

Presidente do Grupo HIT\*

## Parte I

### 1. O Início

Em Portugal, o início da transformação de tomate em pasta de tomate tem as suas origens na zona da Golegã, Vale do Tejo, durante o período da Segunda Guerra Mundial, com as “sobras” da produção para o mercado do fresco. Existe o registo, em 1945, do cultivo de 300 ha de tomate, cuja produção transformada resultou em 800 t de concentrado de tomate.

Em 1956, sob a liderança de Manuel Luís Costa Braga, a indústria de transformação do tomate, em conjunto com o Ministério de Agricultura português, através da Junta Nacional das Frutas e do seu representante Weber de Oliveira, e com a colaboração ativa das empresas H. J. Heinz e Campbell Soup, iniciou a transferência das tecnologias mais avançadas da época.

Em Portugal, esta cultura e atividade dedicou-se desde o início à exportação dos seus produtos, sendo única entre os seus pares pelo facto de expor-

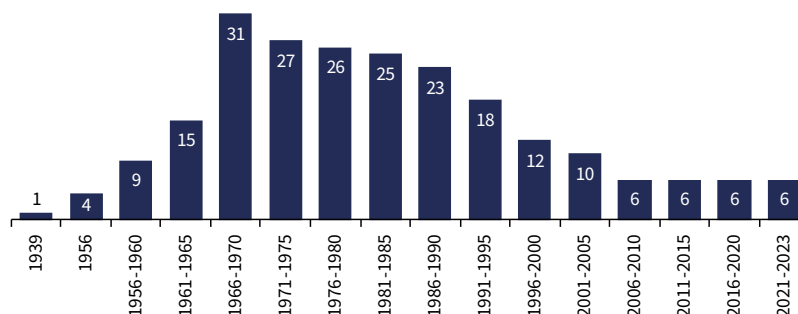
tar mais de 90% da produção e de não ter uma forte dependência do mercado de consumo interno.

O confronto com as vicissitudes do mercado global tem sido o fator decisivo que levou a um grande sucesso e a um crescimento contínuo, num processo de melhoria constante do conjunto da fileira de agricultores e transformadores, focado na procura de eficiência e qualidade. Tem sido um trabalho duro e difícil, obedecendo à “Lei de Darwin” e levando assim à “sobrevivência do mais forte”.

### 2. Evolução

Com início em 1956, foram construídas e equipadas 31 unidades fabris dispersas de Norte a Sul pelas

**Gráfico 1 – Empresas transformadoras**



Fonte: Portas C.A.M., Oliveira W., Stilwell M.R., Calado A.M., Dias V.M. B., Ruiz-Altisent M. – Tomato Processing In Portugal. HortScience, Vol.21 (1); Stilwell M.R. – Registos pessoais

\* <https://hit-tomato.com/>

zonas de regadio de Portugal, grande parte das quais (22) tinham desaparecido após 30 anos, sendo substituídas ou absorvidas por empresas com muito maior dimensão e capacidade, concentradas na zona do Ribatejo.

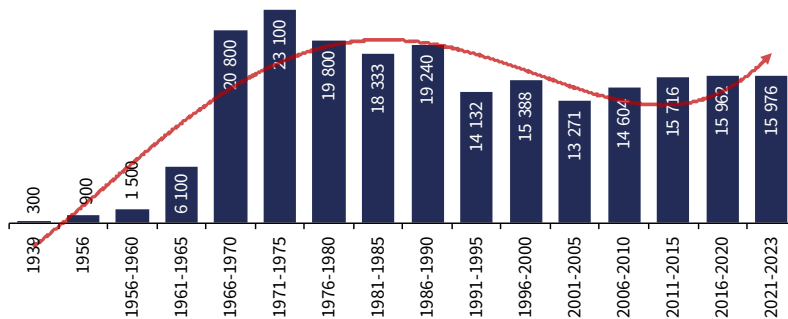
As áreas plantadas de tomate expandiram-se rapidamente, atingindo um pico de 23 100 ha no início dos anos 70 antes de voltarem a cair, para estabilizarem entre 13 000 e 16 000 ha, centradas nas zonas regadas do Ribatejo.

O número de agricultores, produtores de tomate, diminuiu gradualmente com a progressiva mecanização da cultura e as sucessivas crises de mercado, oscilando entre “fome” e “fartura”.

A mecanização, incentivada pela iniciativa do Prof. Carlos Portas ao lançar o projeto METI (Mecanização da Cultura do Tomate para Indústria) nos anos 70 e a construção de um protótipo de máquina de apanha, acelerou com a introdução da rega gota-a-gota no início dos anos 90 e permitiu a apanha mecanizada, possibilitando hoje a total mecanização da cultura.

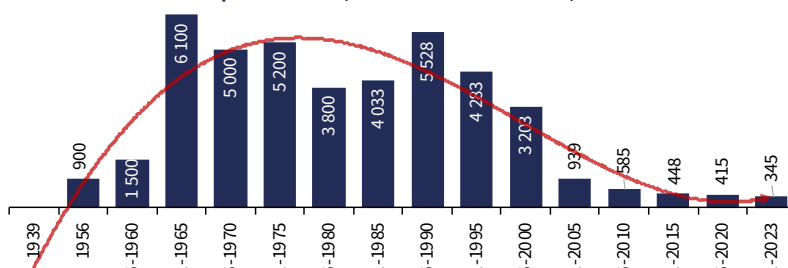
Não obstante a redução drástica do número de agricultores, a produtividade continuou a crescer com a introdução de novas tecnologias no “Campo” e na “Fábrica”, ultrapassando um milhão de toneladas entregues e transformadas em 2004 e 1,5 milhões de toneladas em 2015.

**Gráfico 2 – Área plantada (média de cada 5 anos – ha)**



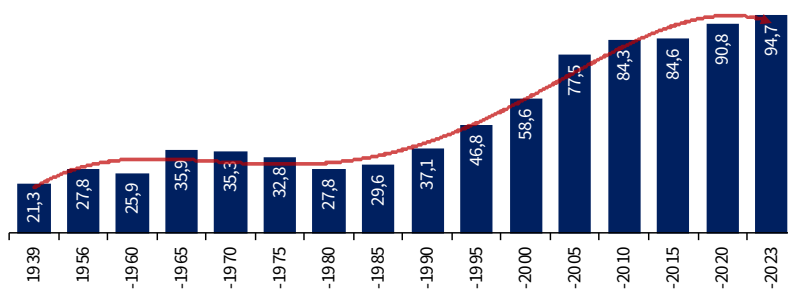
Fonte: Portas C.A.M., Oliveira W., Stilwell M.R., Calado A.M., Dias V.M. B., Ruiz-Altisent M. – Tomato Processing In Portugal. *HortScience*, Vol.21 (1); Stilwell M.R. – Registos pessoais; Ajudas ao setor do tomate – campanhas 1996/1997 a 2023, IFAP

**Gráfico 3 – Número de produtores (média de cada 5 anos)**



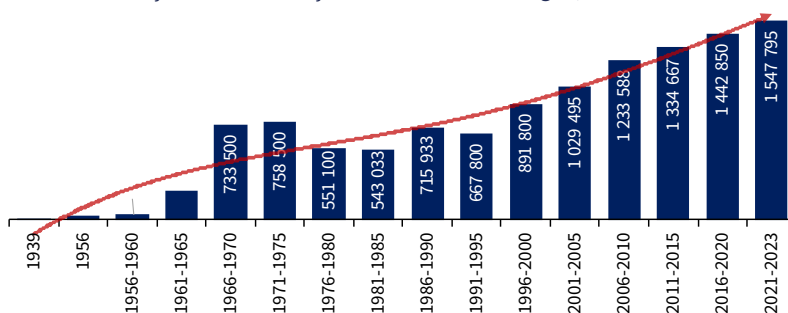
Fonte: Portas C.A.M., Oliveira W., Stilwell M.R., Calado A.M., Dias V.M. B., Ruiz-Altisent M. – Tomato Processing In Portugal. *HortScience*, Vol.21 (1); Stilwell M.R. – Registos pessoais; Ajudas ao setor do tomate – campanhas 1996/1997 a 2023, IFAP

**Gráfico 4 – Produtividade (média de cada 5 anos – t/ha)**



Fonte: Portas C.A.M., Oliveira W., Stilwell M.R., Calado A.M., Dias V.M. B., Ruiz-Altisent M. – Tomato Processing In Portugal. *HortScience*, Vol.21 (1); Stilwell M.R. – Registos pessoais; Ajudas ao setor do tomate – campanhas 1996/1997 a 2023, IFAP

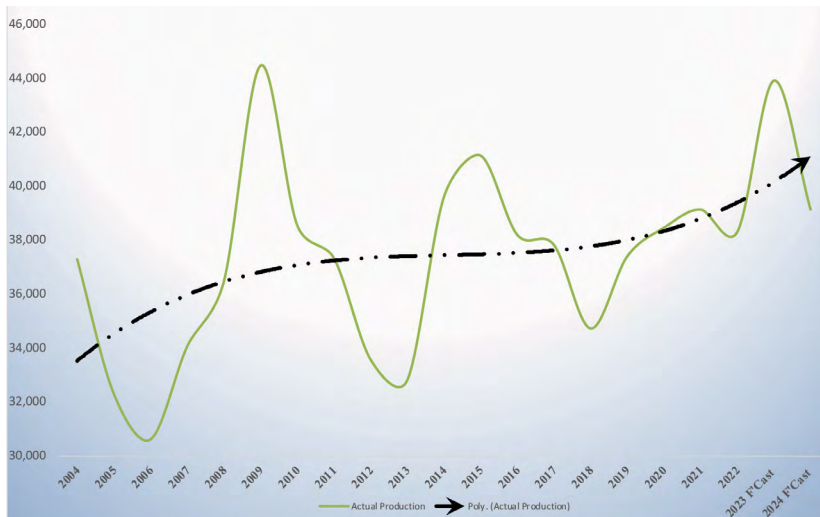
**Gráfico 5 – Produção e transformação de tomate em Portugal (média de cada 5 anos – t)**



Fonte: Portas C.A.M., Oliveira W., Stilwell M.R., Calado A.M., Dias V.M. B., Ruiz-Altisent M. – Tomato Processing In Portugal. *HortScience*, Vol.21 (1); Stilwell M.R. – Registos pessoais; Ajudas ao setor do tomate – campanhas 1996/1997 a 2023, IFAP



**Gráfico 6 – Produção global de tomate para a indústria e projeção de consumo (10<sup>3</sup>t)**



Fonte: WPTC – World Processing Tomato Council, Stilwell M.R. – Registos pessoais

### 3. Exportação e comércio

Os níveis de produção, transformação e exportação de tomate em Portugal dependem sempre das oscilações da procura, por sua vez afetada pelos níveis de produção global.

Após a grande produção obtida em 2009, que coincidiu com a crise económica de 2008-2011, o crescimento do consumo estabilizou, só voltando a crescer com o fenómeno de “Comer em casa” que resultou do isolamento “forçado” consequência da Pandemia de COVID 19, crescimento esse que parece continuar nos anos mais recentes.

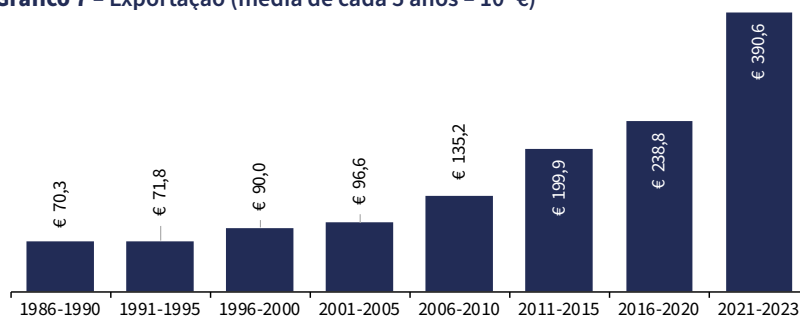
E as exportações portuguesas continuam também a crescer.

A análise dos últimos anos revela a gradual recuperação após a forte quebra provocada pela referida produção recorde do ano de 2009, com alguma estabilidade até ao crescimento de consumo e dos preços durante a pandemia e a explosão de custos e correspondentes preços, devido à crise energética causada pela guerra na Ucrânia.

As últimas previsões para o ano de 2023 sugerem que o total das exportações do ano deve exceder os 500 milhões de euros com um crescimento médio de 5,4% nos últimos 30 anos.

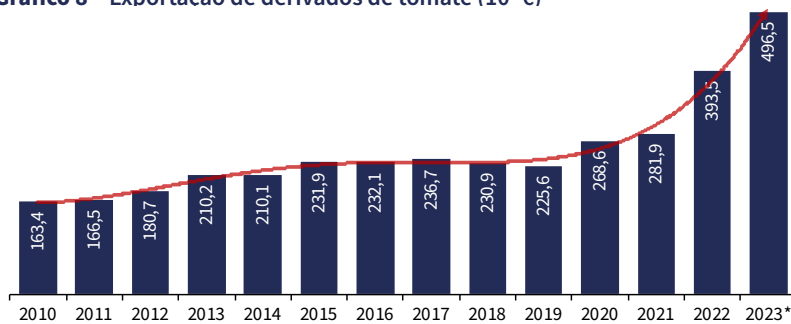
É importante salientar que a análise dos componentes da exportação de produtos deriva-

**Gráfico 7 – Exportação (média de cada 5 anos – 10<sup>6</sup> €)**



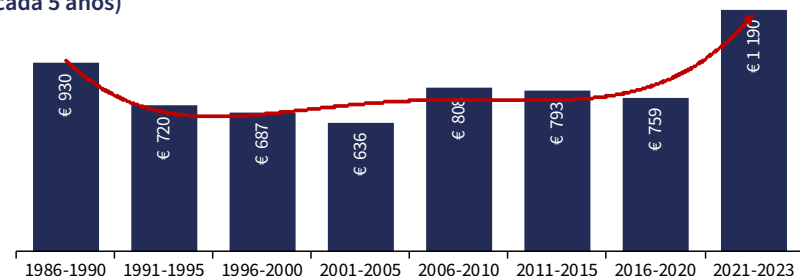
Fonte: Trade Data Monitor; Amitom

**Gráfico 8 – Exportação de derivados de tomate (10<sup>6</sup> €)**



Fonte: Trade Data Monitor; Amitom

**Gráfico 9 – Exportação de concentrados de tomate (preço médio €/t – média de cada 5 anos)**



Fonte: Trade Data Monitor; Amitom

dos de tomate revela um fator interessante e importante porque pode vir a contribuir fortemente para uma maior estabilização: a crescente produção e venda de produtos de valor acrescentado.

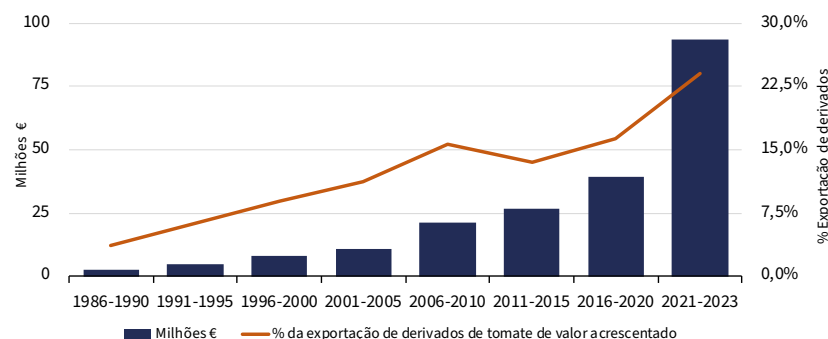
A relação entre agricultores / produtores e industriais / transformadores é normalmente vista como sendo uma relação de adversários, em vez de ser uma relação de parceria, já que cada um não existiria sem os outros. É, portanto, interessante examinar a evolução dos respetivos preços da matéria-prima (Tomate) e dos produtos transformados (Concentrados e Derivados de Tomate).

Em Portugal, dado o facto de mais de 90% dos produtos transformados serem exportados, e o seu registo ser efetuado pelas alfândegas, constando (como um total) nas estatísticas públicas, é possível estabelecer de forma aproximada, mas objetiva, o valor unitário por tonelada em cada ano. O preço do tomate contratado ao produtor é, em cada ano, também do conhecimento geral e as respetivas subidas e descidas são registadas. Podemos assim comparar as evoluções respetivas de cada índice, tendo em conta o facto de as exportações se efetuarem no ano subsequente à sua transformação.

Tipicamente, tanto os preços da matéria-prima como dos produtos transformados respondem rapidamente às leis da oferta e da procura e é interessante verificar a evolução dos mesmos durante os últimos anos.

O gráfico que resulta desta análise é complexo e está dividido em duas partes (Gráfico 11):

**Gráfico 10 – Exportações de valor acrescentado (média de cada 5 anos)**



Fonte: Trade Data Monitor; Amitom

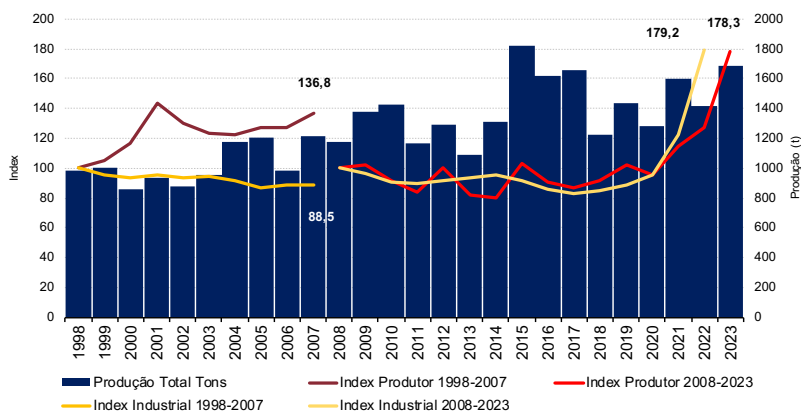
- 1998 a 2007, com a ajuda comunitária paga à indústria transformadora após verificação de que esta teria pago ao produtor o preço mínimo estabelecido pela UE.
- 2008 a 2023, em que ajudas diretas são pagas ao produtor.

É interessante retirar as principais conclusões:

- Contrariamente ao que se poderia supor, o pagamento da ajuda à unidade de transformação, com a imposição de um preço mínimo a pagar ao produtor favoreceu este último e, provavelmente, terá sido uma das causas do colapso de várias empresas transformadoras.
- Da introdução de pagamentos diretos ao agricultor, a partir de 2008, terá resultado um mer-

**Gráfico 11 – Evolução do índice dos preços da matéria-prima e preços médios de exportação com a produção total**

Índice de rendimento por ha – 100 em 1998 e índice 100 em 2008; índice da evolução do preço médio de exportação €/t no ano subsequente 100 em 1998 e 100 em 2008



Fonte: Stilwell M.R. – Registos pessoais; Ajudas ao setor do tomate – campanhas 1996/1997 a 2023, IFAP; Tomato News; Trade Data Monitor; Amitom

cado mais equilibrado, com ambas as partes respondendo diretamente aos estímulos da oferta e da procura e pontualmente beneficiando, ora um ora outro.

## Parte II

### 4. O Futuro

#### a. Portugal e 2024 ao nível mundial

Olhando para o Gráfico 6, verifica-se que a produção global da colheita de 2023 atingiu os níveis do anterior recorde de 2009.

A dimensão desta colheita, que ultrapassa os níveis de consumo em aproximadamente 4 milhões de toneladas, é devida essencialmente ao grande crescimento da produção na China, em resposta ao aumento das cotações/preços internacionais de exportação, e à produção na Califórnia, com a resposta dos agricultores ao duplo estímulo do fim da grande seca da última década e do enorme (30%) aumento do preço da matéria-prima negociado para

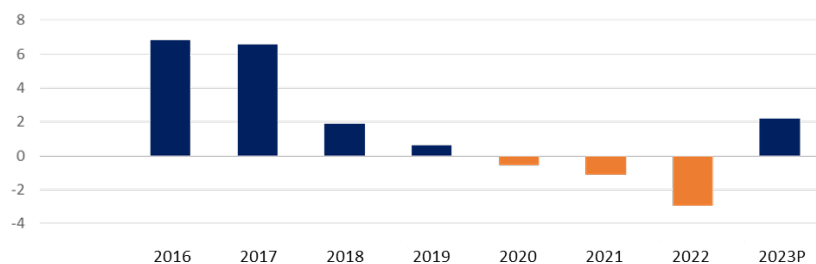
a campanha de 2023 (que serviu de exemplo e acabou por ser acompanhado nas principais zonas de produção).

A dimensão da colheita não é em si um problema, já que permite que o mercado possa recuperar do *deficit* crescente dos anos 2020, 2021 e 2022 (Gráfico 12).

No Gráfico 13, verificamos que a produção dos últimos 15 anos nas principais zonas mundiais nos leva às seguintes principais conclusões:

- Um crescimento gradual da produção em todas as “geografias”, em resposta aos aumentos de consumo.
- O crescimento da produção em “Outras” zonas, com a substituição de importações por produção local, em resposta aos aumentos de custo/preço das importações.
- A importância da China na “regulação” do mercado, como grande produtor a baixo custo, beneficiando da melhoria da sua competitividade após aumentos dos custos de produção das outras zonas geográficas, da desvalorização do Renminbi e da atual redução dos custos logísticos/transporte.
- O excesso de produção de tomate na Califórnia, em que os 11,5 milhões de toneladas ultrapassaram em 10% os 10,4 milhões contratados.

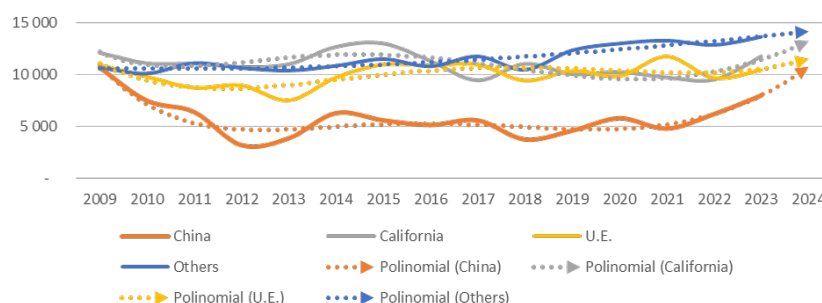
**Gráfico 12 – Equilíbrio entre oferta e procura (n.º de semanas de consumo)**



P – Previsão

Fonte: Stilwell M. – Registos pessoais; WPTC

**Gráfico 13 – Produção global: Califórnia, China, UE e Outros (10<sup>3</sup> t)**



Fonte: Stilwell M. – Registos pessoais; WPTC

#### b. Portugal inserido na Península Ibérica: a disponibilidade de água e as novas tecnologias

Os anos de 2021, 2022 e 2023 têm acentuado as diferenças pluviométricas entre as zonas do Centro e Noroeste e o Sul Nordeste da Península Ibérica e a consequente capacidade de rega e produção de tomate na zona da Andaluzia.

A persistente e dramática seca no Sul de Espanha tem reduzido a produção e transformação de tomate na Andaluzia, reduzindo a produção de Espanha em 1/3 ou 1 milhão de toneladas.

A deslocalização de capacidade fabril da Andaluzia espanhola para Portugal, aproveitando a possibilidade de rega baseada nas águas da barragem do Alqueva, já se iniciou. Assim como o aumento das importações de concentrados de tomate a baixo custo de outras geografias.

Apesar de:

- A produtividade agrícola ter crescido rapidamente, duplicando os seus valores nos 20 anos entre 1990 e 2010 (ver Gráfico 4), estabilizou nos últimos anos, devido a:

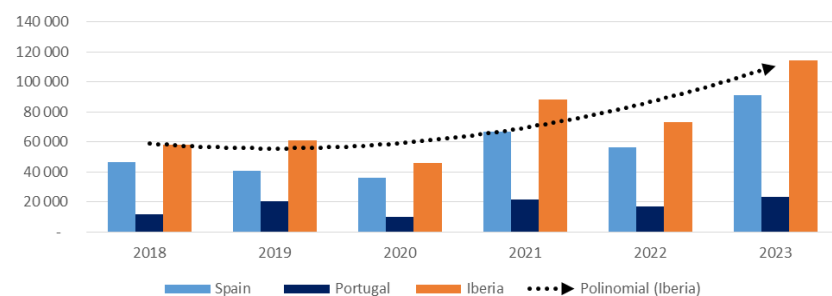
- ausência de melhoramentos significativos nas variedades;
- rotações limitadas ou ausentes, resultando num abaixamento da fertilidade intrínseca dos terrenos.

Existem razões para otimismo, já que no futuro muito próximo:

- A possibilidade da introdução de novas regras permitirá a utilização das mais recentes tecnologias de edição genética, o que pode vir a introduzir alterações rápidas, especialmente em culturas anuais como o tomate.
- Estas tecnologias possibilitam rápidos avanços na proteção da cultura, com a introdução de genes existentes na espécie *Lycopersicum*



**Gráfico 14 – Importações de concentrados de tomate (toneladas)**



Fonte: Trade Data Monitor; Amitom

*esculentum*, que irão fornecer resistência a algumas das principais pragas da cultura.

- O resultado do *Green Deal*/Pacto Ecológico, que incentiva a rotação e/ou a introdução de culturas intercalares, pode vir a repor a fertilidade dos terrenos.
- A crescente utilização e o desenvolvimento de sistemas de monitorização das culturas, remotos, com “machine learning” e inteligência artificial, capazes de prever e emitir avisos sobre condições adversas para a cultura, vão permitir um mais apertado controle dos principais fatores que contribuem para a produtividade, maximizando a eficiência do processo produtivo agrícola.

## Indústria agroalimentar – Nozes!

TIAGO COSTA

*Diretor executivo da Nogam\**

A indústria agroalimentar representa um importante motor para a economia do país, tendo um papel estruturante ao disponibilizar alimentos aos consumidores e matéria-prima para diferentes indústrias, estabelecendo novos postos de trabalho diretos e indiretos, com um peso relevante nas exportações, contribuindo para equilibrar a balança comercial com o exterior e para o fornecimento de produtos de qualidade, de origem nacional.

Engloba várias atividades desde a produção, o processamento, a transformação industrial e a distribuição de produtos agrícolas e os seus derivados. O setor em Portugal está bem desenvolvido e em crescimento, tendo aproveitado a disponibilidade de água, nomeadamente fazendo uso de investimentos públicos de relevo (de que o Alqueva é o exemplo mais representativo e que urge replicar), com as condições de solo e de clima adequadas para a produção de vários tipos de produtos, alguns dos quais estão associados a estilos de vida saudáveis, a uma alimentação equilibrada e à dieta mediterrânica, características valorizadas pelos consumidores e que contribuem para a competitividade do setor nos mercados internacionais.

Um setor agroindustrial sólido e bem estruturado é essencial para assegurar soberania e segurança alimentar, ordenamento do território, crescimento económico, produção sustentável e circularidade. E é um componente essencial da agricultura moderna, permitindo acrescentar valor à matéria-prima e gerar rendimento adicional. Tem um papel importante na redução do desperdício, sendo também fundamental para que o consumidor pague o preço que lhe assegura uma relação custo-benefício ajustada.

Num contexto de incerteza, com escassez de mão de obra, a inflação e as taxas de juro em valores elevados, e com as disrupções que se têm sucedido desde a pandemia, com a guerra da Ucrânia em destaque, continua a haver muita pressão nas cadeias de abastecimento de vários produtos, porventura criando cortes no fornecimento e deixando prateleiras vazias nos supermercados. Sai assim reforçada a necessidade de se pensar este setor, e os seus subsectores, de uma forma estratégica no sentido de garantir a soberania alimentar, nas várias áreas em que tal seja possível, e assegurar cadeias logísticas mais curtas, tornando o setor mais resiliente, com maior capacidade de resistir a choques futuros. Esta mudança de

---

\* <https://www.nogam.pt/pt/>

paradigma cria algumas oportunidades num contexto em que o modelo de globalização está em transformação.

São variados os bons exemplos que podemos identificar em Portugal, desde as horto-industriais, passando pela moagem e panificação, pela produção de alimentos compostos, pelo leite e laticínios, vinho e azeite, entre outros. Os desafios associados, tendo em conta a dimensão do mercado português, incidem muitas vezes na necessidade de internacionalização, pelo que se torna necessário evoluir no sentido de ganhar capacidade de transformação e de inovação, que lhes permita serem relevantes no contexto europeu e/ou global, criando produtos com potencial de se tornarem marcas internacionais ou de fornecerem marcas já estabelecidas de dimensão internacional. Para esse efeito, são da maior importância o grau de profissionalização, o uso da tecnologia e uma adequada gestão da informação (recorrendo a ferramentas de *data analytics*) que alimentem os sistemas de melhoria contínua para aumentar os níveis de produtividade e manter um nível eficaz de controlo dos custos. Todos os esforços comerciais e de *marketing* terão de estar alinhados e dimensionados para a estratégia empresarial estabelecida.

Neste contexto, surge a diversificação do Grupo SOGEPOC, na criação da NOGAM, um investimento na produção e transformação de nozes no Alentejo, com o objetivo de fornecer o mercado europeu com nozes frescas e de qualidade, competindo com a importação dos EUA (a Europa importa cerca de 176 000 t de nozes) e do Chile, e com as outras origens europeias – França, Itália, Roménia, bem como a importação de países de leste como a Ucrânia e a Moldávia, que vendem sobretudo miolo de noz proveniente de variedades autóctones com uma



qualidade inferior tendo em conta os parâmetros europeus. Portugal tem um nível de autoabastecimento de cerca de 60%-65%, com a produção de nozes maioritariamente (mais de 50%) concentrada no Alentejo.

Considerada uma das maiores unidades de transformação da Europa, a NOGAM consegue fornecer nozes com casca e miolo de noz em diferentes tipos de embalagens, tendo por base as suas vantagens competitivas:

- as variedades utilizadas, com maior peso da variedade americana que é líder no mercado – Chandler;
- a proximidade dos mercados europeus, nomeadamente de Espanha, Itália e Alemanha;
- a qualidade e frescura adequadas ao consumidor europeu que gosta de nozes da colheita do próprio ano.

Apoiada numa estratégia comercial B2B<sup>1</sup>, focada nos mercados abastecedores e no retalho para as nozes com casca e nos mercados de *snacks* e de ingredientes alimentares para o miolo de noz, tiramos partido das suas qualidades nutritivas e de uma tendência crescente de consumo de alimentos nutritivos e sau-

<sup>1</sup> “Business To Business” ou “Empresa para Empresa” é um modelo de negócio em que as transações são feitas entre empresas e não entre uma empresa e o consumidor final. (Nota da equipa editorial)

dáveis, adaptando a nossa oferta à procura europeia que tem um pico de consumo na época natalícia, na noz com casca, e um consumo crescente no miolo de noz que é consumido ao longo do ano com menor sazonalidade.

Sendo o valor da noz afetado pelas condições naturais (climatéricas, por exemplo) e de mercado, desenvolver conhecimento e adaptá-lo às nossas circunstâncias tem um carácter determinante na evolução deste investimento e a capacidade de recrutamento, desenvolvimento e retenção de talento com experiência no setor ou em setores semelhantes fazem toda a diferença para garantir qualidade – aspeto visual da casca, calibre, rendimento de miolo, cor do miolo. Isto sem nunca desviar o foco da capacidade de execução operacional, que deve ser exemplar, tendo por base uma estrutura organizacional e um parque de máquinas e equipamentos bem dimensionado e adaptado às necessidades, tanto ao nível da produção como da unidade industrial. Todas as operações devem estar muito alinhadas para maximizar o valor da noz, em especial a colheita, que deve ser feita no momento de maturação ideal da noz seguido de descasque e secagem sem qualquer tempo de espera para reduzir o risco de perda de qualidade e valor comercial.

A digitalização, por outro lado, é uma ferramenta muito eficaz à qual temos recorrido para fazer face a diferentes desafios, nomeadamente como apoio na gestão dos custos de produção, permitindo a avaliação do uso dos recursos – água, fertilizantes, fito-

fármacos, outros – em tempo real para determinar a sua necessidade e eficácia num modelo de tomada de decisão que integra as diferentes dimensões – económica, ambiental e social. A procura por tecnologia de aplicação de recursos localizada está em teste permanente no sentido de assegurar a boa execução das diferentes decisões operacionais. É uma ferramenta amplamente utilizada também na unidade de processamento onde estamos muito empenhados em garantir a eficiência das operações, com objetivos de processamento ambiciosos que ainda assim permitam manter uma grande flexibilidade na capacidade de resposta para fazer face às variadas exigências dos clientes em matéria de qualidade e de nível de serviço.

O combate ao desperdício é particularmente bem conseguido no caso das nozes pelo facto de que todos os subprodutos têm valorização e utilização, desde a casca verde que pode ser utilizada como corretivo do solo e/ou como biopesticida (ainda em estudo), assim como a casca rija que têm várias utilizações desde a biomassa à aplicação como abrasivos naturais para limpeza, entre outros.

Num cenário de alterações climáticas, assume maior relevo a nossa política de sustentabilidade assente em três pilares: gestão eficiente dos recursos – água, manutenção da biodiversidade, neutralidade carbónica, para os quais foram calendarizadas metas e objetivos com um plano de ação bem definido para as atingir dentro dos prazos estabelecidos.



A entrada de um novo *player* no mercado está sempre sujeita às dificuldades inerentes ao desenvolvimento de uma nova indústria, sobretudo quando se trata de um modelo com integração vertical da cadeia de valor, desde a produção à comercialização, com vista a garantir um bom posicionamento competitivo, tanto em termos de preço de venda como de qualidade do produto. Dado tratar-se de culturas perenes, com um tempo de entrada em produção relativamente elevado, todo o processo se complexifica. Ainda assim, o crescimento tem sido sólido fazendo face às dificuldades encontradas com a resiliência necessária para garantir o sucesso na entrada em velocidade de cruzeiro.

A Indústria Agroalimentar dos frutos secos, em que a noz está inserida, está em franco desenvolvimento em Portugal e tem potencial para ganhar um espaço de relevo a nível europeu, bastando para isso que todos estejamos empenhados em trabalhar de uma forma colaborativa e dar o nosso contributo para que o enquadramento institucional, político e técnico-científico seja favorável aos diferentes investimentos. Nesse sentido, integrámos a associação setorial Portugal Nuts que visa trabalhar os eixos estratégicos já referidos e proporcionar partilha de informação e desenvolvimento de serviços com valor acrescentado para os associados. Acreditamos que assim será possível desenvolver toda a capacidade competitiva para sermos bem-sucedidos no médio-longo prazo.



# Breve historial da Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano

PEDRO MENDONÇA E ÁLVARO MENDONÇA

## 1. O CAICA

O Complexo Agroindustrial do Cachão (CAICA) foi um empreendimento integrado, de índole global para a região de Trás-os-Montes, inicialmente centrado no desenvolvimento agroindustrial, mas logo seguido pela integração de praticamente todo o desenvolvimento social, económico e cultural da região norte interior no seu conjunto.

Para compreender a evolução deste projeto socioeconómico e cultural é indispensável compreender a situação global da zona de Trás-os-Montes, entendam-se os distritos de Bragança e boa parte de Vila Real.

## 2. O atraso

Estamos na época de 1950 a 1960. Trás-os-Montes não tem mais de uma centena de tratores<sup>1</sup>, espalhados por cerca de 10.000 Km<sup>2</sup>. Tudo no seu interior se assemelha a uma alta Idade Média: produções, métodos de produção, tecnologias, isolamento, pobreza (comparativamente com outras regiões e países) e desenvolvimento de uma forma geral. O atraso global era de tal forma evidente que as populações haviam já iniciado um êxodo migratório para

diversos países europeus, em especial a França, em condições degradantes.

Em 1960, menos de 10% dos habitantes tinham acesso a água canalizada e eletricidade. Os automóveis rareavam e as camionetas de mercadorias eram praticamente inexistentes, numa zona onde a atividade era predominantemente agropecuária e dependia dos transportes para o escoamento dos produtos. O analfabetismo rondaria os 60%.

Apesar de tudo, escolas primárias existiam desde os anos quarenta, embora muitos não tivessem a oportunidade de as frequentar. Aqueles que tinham possibilidades financeiras de estudar, no ensino intermédio, teriam de se instalar nas sedes de distrito. O superior era reservado a quem tinha posses suficientes para isso: Lisboa, Coimbra ou Porto. E invariavelmente por lá ficavam, no fim dos estudos. Poucos regressavam.

Sumarizando, a região transmontana, na década de 50, tinha enormes carências de índole social, cultural e económica. A agricultura e a pecuária, com 70% de população ativa, estavam limitadas pelo minifúndio, que predominava, e utilizavam técnicas agrícolas

---

<sup>1</sup> Sem dados. O número é uma referência sem apoio bibliográfico.

ancestrais, embora adaptadas às circunstâncias. Predominava o autoconsumo. Algumas bolsas de “bem-estar económico” podiam encontrar-se em parte da população das vilas ou, mais raramente, nas aldeias.

### 3. Governança

O surto de investimento que se seguiu, durante os anos 60 e início dos anos 70, confunde-se totalmente com a evolução do CAICA, que representava sobretudo um plano de desenvolvimento agroindustrial, baseado numa infraestrutura do regime, os Grémios da Lavoura, a que foi adicionada uma rede de Cooperativas abrangendo todos os concelhos de Bragança e muitos de Vila Real. O embrião do empreendimento foi assim a Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Trasmontano, FGLNT, que se formou a partir da associação dos grémios concelhios, os quais, individualmente, não tinham escala para mais do que a venda de alguns, poucos, fatores de produção. As cooperativas, dispersas, complementaram.

A FGLNT era, assim, a cabeça da estrutura, que detinha o Complexo do Cachão, em Mirandela. Era o polo industrial onde se concentravam as unidades fabris que exigiam mais técnicos, mais investimento e necessitavam de uma economia de escala.

Um polo secundário localizava-se na Cooperativa Agrícola de Macedo de Cavaleiros, distando 40 Km do Cachão onde, pela produção alargada, se justificava a implantação de mais unidades produtivas. Esta cooperativa agrícola data de 1961/62. As diferentes sedes de concelho do distrito de Bragança, e muitas do distrito de Vila Real, tinham também cooperativas adaptadas às suas realidades produtivas, em geral lagares de vinho e de azeite, armazéns de batata e de adubos e oficinas de máquinas agrícolas. As restantes produções destes concelhos eram canalizadas para o polo central, Cachão, onde eram calibradas, processadas, embaladas e comercializadas em conjunto.

## 4. Camilo Mendonça<sup>2</sup>

É indispensável, ainda, associar a figura de Camilo de Mendonça, transmontano com raízes numa pequena aldeia do concelho de Alfândega da Fé, onde estudou e os seus pais viveram toda a vida. Após a instrução primária terminada, fez o ensino secundário no Porto e o curso de Agronomia no Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa. De personalidade magnética, brilho intelectual e capacidade de trabalho notáveis, associava ao estudo da agronomia diversas outras matérias. Desenvolveu conhecimentos sólidos na área da economia agrária, finanças, economia, sociologia, entre outros, que introduzia nos projetos que desenvolveu. Associava ainda a estes atributos uma ética pessoal de enorme exigência, não procurando benefícios materiais pelo seu trabalho.

### 4.1. Política

Terminado o curso, enveredou entusiasticamente pela política, sendo deputado durante duas legislaturas seguidas (1953-1957 e 1957-1961), onde estabeleceu muitos contactos e praticou a arte da oratória e da feitura das leis. Nestes oito anos de política, na Assembleia Nacional (AN), teorizou o CAICA, sem ainda o saber, propondo soluções agroindustriais para a região de onde era oriundo. A meio da segunda legislatura, entendeu que os seus princípios éticos estavam a ser traídos e decide largar a política nacional, com grande estrondo, mudando radicalmente de vida, com a mudança para Trás-os-Montes. Meses antes havia sido convidado para a direção da FGLNT, que aceita de imediato. Corria então o ano de 1960.

### 4.2. Chamar a atenção

Trás-os-Montes e os seus habitantes, tal como o estado sociocultural e económico da região, não eram novidade nenhuma: os notáveis locais viviam numa paz esquecida do progresso, longe dos cen-

<sup>2</sup> A descrição pormenorizada da origem e vida do CAICA está extensamente desenvolvida na Biografia de Camilo de Mendonça. Tem um custo de 10€, mais portes, e pode ser encomendado para presidente.cercimac@gmail.com. As receitas revertem para uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

tros de decisão, dos financiamentos públicos e sem o dinamismo necessário para mudanças. Camilo Mendonça era já muito conhecido pelas suas intervenções, na AN, conhecia o terreno e as suas gentes. Era preciso criar confiança e atrair colaboradores, urgentemente. Socorreu-se de alguns conhecidos para formar a Direcção da Federação e lançou de imediato ações com visibilidade. A FGLNT alugou um lagar de azeite e começou a trabalhar a azeitona em regime cooperativo; a diferença foi imediata, em termos de proveitos para o lavrador! Durante esse ano, foram adquiridas seis centenas de novilhos, após contrato com o matadouro do Porto e, mais uma vez, a mudança foi imediata, com alterações significativas na remuneração dos lavradores. Factos simples como estes atraíram visibilidade e interesse. A produção começava a perceber que alguma coisa estava a mudar.

## 5. Inicia-se a industrialização

Paralelamente a esta atividade, é elaborado um Plano de Desenvolvimento Regional do Nordeste, que constava na realidade de vários projetos agroindustriais. Datado de inícios de 1962, nele estão esquematizados 11 projetos no valor de 215.000 contos (98 milhões de euros) que envolvem o aproveitamento do Vale da Vilariça (1) e do Vale de Macedo de Cavaleiros (2). Um terceiro prevê uma intervenção de florestação, ovicultura e fruticultura na Serra de Bornes, sendo os outros a organização da fileira do leite de ovelha e vaca (4), a valorização das lãs, lavagem, fiação, tinturaria e artesanato (5). O projeto seguinte (6) seria o mais emblemático, pois envolvia cerca de duas dezenas de produtos que ainda não existiam, os horto-industriais. Seria necessário fomentar novas culturas e criar previamente o seu escoamento. Igualmente emblemático, o projeto seguinte (7) compreendia a produção de conservas de frutos, legumes e compotas, mas também os frutos preparados (8), como a azeitona de conserva, a cereja, a castanha, o pimento, a amêndoa, entre outros. A industrialização de carnes e legumes (9), que incluía um entreposto frigorífico, a aquisição de vacas de leite (10), mais tarde abandonado, e a armazenagem de vinhos (11) – destilação e armazenagem.

Foi esta a génese inicial do CAICA. Para isso teve de demonstrar aos Ministérios e Secretarias de Estado respetivos – Economia, Finanças, Obras Públicas – os objetivos pretendidos e toda uma estratégia de investimentos. Esta demonstração de intenções, projetos, contas previsíveis de exploração foi uma constante a Ministros, Secretários de Estado, Diretores Gerais, várias vezes ao ano, durante aqueles 15 anos; uma e outra e outra vez. Os serviços públicos, muito concentrados em Lisboa, não entendiam que se estava a fazer.

Em poucos anos, foram feitos os investimentos que os poderes públicos não tinham feito em mais de 100 anos. A própria linha de caminho de ferro entre o rio Douro e Bragança tinha sido feita, no início do século XX, por um privado, cuja fortuna não resistiu ao esforço.

## 6. Um Plano Integrado

Enquanto se desenrolavam os procedimentos de financiamento, adquiriram-se terrenos junto ao rio, ao lado da estação de caminho de ferro. As estradas eram péssimas, mas o rio garantia a água e o caminho de ferro, alguns transportes. A procura de técnicos habilitados foi uma odisséia pois que quem saía da região para estudar não queria voltar. Esta luta duraria 10 anos.

Com o início de funcionamento das primeiras fábricas, por volta de 1963/1964, estavam já definidas as prioridades para a próxima década. Baseavam-se em seis linhas estratégicas, profundamente interligadas e que, para além do CAICA integravam diversas cooperativas, de diversos tipos, que iriam ser criadas ao longo dos anos seguintes, distribuídas pela região:

1. Agricultura e Pecuária
2. Industrialização
3. Regadio
4. Mecanização
5. Meios humanos
6. Aspectos sociais

### 6.1. Agricultura e pecuária

Em relação à primeira linha estratégica, foram avaliadas as potencialidades produtivas das várias regiões de Trás-os-Montes. Esta região tem microclimas muito diferentes, o que obriga a encarar diversas soluções técnicas para cada um deles. Foram ainda avaliadas as suas potencialidades face a novos produtos, analisando-se as necessidades imediatas e futuras dos mercados, nacional e estrangeiros. Para isso, na total ausência de técnicos na região, obteve-se a colaboração de técnicos sediados nas diversas Juntas Nacionais (dos Produtos Pecuários, das Frutas, do Azeite, de Colonização Interna, ) e nas diferentes Direções Gerais (de Agricultura, dos Serviços Hidráulicos, de Pecuária, ...) e também de técnicos reputados na academia e na Corporação da Lavoura.

Foi assim possível suprir, numa primeira fase, a carência absoluta de técnicos neste interior norte, técnicos esses que começaram a surgir, diria que quase a conta-gotas, a partir dos anos de 1963 e 1964, quando arrancaram as primeiras fábricas.

#### Pecuária

Académicos reputados e estrangeiros cooperaram vários anos para chegar a uma solução de aumento da produção de ovinos em sistema intensivo, carne e leite. Diversos outros especialistas na produção de suínos desenvolveram também uma proposta de suinicultura em ciclo aberto. Uma e outra eram baseadas no associativismo agrícola (ovinos) ou na instalação de pequenas unidades de porcos de engorda, com cem animais cada um; qualquer agricultor com área suficiente para estas unidades de suinicultura podia candidatar-se a uma ou mais unidades.

Já no caso dos ovinos, procurou-se aumentar a produção de leite de ovelha para queijo e de carne de cordeiro. Tentava-se assim obviar a trágica falta de mão de obra, devida à emigração. Assim, os criadores de uma determinada região constituíam uma associação de criadores, disponibilizando uma determinada área para produção de forragens/pastoreio; os

seus animais, se os tinham, eram disponibilizados à associação e contabilizados como ativo.

Num e noutro caso, a Federação construía os estábulos, os silos para forragens, a ordenha mecânica, fornecia as rações e disponibilizava o apoio médico veterinário. Construíram-se habitações para os pastores. Os animais eram destinados à produção de leite, mas com um cruzamento industrial para a produção de carne.

Na entrega dos porcos, borregos ou leite, eram feitos os acertos de amortização do financiamento e dos fatores de produção fornecidos. Os criadores sabiam à partida quais os preços de venda, mediante a assinatura de contratos-programa.

#### Agricultura

A vertente agrícola do fomento incluiu, por um lado, o aproveitamento de matérias-primas já existentes, e tratadas desde o início como culturas tradicionais (azeitona, vinho, pêssego, castanhas, nozes, amêndoa, etc.), bem como outras, quase silváticas, mas em quantidades abundantes, como os figos e as amoras de silva. As culturas tradicionais foram objeto de avaliação de dispersão pela região, de variedades e de potenciais produtos derivados industrializáveis. A acrescentar a estas, foram identificadas novas produções, frutícolas e hortícolas, nomeadamente tomate, pimento, espargo, ervilha, cereja, maçã e pera, entre outras. Todas elas foram previstas para o consumo em fresco, pela rentabilização em preço, mas também, quando em excesso, passíveis, nos seus aspetos funcionais, de serem industrializadas. As restantes, figos e amoras de silva, foram complementos mistos, entre a utilidade social e a vantagem económica.

Na realidade, a região possuía, por exemplo, dezenas de milhares de figueiras sem outra utilidade que não fosse o autoconsumo e a secagem do figo, também para autoconsumo. O advento de um sistema comercial permitiu a sua secagem industrial, ou a sua destilação para produção de álcool, o que imediatamente aumentou as receitas dos produtores. Chegavam a entrar no Complexo dezenas de toneladas de

figos diariamente, provenientes de 80 Km em redor (eventualmente de outras regiões). O subproduto da destilação era também comercializado, com grande sucesso, para alimentação de vacas leiteiras, contribuindo para a sua rentabilização.

Fácil é compreender-se como, numa economia profundamente deprimida, e sem trabalho uma boa parte do ano, a população feminina se dedicava à colheita de amoras de silva na época própria, que eram depois ultracongeladas.

Em dois locais, Alfândega da Fé e no próprio Cachão, foram criadas cooperativas de produção, uma com cerca de 700 ha e a outra com pouco mais de 300 ha. Dezenas de produtores associaram as suas terras, onde foram feitos melhoramentos tais como barragens de regadio, plantações de pomares, estábulos para animais (ovinos, suínos), acessos, mecanização. Nas fases do ano respetivas, eram ainda feitas colheitas de grande quantidade de ervilha, em sobcoberto nos pomares, com o fim de ocupar mão de obra feminina excedentária, na produção e no Complexo.

Todas estas produções, novas ou tradicionais, foram avaliadas em termos da distribuição geográfica no que se refere a clima, regadio, variedades, utilidade social e aceitabilidade comercial, numa perspectiva integrada. Para isso contribuíram os técnicos supracitados e, posteriormente, depois de 1965/1966, os técnicos próprios do Complexo, em articulação com os demais.

Foram criados viveiros, do CAICA e apoiando privados, para produzir as plantas que inicialmente eram importadas (tomateiros, pimenteiros, árvores de frutos, ) e posteriormente passaram a ser produzidas localmente. Os técnicos de extensão rural do Complexo visitavam os produtores dando as informações necessárias para as novas culturas, talvez o primeiro serviço de extensão rural do país, a par dos saudosos programas televisivos do Eng.<sup>o</sup> Sousa Veloso.

Mais do que tudo, foi necessário adaptar as tecnologias modernas às realidades e aos condicionalismos regionais. Foi ainda necessário dotar a região de uma

rede de distribuição de adubos, até então inexistente, dada a necessidade de incrementar as produções.

Cada vez mais era necessário fomentar a formação profissional, para acompanhar os desafios da modernização e apoiar os criadores nas suas necessidades, bem como os técnicos e operários do Complexo. Os desafios eram enormes.

## 6.2. Industrialização

É muito difícil avaliar o esforço que a industrialização exigiu ao Complexo. A visão de Camilo Mendonça, no caso presente, era que a indústria teria de vir antes do fomento da produção. Pouco antes, mas, ainda assim, antes.

No esforço de industrialização, ficou assente um núcleo central para as produções necessitando de mais tecnologia ou de investimentos mais pesados, situado no Cachão, e uma rede de cooperativas, cada uma delas com capacidades industriais à medida das potencialidades regionais. Falamos de lagares de azeite e de vinho, armazéns de frutos e de batata e, em Macedo de Cavaleiros de um subcentro dotado de fábrica de compotas, entreposto frigorífico de frutas, produção de cogumelos, lagar de azeite e de vinho e entreposto frigorífico de batata.

Todos os concelhos tinham uma unidade cooperativa à medida das suas necessidades e capacidades agroindustriais, o que associava aspetos de índole social, como o emprego. A região alargada funcionava como um todo, associando os grémios (comercialização de fatores de produção) às cooperativas (industrialização e canalização para o mercado e para o Cachão).

Para tudo isto, foram contactados técnicos, académicos e empresas de países da área mediterrânica, essencialmente Espanha, França e Itália, através de informações obtidas de técnicos, académicos e industriais portugueses. Os pontos de contacto foram intensivamente visitados e, ao longo de década e meia, milhares de horas de trabalho foram gastas em viagens e na seleção de técnicas, tecnologias, equipamentos, locais de formação, equipamen-

tos. É relevante dizer que, durante estes 15 anos, foi criada, em média, uma fábrica por ano, para além de dezena e meia de cooperativas.

As primeiras fábricas começaram a ser construídas nos anos de 1961 e 1963. Optou-se pela construção em granito pela sua durabilidade, potencialidades de isolamento, numa região muito quente, e sobretudo porque a pedra, mão de obra, transportes e construção, permitiam que todo o valor acrescentado ficasse na região.

Para essa construção foram necessários fundos relevantes, provenientes de diversas entidades governamentais, maioritariamente da Junta de Colonização Interna. Foi necessário demonstrar aos governantes a eficiência dos investimentos, a sua rentabilização e as capacidades produtivas dessa região desconhecida e atrasada.

Na década e meia que se seguiria, seria necessário fazer esta demonstração uma e outra vez, repetindo, repisando e recalculando. A verdade é que graças à tenacidade do CAICA, o financiamento foi surgindo a conta-gotas, com muitos avais da produção e dos seus representantes, tantas vezes pessoalmente.

Surgiram então: uma fábrica de frutos preparados, um lagar de azeite com engarrafamento automático, uma destilaria, uma fábrica de rações, uma queijaria, um túnel de congelação, uma unidade de transformação de horto-industriais, uma queijaria e central de vapor, armazéns e escritórios. Estas foram as primeiras unidades a entrar em atividade.

Nos produtos animais, estavam em laboração, em construção ou previstos um matadouro industrial, uma fábrica de enchidos, uma lavandaria de lãs (estas terminadas ou em fase de conclusão) e ainda uma fábrica de fição de lãs, tinturaria e um projeto de tecelagem de âmbito regional.

As tecnologias implementadas eram em grande parte oriundas dos países supracitados. Com base nas opções de produção, as empresas fornecedoras foram selecionadas, sendo igualmente contratado o apoio na instalação de equipamentos e formação

profissional, no arranque das unidades industriais. Foi assim adquirida e montada *in situ* a tecnologia mais recente de toda a Europa.

### Comercialização e *marketing*

A par da industrialização, foi preparado um programa de comercialização e *marketing* adaptado aos mercados selecionados. Dada a escassez de produtos em Portugal, a grande maioria da produção foi encaminhada para o mercado nacional, sem esquecer os mercados europeus, onde os comerciais do CAICA andavam já a consultar mercados, apoiados pelos fornecedores de equipamentos fabris. Países como o Japão (castanha), França (*marron glacée*), Alemanha (amoras), cordeiros (Itália) – estes em especial nestes produtos, mas muitos outros na generalidade e diversidade desta oferta – eram já clientes, assim como o mercado nacional, que absorvia a grande parte da produção.

A industrialização pressupunha um sistema comercial adaptado ao fim em vista, capaz de colocar no mercado os produtos manufaturados. O CAICA desenvolveu, assim, um sistema comercial nacional e internacional baseado em normas de *marketing* valorizando a geografia regional. Os vales, serras ou rios davam o seu nome a linhas de produtos. *Sabor, Tua, Nordeste* e *Bornes* são nomes de rios e montanhas que deram nome a linhas de produtos. A qualidade destes produtos veio a impor-se por si, ao longo de décadas.

### 6.3. Regadio

Muito haveria a dizer sobre o regadio, mas o tema é tão extenso que nos levaria a diversos artigos bem mais pesados que este. Limitar-nos-emos a dizer que o plano de regadio foi programado para apoiar os planos de produção primária e tinha por objetivo o regadio de 80.000 hectares de terras aráveis de qualidade superior. Este assunto poderá ser desenvolvido pela leitura do IV Plano de Fomento, datado de 1973. Neste Plano, estavam feitas as contas de exploração, antes e após o regadio, para cada uma das regiões/regadios propostos no mesmo Plano de Fomento. Cada barragem aí proposta incluía o local, área de

rega e os rendimentos expectáveis por hectare, antes e depois do projeto. Incluía ainda as produções preconizadas para as áreas respetivas

O conceito central era a construção de pequenas barragens de terra batida, muito mais baratas, comparativamente com outros empreendimentos de maiores dimensões, tanto no que respeita à construção, como à distribuição de água. Poucas ficaram terminadas antes da revolução de 25 de abril de 1974.

O regadio foi a luta mais dura da região, que ainda hoje perdura, com menos de 10% da área irrigada prevista há mais de 50 anos.

#### **6.4. Mecanização**

A intensificação da produção, avaliada a carência de mão de obra e ponderada a variedade e descapitalização dos produtores, conduziu a um programa de mecanização que constava de instalação de núcleos de mecanização em localidades onde fossem necessários. Foram adquiridas dezenas de tratores, com as alfaias respetivas, instalados em freguesias que os solicitassem, mediados por uma associação de agricultores local. O operador do equipamento era funcionário da Federação e a manutenção era da responsabilidade desta. O trabalho de mecanização era solicitado pelos sócios, contabilizado à hora e, segundo o tipo de trabalho, era pago mensalmente. Estava previsto que cada núcleo de mecanização passasse para a propriedade da associação respetiva, desde que a sua amortização tivesse chegado ao seu término.

Falamos de várias dezenas de núcleos de mecanização nos distritos de Bragança e Vila Real, que constituíram o embrião de futuros investimentos privados, existentes hoje, às centenas, em algumas freguesias. Seguiram-se ceifeiras debulhadoras e vibradores de colheita mecânica.

#### **6.5. Meios humanos**

Em 1966, o CAICA tinha já nos seus quadros uma dezena de agrónomos e veterinários, duas dezenas de técnicos intermédios e muitos técnicos estrangei-

ros a colaborar na montagem das tecnologias industriais e na formação de técnicos e encarregados das linhas de fabrico. Mecânicos de máquinas agrícolas, extensionistas, encarregados, operadores de todo o tipo de máquinas, contabilistas, mecânicos de frio, e muitos outros responsáveis e operários, tiveram de ser formados, pois estas profissões não existiam à partida numa região que sofria de um tão grande atraso.

A mão de obra menos diferenciada do Complexo era rentabilizada pela migração entre fábricas, de acordo com as campanhas dos vários produtos. Os funcionários do Complexo, como a generalidade dos produtores, aderiram massivamente ao projeto, certamente pela capacidade de liderança de Camilo Mendonça.

#### **6.6. Aspetos sociais**

Paralelamente a todos as unidades industriais, de serviços ou de produção primária, foram ainda criados outros apoios ao CAICA, de índole social. Iniciou-se a construção de um bairro que se pretendia suficiente para a maioria dos trabalhadores do Complexo. Tinha capela, escola, creche, dois postos médicos e dispunha de uma cooperativa de consumo. O CAICA dispunha ainda de uma cantina.

Por outro lado, a dispersão das cooperativas, com as suas áreas de produção adaptadas às necessidades locais, para além das suas potencialidades na área do agronegócio, levava ainda à satisfação de algumas das necessidades de emprego da região no seu todo.

O CAICA era, também na área social, um plano integrado, agregando todas as regiões e potenciando as suas capacidades.

### **7. O futuro, o choque petrolífero e a revolução**

Desde 1973 que o mundo sofria as consequências de um choque petrolífero, fenómeno até então desconhecido e imprevisível. Toda a economia sofreu as suas consequências, reagindo de formas diversifica-

das por sector, país e região. Mas o projeto passou, sofrido, mas incólume.

Após a revolução, a hierarquia mudou. Em poucas semanas, o Movimento das Forças Armadas (MFA) nomeou os seus especialistas. Maoistas, leninistas, trotskistas, socialistas, social-democratas e centristas instalaram os seus representantes, mais uns do que outros. As comissões de trabalhadores fizeram o seu papel.

Uma estrutura como o CAICA / FGLNT, com cerca de 12 anos de vida útil, ainda em consolidação, dependendo de uma cadeia de decisão cooperativa, com múltiplos polos de decisão, e não privada, como outros grandes grupos nacionais, teria de ressentir-se. Associou-se a isto a incapacidade de manter as transferências financeiras associadas aos múltiplos investimentos em curso, com o previsível colapso dos investimentos um a um.

A acrescentar a isto, a nova administração decidiu associar aos seus quadros todos os trabalhadores eventuais que até então prestavam serviços intercalares, aquando da força das campanhas. Se grande parte da mão de obra transitava entre fábricas ao longo do ano, muitos outros eram prestadores de serviços, nas épocas do ano correspondentes às safras mais exigentes em mão de obra, normalmente a primavera avançada e o verão. Centenas de pessoas foram adicionadas aos quadros, sem que os seus préstimos fossem necessários ao longo de todo o ano, originando um custo imenso à tesouraria do Complexo.

A partir de então, os investimentos, e as fábricas em construção, ressentiram-se de todos estes factos. Para além disso, o projeto estava incompleto. Falavam unidades industriais como a fiação de lãs, tintu-

raria e plano global de artesanato (todos já no papel, com investimentos, mas sem concretização); a lã das ovelhas precisava de ser utilizada, rentabilizada e a produção apoiada. Faltava concluir o matadouro e salsicharia (em construção avançada), como faltava também a unidade de secagem e liofilização de produtos agrícolas (ainda no papel, mas já com muito investimento na produção primária). Faltava adiantar e /ou terminar os projetos de produção de ovinos e suínos, alguns já em construção, com investimentos feitos, para rentabilização do matadouro, queijaria, fábrica de rações, subprodutos. Vários outros projetos na área agrícola, esta mais avançada, por ter sido iniciada mais cedo, precisavam de ser complementados pela indústria. No fundo, milhares de contos investidos em indústrias e projetos primários em evolução, sem ter ainda chegado à maturidade.

O dirigente de topo era um militar, com ligações... aos militares. O conhecimento da estrutura, por parte do novo poder, não ia além de militares e representantes das forças políticas incipientes, a partir de Lisboa.

Por outro lado, podemos dizer, embora seja um lugar-comum, que toda a estrutura se baseava na confiança dos produtores e trabalhadores, como hoje os famosos mercados, bolsas de transações e a economia em geral. Era precisa uma hierarquia estabelecida, um rosto conhecido e um dirigente reconhecido; os fracos dotes associativos do povo português foram postos à prova e não resistiram.

Faltando a confiança, o edifício ruiu como um castelo de cartas. Em poucas semanas, pararam os investimentos, em poucos meses, foi-se a confiança e, em poucos anos, somaram-se as dívidas.

Foi preciso estancar a hemorragia.



# Evolução das políticas de fomento agroindustrial

JOÃO MARQUES

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

## 1. Introdução

Num colóquio na Feira Nacional de Agricultura, em 1979, referia-se: “*É necessário promover um ( ) desenvolvimento integrado da agricultura portuguesa ( ). Entendendo (...) o conjunto das atividades de produção [primária], de transformação e de distribuição.*”<sup>1</sup>, indicando a consciência da relevância da componente agroindustrial no sector.

Tendo Portugal efetuado o pedido de adesão à então Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1977, iniciando a negociação em novembro de 1979 e aderindo em 1 de janeiro de 1986, a Política Agrícola Comum (PAC) passou a ser o principal instrumento de política para o fomento da agricultura, em geral, e da agroindústria, em particular. O que significa que a evolução das políticas de apoio passou a ser profundamente influenciada pelas sucessivas transformações da PAC e pelas diferentes opções da sua aplicação em Portugal. Assim sendo, justifica-se que se faça uma curta síntese da evolução da PAC, antes de se percorrerem as diversas etapas da sua aplicação em Portugal.

## 2. Síntese da evolução da PAC e da sua aplicação em Portugal

A Política Agrícola Comum, componente essencial da CEE, estava em pleno funcionamento desde 1962, através de quatro Organizações Comuns de Mercado (OCM), respetivamente: cereais, bovinos para carne, bovinos de leite e açúcar. Sectores privilegiados por serem essenciais à alimentação e, mais ainda, por corresponderem à vocação natural (em clima e solos) da agricultura dos seis Estados-Membros (EM) fundadores.

Um primeiro período da história da PAC, de “Garantia”, decorre de 1962 a 1992, tendo como instrumento base o FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola, com duas componentes: a Garantia que protegia os preços (e os rendimentos) dos agricultores, absorvendo 95% do Fundo; e a Orientação, ou componente socioestrutural, com apenas 5% do fundo, que apoiava o investimento na agricultura.

A especificidade de Portugal, com recursos naturais e uma situação geográfica que favoreciam outras produções (azeite, vinhos, hortofrutícolas), pouco apoiados pelo FEOGA-Garantia, justifica a aposta comercial

<sup>1</sup> Citado em *A Memória e os Tempos 1918 – 2018*, de José Augusto dos Santos Varela, disponível em: [https://www.gpp.pt/images/GPP/O\\_que\\_disponibilizamos/Publicacoes/Livro\\_Centenario\\_Ministerio\\_Agricultura.pdf](https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/Livro_Centenario_Ministerio_Agricultura.pdf)

em obter o máximo de apoio do FEOGA-Orientação (FEOGA-O). Da negociação da adesão (1979-1986) resultou um Período de Transição de dez anos, 1986-1995, que incluiu um Programa Específico para o Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa, PEDAP, dotado, em termos da participação comunitária, com 700 milhões de ECU<sup>2</sup>.

Contudo, este Período de Transição vai registar duas mudanças importantes na CEE. Uma primeira é o surgimento do primeiro Quadro Comunitário de Apoio, o QCA1 (1989-1992), com o objetivo de minimizar os efeitos divergentes, em termos de evolução económica e social, resultantes da constituição do Mercado Único, em 1987. Para isso, reforçou-se a coesão económica e social, com a duplicação dos Fundos Estruturais (FEOGA-O, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, FEDER, Fundo Social Europeu, FSE) e procurou-se coordenar as intervenções destes diferentes fundos com o Banco Europeu de Investimento (BEI) e com os outros instrumentos financeiros existentes. Em Portugal, o QCA1 vai assim funcionar cumulativamente com o apoio específico do Período de Transição.

A segunda grande mudança na CEE vai centrar-se na PAC e resulta do sucesso da garantia de preços à produção agrícola, que originou enormes excedentes de produção, excessivos gastos públicos e distorção dos mercados. A procura de resolução destes problemas forçou a primeira, e mais significativa, das grandes reformas da PAC, em 1992 (tendo as seguintes ocorrido em 2003, 2013 e pós-2020). Esta reforma profunda vai proceder à abolição do apoio aos preços e à sua substituição por ajudas ao rendimento, calculadas na base de produções “históricas” por hectare (cereais) ou por Cabeça Normal (bovinos), e incluir-também obrigações em termos de ambiente e qualidade alimentar.

Segue-se a Agenda 2000, e a consequente Reforma de 2003, em que se consolidam dois pilares da PAC: o 1.º Pilar de Pagamentos Diretos e o 2.º Pilar de

apoio ao desenvolvimento rural. As ajudas diretas do 1.º pilar passam a ser concretizadas através de um pagamento único, por exploração agrícola, que não obriga a produzir, e em que é introduzida a “condicionalidade”, subordinando o referido pagamento único ao cumprimento de critérios ambientais e de saúde pública. Verifica-se, ainda, um pequeno reforço do apoio ao desenvolvimento rural, no chamado 2.º Pilar.

A reforma de 2013 procura corrigir alguns erros da de 2003, através, por exemplo, do “pagamento redistributivo”, visando reduzir a disparidade entre as ajudas por hectare nas diferentes regiões, e entre grandes e pequenos agricultores, ou da possibilidade dada aos EM de reterem até 30% das ajudas diretas para efeitos redistributivos (com transferência para o 2.º Pilar). No âmbito da substituição do pagamento único por um sistema de pagamentos por componentes: pagamento base, jovens agricultores, pequena agricultura, etc., são ainda introduzidas novas regras ambientais, que permitem o pagamento numa componente ecológica designada por *greening* (ecologização), incluindo: 5% de “superfícies de interesse ecológico”; manutenção de “prados permanentes” e existência de um mínimo de três culturas diferentes na mesma área agrícola ao longo do tempo (rotação de culturas).

Por fim, a reforma da PAC pós-2020 visou introduzir uma nova abordagem estratégica, dando aos Estados-Membros autonomia para elaborarem planos estratégicos com base nas suas necessidades e em consonância com os objetivos a nível da União Europeia (UE), com um reforço do foco no ambiente e no clima, quer através da dependência de financiamento do cumprimento da legislação ambiental e climática da UE, quer por incentivos para práticas mais ecológicas, tanto no âmbito dos pagamentos diretos (com um novo tipo de apoio às medidas ecológicas, os chamados «regimes ecológicos»), como no âmbito do desenvolvimento rural, com um *ring-fencing*, isto é, uma delimitação financeira que

<sup>2</sup> O ECU (*European Currency Unit* – unidade monetária europeia) foi uma moeda escritural (apenas para transações entre bancos, correspondendo a uma média ponderada de moedas da Comunidade) utilizada entre 1979 e 1999, tendo então sido substituída pelo euro (1 ECU = 1 Euro). Foi a pedra angular do Sistema Monetário Europeu (SME).

determina uma proporção mínima do orçamento da PAC, em cada EM, destinada ao ambiente e clima. Sem esquecer, ainda, uma maior priorização dos jovens agricultores e dos pequenos agricultores no 1.º pilar.

Entretanto, ao mesmo tempo que se iam verificando estas sucessivas transformações da PAC, foram sendo aplicados sucessivos QCA, em que se concretizaram diferentes opções de aplicação dos Fundos Estruturais, incluindo o FEOGA (dividido em 2005 em dois fundos distintos: o Fundo Europeu Agrícola de Garantia, FEAGA, para o 1.º pilar, e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, FEADER, para o 2.º pilar), logo o desenvolvimento rural e, dentro deste, o apoio à agroindústria.

### 3. A evolução do apoio à agroindústria em Portugal nos sucessivos QCA

Para ter uma visão geral desta evolução apresenta-se, para cada um dos QCA, a sua estrutura de base, a componente de apoio à agroindústria, uma caracterização muito sintética daquilo em que consistiu esse apoio e um quadro resumindo os resultados obtidos, em termos absolutos e em termos de peso no apoio total ao desenvolvimento rural.

#### 3.1. QCA1 (1989-1993)

**Estrutura:** O QCA1 foi concretizado, na prática, pela aplicação de uma série de regulamentos comunitários, nomeadamente os Regulamentos (CEE): N.º 797/85 relativo à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas (correspondendo ao apoio ao investimentos nas explorações agrícolas) [depois substituído pelo N.º 2328/91]; N.º 2239/86 relativo ao melhoramento das estruturas vitivinícolas em Portugal; N.º 3828/85 que institui um Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura em Portugal, PEDAP (correspondendo a apoio a investimentos públicos no âmbito das infraestruturas de apoio ao desenvolvimento agrícola e à formação de capital humano, e a apoios de âmbito empresarial); e, por fim, o N.º 355/77 relativo à comercialização e transformação de produtos agrícolas [depois substituído pelo N.º 866/90].

Refira-se que o PEDAP foi colocado no Eixo 4 do QCA1, mas esta acumulação, da nova figura comunitária do QCA com o Período de Transição de Portugal, originou uma difícil destrição entre as execuções do PEDAP e dos restantes regulamentos da política socioestrutural.

**Componente agroindustrial:** O Regulamento (CEE) N.º 355/77 previa apoio em subvenções em capital, sendo que a participação financeira do beneficiário deveria ser de pelo menos 50%; a participação financeira de cada Estado-Membro deveria ser de pelo menos 5% e a subvenção concedida pelo Fundo seria, no máximo, de 25%, ou 30% em regiões com dificuldades particulares de adaptação.

**Resultados:** Foram apoiados 587 projetos, sendo que em termos de investimentos os principais sectores beneficiários foram: Frutos e legumes 27,4%; Carne 21,6%; Vinhos e álcool 19,2%, Leite 14,9%.

QCA1 (1989-1993)	Investimento 1 000 €	Despesa Pública (DP) 1 000 €	% DP no Investimento
Agroindústria	891 227	497 497	55,8%
Total	4 263 090	3 153 211	74,0%
Proporção da Agroindústria no Total	20,9%	15,8%	

Fonte: "Impacte dos fundos estruturais na agricultura portuguesa", Francisco Avillez, *Análise Social*, 1992 (conversão de escudos em euros com simulador Pordata para o ano de 1991; Extrapolação de resultados em 1991 para 1993)

#### 3.2. QCA2 (1994-1999)

**Estrutura:** O QCA2 foi concretizado, no âmbito do desenvolvimento rural, com o Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF), Decreto-Lei n.º 150/94 de 25 de Maio, contendo os domínios: a) Infraestruturas agrícolas; b) Apoio às explorações agrícolas; c) Florestas; d) Investigação, experimentação e desenvolvimento (IED), formação e organização; e) Transformação e comercialização de produtos agrícolas e silvícolas. Neste QCA, houve ainda outros apoios ao investimento no sector agrícola num sentido lato, como o PEDIZA (rega), o PPDR (centros rurais), o INTERREG (cooperação entre regiões), as medidas de acompanhamento (Florestas) ou as medidas veterinárias, num conjunto complexo de ajudas.

**Componente agroindustrial:** Os apoios à agroindústria foram definidos pela Portaria n.º 809-F/94, de 12 de setembro, «Transformação e comercialização de produtos agrícolas e silvícolas – incentivos aos produtos tradicionais regionais» incluindo a) Criação ou modernização de unidades produtivas; b) Promoção e certificação de produtos de qualidade; c) Reforço da capacidade de acesso aos mercados (rótulos, embalagens, promoção comercial).

As ajudas foram atribuídas sob a forma de subvenção financeira a fundo perdido, no valor de 65% e 75% das despesas elegíveis para, respetivamente a alínea a) e as alíneas b) e c), com diversos níveis de montantes máximos.

**Resultados:** Foram aprovados 938 projetos; não tendo sido encontrada informação relativa aos setores mais apoiados ou sobre as taxas de apoio.

QCA 2 (1994-1999)	Investimento 1 000 €	Despesa Pública (DP) 1 000 €	% DP no Investimento
Agroindústria	1 156 216	584 807	50,6%
Total	4 300 332	3 126 432	72,7%
Proporção da Agroindústria no Total	26,9%	18,71%	

Fonte: Investimento (IFADAP) – IFAP<sup>3</sup> (conversão de escudos em euros com simulador Pordata para o ano de 1999)

### 3.3. QCA3 (2000-2006)

**Estrutura:** O terceiro Quadro Comunitário de Apoio para o período de 2000 a 2006 (QCA 3) integrou intervenções operacionais no âmbito da agricultura e do desenvolvimento rural, enquadradas nos Eixos Prioritários 2 e 3 do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), designadamente o Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural (POADR), mais conhecido por programa AGRO, e a Medida Agricultura e desenvolvimento rural dos programas operacionais de âmbito regional, designada por AGRIS, com aplicação definida pelo Decreto-Lei n.º 163-A/2000 de 27 de Julho. Neste QCA, existiram ainda outros programas como o VITIS (vitivinicultura), o RURIS (Floresta, Indeminizações Compensatórias para zonas desfavorecidas, Agricultura Biológica, Pro-

dução Integrada), a AIBT Pinhal Interior e o PEDIZA II (rega), sendo um quadro bastante complexo.

O AGRO tinha dois eixos prioritários: Eixo 1 – Melhorar a competitividade agroflorestal e a sustentabilidade rural, com seis medidas (incluindo a Medida 2 – Transformação e comercialização de produtos agrícolas) e Eixo 2 – Reforçar o potencial humano e os serviços à agricultura e zonas rurais, com quatro medidas. O AGRIS compreendia oito ações, incluindo a Ação 2 – Produtos de qualidade.

#### Componente agroindustrial:

No programa Agro, Medida 2 – Transformação e comercialização de produtos agrícolas, regulada pela Portaria 533-C/2000, de 1 de Agosto:

Tipo e forma das ajudas:

- Melhoria e racionalização da transformação e comercialização de produtos agrícolas;
- Pequenos projetos com volume de investimento elegível até 250 000 euros, valor das ajudas: 30% das despesas elegíveis para ações pontuais e 50% para a criação de novas unidades ou investimentos exclusivamente de natureza ambiental; incentivo não reembolsável;
- Projetos com um valor de investimento elegível superior a 250 000 euros, valor das ajudas: 30% das despesas elegíveis, podendo a ajuda ser majorada em, no máximo, mais 20% em função de vários critérios; incentivo não reembolsável e incentivo reembolsável à taxa de juro zero, na proporção, respetivamente, de 80% e 20% do valor da ajuda, não podendo a parte de incentivo não reembolsável ultrapassar 1 750 000 euros e o valor total da ajuda exceder 3 750 000 euros;

Na medida AGRIS Ação 2 – Produtos de Qualidade, regulada pela Portaria n.º 1109-D/2000 de 27 de Novembro, o tipo e a forma das ajudas eram os seguintes: caracterização dos produtos de qualidade e dos seus modos de produção; ações de controlo da qualidade, certificação; circuitos e sistemas de

<sup>3</sup> <https://www.ifap.pt/portal/estatisticas-ifadap>

comercialização dos produtos em causa. Investimento elegível inferior ou igual a 250 000 euros; incentivo não reembolsável no valor de 50% das despesas elegíveis.

### Resultados:

Na Medida 2 do AGRO, houve 673 projetos aprovados, um investimento de 1,2 mil milhões de euros e uma Despesa Pública de 403,5 milhões de euros.

Na Ação 2 do AGRIS houve 261 projetos aprovados, com investimento de 45,8 milhões de euros e Despesa Pública de 22,6 milhões de euros

Em termos de Investimento, no AGRO, destacaram-se os sectores que se seguem: Vinho 33,6%, Hortofrutícolas 22,9%; Leite 18,8%; Carne 12,4%.

É referido que se constatarem melhorias na consolidação de fileiras produtivas nacionais (por exemplo, leite, frutas e produtos hortícolas, vinho e azeite).

QCA 3 (2000-2006)	Investimento 1000 €	Despesa Pública (DP) 1000 €	% DP no Investimento
Agroindústria	1 599 659	530 981	33,2%
Total	6 987 141	4 600 241	65,8%
Proporção da Agroindústria no Total	22,9%	11,5%	

Fonte: Investimento (IFADAP) – IFAP<sup>4</sup> Período 2000-2006

### 3.4. QCA4 (2007-2013)

**Estrutura:** O Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 (ProDeR) foi o instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do Continente para este período, apresentando três eixos: Eixo 1, com o subprograma 1. Promoção da competitividade e o subprograma 4. Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências; Eixo 2, com o subprograma 2. Gestão sustentável do espaço rural e Eixo 3, com o Subprograma 3. Dinamização das zonas rurais. Há uma redução da complexidade dos instrumentos de apoio ao sector agrícola com a integração no ProDeR de diversos instrumentos anteriormente autónomos.

**Componente agroindustrial:** Inclui duas medidas no Eixo 1, Subprograma 1. Promoção da competitividade, compreendendo:

Medida 1.1 – Inovação e desenvolvimento empresarial; Ação: Modernização e capacitação das empresas: Componente 2 – Investimentos na transformação e/ou comercialização de produtos agrícolas

Medida 1.2 – Redimensionamento e cooperação empresarial

Os apoios foram concedidos sob a forma de subsídios não reembolsáveis ou de bonificação de juros, conforme previsto no aviso do concurso. O nível de apoio para investimentos materiais varia entre 12,5% e 50% do custo total elegível dos investimentos, dependendo de critérios como o investimento ser inferior ou superior a € 250 000, ser ou não PME (Pequena ou Média Empresa), estar em região de convergência ou não, ser de fileira prioritária ou não. Quando são investimentos imateriais, formação, estudos, etc., o apoio pode variar entre 17,5% e 75%.

**Resultados:** Componente 2, Ação 1.1.1: 613 projetos apoiados, com um Investimento de 1,2 milhões de euros e uma Despesa Pública de 285,1 milhões de euros.

Os principais sectores de investimento, em valor, foram: Vinho: 35%, Hortícolas frescos e transformados 15% Azeite 14%, Frutas frescos e transformados 13%, Carne 10%,

Medida 1.2 – Redimensionamento e cooperação empresarial: dois projetos, com 10,1 milhões de euros de Investimento e 3,8 milhões de euros de Despesa Pública (ambos os projetos são referentes a adegas cooperativas e visam melhorar a comercialização).

QCA 4 (2007-2013)	Investimento 1000 €	Despesa Pública (DP) 1000 €	% DP no Investimento
Agroindústria	1 381 296	326004	23,6%
Total	6 692 310	4 824 294	72,1%
Proporção da Agroindústria no Total	20,6%	6,8%	

Fonte: ProDeR – Programa de Desenvolvimento Rural<sup>5</sup>

<sup>4</sup> <https://www.ifap.pt/portal/estatisticas-ifadap>

<sup>5</sup> <http://www.proder.pt/homepage.html>

### 3.5. QCA5 (2014-2020-2022)

**Estrutura:** O PDR 2014-2020, Programa de Desenvolvimento Rural para este período, compreende quatro áreas: Área 1. Inovação e conhecimento; Área 2. Competitividade e organização da produção; Área 3. Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima; Área 4. Desenvolvimento local.

#### Componente agroindustrial:

Na Área 2, Medida 3 – Valorização da produção agrícola, temos a Ação 3.3. Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas, com as subações 3.3.1 e a 3.3.2.

Forma, nível e limites dos apoios: subvenção não reembolsável até ao limite de 3 milhões de euros de apoio por beneficiário e subvenção reembolsável no que exceder aquele montante de apoio não reembolsável. Taxa base de 35% nas regiões menos desenvolvidas e 25 % nas outras regiões. Majorações tendo por referência a taxa base: 10 p.p. – Projetos promovidos por organizações ou agrupamento de produtores; 20 p.p. – Investimentos a realizar pelas organizações ou agrupamentos de produtores no âmbito de uma fusão; 10 p.p. – Operações no âmbito da Parceria Europeia de Inovação (PEI)

#### Resultados:

Houve, até dezembro de 2022, 824 projetos aprovados, sendo que no que concerne os setores de atividade agrícola, e em termos de despesa pública aprovada, se constata o predomínio do Vinho, seguido do das Frutas e produtos hortícolas e do Azeite, por ordem decrescente de importância.

QCA 5 (2014-2020-2022)	Investimento 1000 €	Despesa Pública (DP) 1000 €	% DP no Investimento
Agroindústria	460 577	162 348	35,3%
Total	5 443 669	4 479 009	82,3%
Proporção da Agroindústria no Total	8,46%	3,6%	

Fonte: AG PDR2020<sup>6</sup>

### 3.6. QCA6 (2023-2027)

**Estrutura:** O PEPAC Portugal encontra-se estruturado em seis eixos de intervenção, dois eixos correspondentes ao 1.º Pilar: Eixo A – Rendimento e sustentabilidade, com os pagamentos diretos do 1º pilar (rendimento base, apoios associados, pequenos agricultores, redistributivo, e os novos regimes ecológicos) e Eixo B – Abordagem setorial integrada (fruta e produtos hortícolas, apicultura e vitivinicultura). E quatro eixos do 2.º Pilar: Eixos C, E e F relativos ao Desenvolvimento rural do Continente, Região Autónoma (RA) dos Açores e RA da Madeira e Eixo D Abordagem Territorial Integrada no Continente. Houve portanto a integração dos dois pilares da PAC num só instrumento.

**Componente agroindustrial:** no Eixo C a Intervenção C.3.1.1 – Investimento produtivo Bioeconomia – Modernização, em que o apoio é atribuído na forma de «subvenção não-reembolsável» com uma taxa de apoio máxima de 65% para projetos com valores de investimento elegível mais baixos e que vai decrescendo, proporcionalmente, com o valor do investimento. Tipo de pagamento: reembolso dos custos elegíveis.

**Resultados previstos:** (metas) 112,75 M€ de Despesa Pública na C.3.1.1 num total de 2 406,57 M€ de Despesa Pública prevista para o 2º Pilar do PEPAC.

## 4. Conclusões

Neste panorama dos sucessivos QCA, destaca-se a contínua variação da estrutura de enquadramento, iniciando-se com um QCA que apenas aplica diretamente os regulamentos comunitários pertinentes, seguindo-se um QCA1 de alguma complexidade, com um programa entre vários instrumentos, que foi seguido por um QCA2 de maior complexidade, conjugando o programa nacional com uma medida de âmbito regional, para além de diversos outros instrumentos, seguido depois dois QCA com programas únicos mas com eixos, organizações e subdivisões variáveis, culminando no QCA que agora entrou em

<sup>6</sup> <http://www.pdr-2020.pt/>

vigor, que, pela primeira vez, engloba num só Plano Estratégico os dois pilares da PAC. Houve assim uma evolução na direção de uma crescente consolidação dos instrumentos de apoio ao sector, em todas as suas facetas.

Também ao nível da concretização do apoio à componente agroindustrial se verifica uma constante variação no tipo, forma e valores das ajudas, com uma tendência para complexificar a determinação das percentagens de apoio, pelo crescente recurso a diversos critérios de diferenciação dessas taxas.

No que se refere à importância relativa dos sectores apoiados, verificou-se uma redução da importância do Leite e da Carne e o aumento, e consolidação, da relevância do Vinho, assim como um aumento da relevância da Fruticultura e Horticultura e, mais recentemente, do Azeite.

Por fim, e no que se refere à importância relativa dos apoios à agroindústria no conjunto de apoios

ao investimento na agricultura, verifica-se que, após um aumento entre o QCA1 e o QCA2, se tem vindo a verificar uma redução do peso dos apoios à agroindústria, quer em volume total de investimento quer em despesa pública, como se sintetiza no quadro que se segue.

	% Agroindústria no Investimento	% Agroindústria na Despesa Pública
QCA 1 Reg.355	20,9%	15,8%
QCA 2 PAMAF	26,9%	21,4%
QCA 3 AGRO e AGRIS	22,9%	13,1%
QCA 4 ProDeR	20,6%	6,8%
QCA 5 PDR2020	6,9%	3,6%
QCA 6 PEPAC	ND	4,7% (Previsão)

Note-se que é necessário fazer uma salvaguarda em relação a estes valores, pois existem diversas limitações nos dados estatísticos disponíveis, que não permitem cálculos rigorosos, mas apenas aproximações indicativas de tendências gerais.







---

## **CULTIVAR**

S.m. Botânica. *QUALQUER VARIEDADE VEGETAL CULTIVADA, SEJA QUAL FOR SUA NATUREZA GENÉTICA.*

# Observatório de Preços – Agroalimentar

ANA FILIPE DE MORAIS

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

## Referência

TÍTULO: Plataforma do Observatório de Preços da Cadeia de Valor Agroalimentar

AUTOR: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

EDITOR: GPP

TIPO: Plataforma web

LOCALIZAÇÃO: <https://observatorioagroalimentar.gov.pt/>

IDIOMA: Português

ANO DA EDIÇÃO: 2023

Palavras-chave: informação, preços, produtos agroalimentares, cadeia agroalimentar, fileiras, monitorização, transparência, eficiência, custos, consumo, produção, evolução dos preços, azeite, carne de aves, carne de suíno, cereais, frutas, hortícolas, lactícínios, ovos e pescado



O Observatório de Preços da Cadeia de Valor Agroalimentar é um instrumento de reforço da transparência e eficiência do processo de comercialização de produtos agroalimentares, através da monitorização de preços e margens ao longo de todo o circuito de comercialização.

Tendo por base o Despacho 12209/2022 de 6 de outubro<sup>1</sup> das áreas governativas da Agricultura e Ali-

mentação e da Economia e do Mar, o Observatório tem como objetivos:

- Monitorização eficaz dos preços dos produtos selecionados e dos custos ao longo da cadeia de abastecimento agroalimentar;
- Avaliação dos impactos de conjuntura de mercado nos preços ao nível do consumidor;
- Avaliação de eventuais insuficiências que resultem das ferramentas disponíveis de observação do mercado;
- Comunicar, ao setor, a informação e os resultados obtidos.

Mediante uma melhor compreensão do funcionamento da cadeia de abastecimento agroalimentar pelos intervenientes no mercado e da disponibili-

<sup>1</sup> <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/12209-2022-202387842>

zação regular de informação sobre a evolução dos preços, com o Observatório pretende-se apoiar a decisão dos operadores económicos e das autoridades públicas.

A operacionalização do Observatório foi efetuada no âmbito de um projeto<sup>2</sup> financiado ao abrigo do programa de apoio ao Desenvolvimento Rural – PDR2020, beneficiando do apoio financeiro da União Europeia através do FEADER (Fundo Europeu Agrícola e de Desenvolvimento Rural).










Para a comunicação e disponibilização da informação de forma transparente e regular, o Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

desenvolveu uma plataforma *online* pública – Observatório de Preços – Agroalimentar<sup>3</sup>.

Nesta plataforma, é disponibilizada informação sobre a evolução dos preços da produção ao consumo referentes a um cabaz de produtos alimentares representativos nas fileiras selecionadas e sobre a análise da estrutura de custos e formação dos preços ao longo da cadeia de abastecimento agroalimentar.

### Fileiras abrangidas e produtos representativos

A informação do Observatório está organizada por fileiras, desagregadas por setores e produtos, com informação para cada fase da cadeia de valor.

Fileira	Setor	Fase da Cadeia	Produtos
Azeite 	Azeite	Produção	• Azeitona azeite; Azeite
		Consumo	• Azeite virgem; Azeite virgem extra
Carne de suíno 	Carne de porco	Produção	• Porco abatido
		Consumo	• Porco – bifana; Porco – picada; Carne de porco; Porco – entremeada
Carne de aves 	Carne de aves	Produção	• Frango abatido
		Consumo	• Carne de frango; Frango – perna; Frango – peito; Frango inteiro
Cereais 	Arroz	Produção	• Arroz Carolino
		Consumo	• Arroz Carolino; Arroz (média)
	Trigo	Produção	• Trigo panificável
		Consumo	• Esparguete; Pão bola carcaça; Farinha trigo normal
Frutas 	Banana, Laranja, Maçã, Pera, Pêssego	Produção	• Laranja; Maçã; Pera; Pêssego
		Consumo	• Banana; Laranja; Maçã; Pera; Pêssego
Hortícolas 	Alface, Batata, Cebola, Cenoura, Couve, Curgete, Tomate	Produção	• Alface; Batata; Cebola; Cenoura; Couve Repolho Coração; Brócolo; Curgete; Tomate
		Consumo	• Alface 4ª gama; Alface; Batata; Cebola; Cenoura; Brócolo; Curgete; Tomate
Laticínios 	Laticínios de Vaca	Produção	• Leite
		Consumo	• Queijo Flamengo bola; Queijo Flamengo; Queijo Flamengo fatias; Manteiga; Leite UHT MG
Ovos 	Ovos de Galinha	Produção	• Ovo embalado L; Ovo embalado M; Ovo a granel
		Consumo	• Ovo; Ovo L; Ovo M
Pescado 	Peixes	Produção	• Pescada branca; Dourada selvagem
		Consumo	• Peixe; Dourada; Pescada

<sup>2</sup> Ficha de Projeto: [https://observatorioagroalimentar.gov.pt/wp-content/uploads/2023/09/Ficha\\_Projeto\\_Observatorio.pdf](https://observatorioagroalimentar.gov.pt/wp-content/uploads/2023/09/Ficha_Projeto_Observatorio.pdf)

<sup>3</sup> <https://observatorioagroalimentar.gov.pt>

A plataforma integra funcionalidades para a pesquisa de preços dos diferentes produtos disponíveis por setor e fileira, permitindo a seleção da fase da cadeia de abastecimento agroalimentar, do produto e do intervalo de tempo a analisar.

Permite ainda a consulta do preço médio para o último período disponível, para os produtos mais representativos do setor em consulta, assim como o preço do período homólogo do ano anterior e do período imediatamente anterior e as respetivas variações, possibilitando avaliar as tendências de evolução de médio e curto prazo.

A informação disponibilizada no Observatório tem por base metodologias específicas para a recolha de preços e para a análise:

- **Metodologia de recolha de preços ao nível da produção e outras fases<sup>4</sup>** – Os preços apresentados no Observatório relativos às primeiras transações e a outras fases posteriores da cadeia de abastecimento agroalimentar de produtos de origem agrícola (com exceção dos preços ao consumidor) resultam da recolha de informação produzida no âmbito do Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA). Do conjunto da informação do SIMA são sele-

cionados, em cada fase, os produtos e áreas de mercado representativas de cada uma das fileiras e setores que constituem o cabaz de produtos estabelecido, e apuradas médias para períodos de quatro semanas, em correspondência com os dados disponíveis dos preços ao consumidor. No caso do pescado, a informação refere-se a preços que resultam de um leilão realizado em lota, recolhidos pela Docapesca, de peixe capturado com origem selvagem.

- **Metodologia de recolha de preços ao nível do consumidor<sup>5</sup>** – Os preços médios ao consumidor dos produtos disponibilizados no Observatório resultam do painel de dados monitorizados e fornecidos por plataforma externa, tendo sido selecionado o preço médio líquido (após descontos) para o conjunto total dos canais de distribuição para períodos de quatro semanas, e para os produtos mais representativos de cada fileira.
- **Metodologias de análise** – A atividade do Observatório integra a articulação de informação proveniente de várias fontes e de instrumentos quer ao nível de obtenção de dados, análise das cotações, bem como da formação do preço ao longo da cadeia de valor.

<sup>4</sup> Observatório de Preços – Metodologia de recolha de preços – Cotações de produtos agrícolas e pescado: <https://observatorioagroalimentar.gov.pt/wp-content/uploads/2023/07/metodologia-outras-fases.pdf>

<sup>5</sup> Observatório de Preços – Metodologia de recolha de preços ao nível do consumidor: [https://observatorioagroalimentar.gov.pt/wp-content/uploads/2023/07/Metodologia\\_KANTAR.pdf](https://observatorioagroalimentar.gov.pt/wp-content/uploads/2023/07/Metodologia_KANTAR.pdf)

## Criar mais valor na vinha e no vinho

PEDRO CASTRO REGO

*Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)*

### Referência

TÍTULO: Criar (mais) valor na vinha e no vinho – casos de um ecossistema competitivo

AUTOR: José Ramalho Fontes e Fernando Bianchi de Aguiar (org.)

EDITOR: Actual Editora, Almedina

TIPO DE DOCUMENTO: Livro

IDIOMA: Português

NÚMERO DE PÁGINAS: 744

ANO DA EDIÇÃO: 2023

Palavras-chave: vinha, vinho, cadeia de valor, qualidade, sustentabilidade, competitividade, políticas públicas, desafios, interprofissionalismo

Este livro, bastante extenso, tem como autores duas prestigiadas figuras do mundo do vinho, com experiências complementares, o que torna a publicação muito diversificada e abrangente. De igual forma, o universo de entidades e pessoas que colaboram nesta obra é muito extenso e qualificado, permitindo ter uma abordagem que foca praticamente todas as grandes discussões existentes neste dinâmico setor. Encontra-se dividido em quatro Partes complementares entre elas e que em conjunto permitem uma visão a 360° do setor: A – Uma perspetiva empresarial do sector da vinha e do vinho, B – Problemas, decisões e resultados de empresas relevantes, C – Alguns desafios e D – Um futuro possível.

Na Parte A do livro estão três interessantes artigos. O primeiro, “Política Agrícola Comum e o sector da vitivinicultura – 60 anos de história: o vinho na política e a política do vinho”, de Eduardo Diniz e Manuel Cardoso, retrata quatro períodos considerados marcos temporais no enquadramento da política setorial europeia, ao longo dos últimos sessenta anos. 1962 é considerado como o início da regulamentação enquadadora do mercado vitivinícola, 1987 é o ano em que se consolidou de forma abrangente e agregada a regulamentação vitivinícola com aplicação já alargada a Portugal, sendo 2008 o ano em que existiu uma importante reorientação da estratégia europeia para este setor e 2021 o ano da última reforma da PAC, que integrou novas preocupações de natureza político-social. São apresentados alguns quadros com números que originam comentários e dão seguramente margem para reflexão futura.

Ainda na Parte A, o artigo intitulado “O desenvolvimento do sector até à atualidade – duas décadas alucinantes”, de Manuel Pinheiro, é claramente complementar do anterior, que aborda as políticas públicas, enquanto este autor aborda os movimentos que se foram verificando no sector privado. Realça aquilo que distingue por vezes o setor, sublinhando que o vinho é um bom exemplo de uma articulação frutífera entre estas duas vertentes, a pública e a privada. Nestas últimas duas décadas, são referidos os esforços para a reestruturação da vinha, todo o envolvimento deste setor em estruturas interprofissionais específicas e emanadas de quadro jurídico próprio, a evolução institucional e a nível das empresas, a importância da integração da saúde na comunicação do vinho, apresentando ainda outros fatores que influenciarão o desempenho futuro.

Por último, nesta Parte, a PriceWaterhouseCoopers apresenta o “Sector do Vinho em Portugal”, desenvolvendo dados estatísticos nacionais e europeus, com análise financeira do setor a nível nacional e, a concluir, as principais tendências e desafios, tanto a nível global, como a nível de Portugal, referindo diversos desafios, uns mais específicos deste setor e outros mais transversais a todo o tecido empresarial agrícola.

A Parte B, intitulada como vimos “Problemas, decisões e resultados de empresas relevantes” e muito vocacionada para o mundo empresarial, embora refletindo naturalmente toda a evolução deste setor, começa por explicar a metodologia seguida na caracterização física dos casos selecionados. Esta incluiu desde a dimensão das empresas e a maturidade da sua gestão ao tipo de propriedade (comercial, familiar, grupo ou cooperativa), à posição na cadeia de valor e ainda aos tipos de problemas dos casos considerados. Esta componente é rica em testemunhos tão diversos e em situações tão díspares que tipificam a grande diversidade de problemas e de soluções encontradas em toda a gama de produtos característicos das regiões do nosso país. Evidencia soluções que reforçam a modernidade e a inovação e outras que apelam às tradições e aos hábitos enraizados, sendo portanto uma parte do livro que é um excelente complemento das Partes A e C.

A Parte C, “Alguns desafios”, apresenta primeiramente um artigo de Francisco Toscano Rico, “Os desafios da organização institucional do setor do vinho”, no qual são descritos de forma frontal os principais desafios da organização e do modo de financiamento que a sustenta. Revê alguns aspetos ligados à produção, indústria, restauração e grande distribuição e a formas de financiamento das componentes do setor, concluindo com algumas das questões mais pertinentes nos tempos que se avizinham.

Fernando Bianchi de Aguiar e José Ramalho Fontes apresentam o tema “Menções e designativos de qualidade utilizados na rotulagem dos vinhos portugueses – uma reflexão”. Sendo neste setor este enquadramento muito importante pelos seus impactos nos aspetos comerciais e concorrenciais, começam os autores por fazer esse enquadramento a nível normativo, europeu, nacional e regional, passando depois para a caracterização e segmentação comercial. As conclusões a que chegam, com evidência nos quadros apresentados, são muito relevantes e avançam com fundamentadas recomendações de atuação futura, que envolverão um trabalho de articulação entre entidades do setor.

Alexandre Guedes e João Rebelo apresentam “O enoturismo em Portugal”, tratando de um tema com cada vez maior relevância. Alguns exemplos e formas de abordagem são aqui descritos, bem como estratégias de integração no setor e ligação com a distribuição *on-line*, apresentando conclusões que apontam para o carácter sistémico e funcional do enoturismo que obriga a compromissos coletivos.

“O legítimo lugar do vinho na sociedade”, apresentado por George Sandeman é, como seria de esperar, um interessante artigo de opinião do seu muito experiente autor. Trata de questões incontornáveis como a sustentabilidade do setor, a evolução das abordagens Vinho e Saúde, defendendo como é habitual a necessidade do consumo moderado e de o setor integrar as campanhas existentes sobre este tema. Aborda os prismas seguidos pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico) e pela União Europeia e conclui com a divulgação da dieta mediterrânica, do vinho com

moderação, afirmando a cultura própria do setor e o enoturismo como respostas adequadas.

De seguida, Ramiro Martins apresenta “Produtores e consumidores: como aproximá-los?”, com algumas interessantes considerações sobre o consumo e o papel dos especialistas neste tão complexo setor. São referidos resultados dum estudo de 2018 e indicadas orientações genéricas para os dois lados, produtores e consumidores.

António Manuel Vaz apresenta-nos “O conhecimento e a informação na base do ecossistema”, percorrendo as mais importantes etapas da nossa história recente, com mudanças significativas, e apresentando um quadro comparativo da organização formal *versus* informal, bem como exemplos de evolução das tecnologias. A apresentação do modelo de cadeia de valor é um interessante ensaio sobre esta abordagem, desde a produção à vinificação e ao embalamento, abordando a segmentação dos consumidores, dando um alvitre sobre como colmatar limitações de dados disponíveis e abordando pontos muito atuais como a importação de vinho a granel e a autorregulação do setor.

“Mercado americano de vinhos – realizar o potencial de Portugal”, da autoria de três entidades em conjunto, é um interessante artigo suportado por quadros e gráficos que tocam em muitos dos aspetos relativos àquele mercado, considerado por muitos como fundamental para o setor. Refere a necessi-

dade de mudar a perceção do consumidor americano e aponta as características a desenvolver.

Por último a Parte D, orientada para o futuro, tem um primeiro artigo intitulado “Pensar a 10 anos o ecossistema do vinho” de António Marquez Filipe e Isabel Marrana. O título é bem sugestivo do que o artigo nos propõe e encontramos propostas resultantes de projetos desenvolvidos por diversas organizações. Algumas destas realçaria aqui, como o aumento da produtividade média das vinhas para 43,2 hl/ha até 2027, a melhoria do nível tecnológico das empresas, e da sua competitividade, bem como da imagem e notoriedade do vinho, o aprofundamento do conhecimento de perfis aromáticos, a contribuição para a neutralidade carbónica e a promoção da adoção de práticas de sustentabilidade.

O artigo final, “Ecossistema e *coopetição* na vinha e no vinho”, de José Ramalho Fontes, tem uma abordagem original e interessante das envolventes do setor, considerando-o um ecossistema com as suas condicionantes próprias. A sua leitura remete para os trabalhos de Michael Porter sobre a matéria e não são descurados paralelos com outras áreas agrícolas nas quais se podem recolher igualmente bons ensinamentos.

Por tudo o que foi referido, este é um livro de leitura obrigatória para todos os interessados neste setor, em qualquer das suas vertentes, e será seguramente uma referência nos próximos tempos.



# Complexo agroindustrial – Análise da interdependência

ANA RITA MOURA

*Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)*

## Referência

TÍTULO: Complexo agroindustrial – Análise da Interdependência – Documento de trabalho n.º 8

AUTOR: Bruno Dimas

EDITOR: Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação (DGPA – Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento, Divisão de Estudos e Agro-Economia)

TIPO DE DOCUMENTO: Estudo

IDIOMA: Português

NÚMERO DE PÁGINAS: 164

DATA DE EDIÇÃO: 1991

Palavras-chave: Complexo agroindustrial, agricultura, silvicultura, indústrias agroflorestais, importância na economia, estrutura dos ramos, matriz de coeficientes técnicos, matriz de coeficientes de mercado, relações de interdependência, multiplicadores de produção, multiplicadores de *inputs* primários

O presente estudo encontra-se estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo corresponde a uma introdução, que enquadra a problemática e aborda os principais objetivos e a relevância da análise. Segue-se um capítulo sobre as questões metodo-

lógicas e outro sobre o complexo agroindustrial propriamente dito. O capítulo quatro divide-se em vários subcapítulos relativos a cada um dos ramos de atividade integrantes do complexo. Cada um destes subcapítulos consta de uma análise da importância do ramo na economia, da estrutura do ramo e das respetivas relações de interdependência. Por fim, o estudo termina com um capítulo com as principais conclusões.

A unidade de análise do estudo é o Complexo agroindustrial que inclui os ramos da agricultura, silvicultura e indústrias conexas (indústrias para as quais os produtos da agricultura e da silvicultura representam mais de 20% dos respetivos consumos intermédios), ou seja, “abate e conservas de carne” (ramo

17), “indústria de laticínios” (ramo 18), “fabricação dos produtos dos cereais e leguminosas” (ramo 21), “indústria das bebidas” (ramo 23), “indústria do tabaco” (ramo 24) e “indústria da madeira e cortiça” (ramo 27). Este estudo também integrou a “produção de óleos e gorduras animais e vegetais” (ramo 20), pela forte inter-relação a montante com o ramo agrícola, e a “indústria do papel, artes gráficas e edição de publicações” (ramo 28), um importante destino da produção silvícola.

A fonte de informação utilizada para esta análise é o Quadro de Entradas-Saídas (QES) das Contas Nacionais publicado pelo INE para os anos 1980 e 1986 (embora neste estudo a matriz apresente algumas alterações face à do INE), tratando-se da melhor ferramenta de estudo das relações entre os ramos de atividade da economia. Esta metodologia de análise é acompanhada de algumas limitações, nomeadamente a difícil comparabilidade com as Estatísticas Industriais (de publicação anual, ao contrário do QES com uma publicação menos frequente e mais irregular), o nível de desagregação utilizado (exclusão de sub-ramos relevantes e inclusão de outros menos importantes). Além disso, os multiplicadores utilizados neste estudo não medem alguns efeitos.

A análise do complexo agroindustrial e de cada uma das suas componentes baseia-se em três grupos de indicadores: 1) importância do ramo na economia (Valor Acrescentado Bruto – VAB, importações, exportações, Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF, consumo privado, taxa de autoaprovisionamento, contributo do ramo para o saldo comercial); 2) as origens da produção (coeficientes técnicos), os destinos da produção (coeficientes de mercado) e o saldo comercial (do ramo e do produto); 3) relações de interdependência (multiplicadores de produção: efeito direto e indireto da procura final sobre

a produção de cada ramo; multiplicadores de *inputs* primários: efeito direto e indireto da procura final sobre os *inputs* primários de cada ramo).

## 1) Importância do complexo agroindustrial na economia

Em particular em relação à importância na economia, verificou-se uma perda de peso do complexo no VAB (16,2% em 1980 e 14% em 1986), sobretudo devido às suas componentes primárias (agricultura e silvicultura) uma vez que a componente industrial manteve essencialmente o mesmo valor. Considerando o Excedente Bruto de Exploração (EBE), ou seja, o VAB excluindo as remunerações dos assalariados (o que sobra depois de remunerado o fator trabalho assalariado), também se notou uma perda de importância no EBE total (de 26,7% para 22,6%), igualmente fruto das componentes primárias, as que apresentam um maior peso (devido a uma maior importância do trabalho familiar face ao assalariado), dado que a parte industrial até aumentou a sua representatividade (7,9% para 8,3%). A mesma tendência estendeu-se ao indicador de remunerações com a diminuição da importância do complexo no total de remunerações. Os indicadores de comércio internacional dos ramos foram os que sofreram maiores perdas de peso

%	1980			1986		
	AG-SILV.	I.A.	C.A.I.	AG-SILV.	I.A.	C.A.I.
VAB i/VAB	9,7	6,5	16,2	7,6	6,4	14
EBE i/EBE	18,8	7,9	26,7	14,3	8,3	22,6
Remunerações i/Remunerações	2,6	5,4	8	1,7	4,7	6,4
Consumo privado i/Consumo privado	5	18,9	23,9	4,6	18,8	23,4
FBCF i/FBCF (ramo)	4,1	3,6	7,7	4,2	3,4	7,6
FBCF i/FBCF (produto)	0,7	1,3	2	2,1	0,5	2,6
Export. i/Exportações	2,1	14	16,1	1	10,4	11,4
Importações i/Import. (ramo)	1,2	10,2	11,4	1,2	6,3	7,5
Importações i/Import. (produtos)	12,1	4,3	16,4	10	5,3	15,3
Taxa de autoaprovisionamento	0,77	1,07	0,93	0,8	1,05	0,95

AG-SILV. = Ramos: 1 e 2

I.A. = Ramos: 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24 e 27

C.A.I. = AG-SILV. + I.A.

Taxa de autoaprovisionamento:  $(\text{produção do ramo})/(\text{procura interna aparente de bens do ramo})$  (considera-se a procura interna aparente de bens do ramo, a procura de bens do ramo, nacionais e importados, deduzida das exportações do ramo)

(-4,7p.p. nas exportações e -3,9p.p. nas importações). Em 1986, 23,4% do consumo das famílias e 7,6% do investimento (FBCF) da economia tinha origem no complexo agroindustrial.

Assim, em 1986, a componente primária destacava-se nos indicadores de VAB (7,6%, dos quais 6,2% a agricultura) e EBE (14,3%) e a componente industrial nos indicadores de remunerações (4,7%), de consumo privado (18,8%, dos quais 6,7% para o abate e conservas de carne), e de comércio internacional (10,4% das exportações, dos quais 6,0% da indústria da madeira e da cortiça, e 6,3% das importações, dos quais 3,0% da fabricação de outros produtos alimentares). Neste último caso, devido ao facto de a grande maioria dos produtos agrícolas e silvícolas necessitarem de algum grau de transformação para serem consumidos pelas famílias ou exportados.

*“...é no consumo privado que o complexo agroindustrial apresenta um maior peso, representando só os ramos agroindustriais quase 20% do consumo privado total”. “...o complexo agroindustrial tem um peso importante no comércio externo e pode desempenhar um papel importante na melhoria do saldo da balança comercial”*

**2.1) Importância dos consumos intermédios e dos inputs primários (recursos) na produção do complexo agroindustrial (matriz de coeficientes técnicos gerada a partir da matriz de fluxos totais a preços de base).**

Relativamente á estrutura de produção do ramo agroindustrial (importância dos consumos intermédios nacionais e importados, das remunerações

dos assalariados, do excedente bruto de exploração e dos impostos líquidos de subsídios na produção do ramo), destaca-se a grande importância do conjunto dos consumos intermédios nacionais na produção (62,6% face a 39,6% no conjunto da economia), dos quais 29% provêm da agricultura e da silvicultura (4,3% na economia), e os consumos intermédios importados correspondem a 9,3% da produção (12,7% na economia).<sup>1</sup>

*“...o coeficiente técnico de VAB, se para a agricultura e silvicultura ele é alto, já para as agroindústrias é, de um modo geral, baixo...” “...outra característica a apontar a quase todos os ramos do complexo, ... é o facto de a parcela de EBE ser superior à das remunerações...”*

*“...o coeficiente técnico de inputs importados desceu para o conjunto dos ramos agroindustriais...o que tem a ver, em parte, com as alterações dos preços agrícolas internacionais...” e com o facto de “...no seu conjunto, as indústrias agrícolas e silvícolas terem deixado de ser subsidiadas em termos líquidos...”*

**Matriz de Coeficientes Técnicos – 1986**

	A-S	I.A.	Pesca	OI	S	T. C.I.	C.Pr.	C.C.	FBCF	V.E.	Exp.	Tot.
AG-SILV.	0,062	0,291	0,000	0,005	0,005	0,043	0,046	0,000	0,021	0,676	0,010	0,038
I.A.	0,206	0,116	0,009	0,010	0,028	0,042	0,188	0,000	0,005	-2,218	0,104	0,071
Pesca	0,000	0,000	0,000	0,003	0,001	0,002	0,012	0,000	0,000	-0,002	0,002	0,004
OI	0,112	0,096	0,151	0,291	0,103	0,184	0,189	0,000	0,621	-0,436	0,758	0,255
S	0,074	0,123	0,206	0,095	0,168	0,126	0,432	1,000	0,100	0,592	0,125	0,228
Tot C.I.	0,454	0,626	0,366	0,405	0,305	0,396	0,866	1,000	0,747	-1,387	1,000	0,595
VAB	0,525	0,233	0,574	0,343	0,581	0,434	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,258
Remun.	0,063	0,091	0,402	0,190	0,342	0,230	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,137
E.B.E.	0,462	0,142	0,172	0,153	0,238	0,204	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,121
Impostos	-0,017	0,044	0,007	0,009	0,075	0,037	0,005	0,000	0,013	0,000	0,000	0,024
IVA	0,007	0,000	0,020	0,006	0,008	0,007	0,067	0,000	0,024	0,000	0,000	0,019
Inp. Import.	0,032	0,093	0,033	0,234	0,034	0,127	0,062	0,000	0,217	2,387	0,000	0,104
TR. + V.R.	-0,001	0,003	0,000	0,002	-0,003	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Total	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

<sup>1</sup> Na mesma matriz, é possível não apenas analisar a estrutura de produção mas também a estrutura de despesa na economia (importância dos produtos no consumo privado, consumo público, FBCF e exportação) salientando-se que 86,6% dos produtos consumidos pelas famílias são nacionais (dos quais, 4,6% são agrícolas e silvícolas e 18,8% são da indústria agroalimentar e florestal) e 6,2% são importados, e que 1% das exportações são agrícolas e silvícolas e 10,4% da indústria agroalimentar e florestal.

**2.2)** Importância da despesa da economia (destino da produção) na produção do complexo agroindustrial (matriz de coeficientes de mercado gerada a partir da matriz de fluxos totais a preços de mercado)

saldo comercial dos produtos (diferença entre exportações e importações de produtos agrícolas) diferem, assumindo o último um déficit mais expressivo uma vez que a produção nacional não é suficiente para satisfazer a procura interna.

#### Matriz de Coeficiente de Mercado – 1986

	A-S	I.A.	Pesca	OI	S	T. C.I.	C.Pr.	C.C.	FBCF	V.E.	Exp.	Tot.
AG-SILV.	0,062	0,550	0,000	0,037	0,031	0,679	0,247	0,000	0,037	0,013	0,024	1
I.A.	0,109	0,116	0,000	0,037	0,088	0,351	0,538	0,000	0,005	-0,022	0,128	1
Pesca	0,000	0,002	0,000	0,211	0,069	0,282	0,667	0,000	0,000	0,000	0,051	1
OI	0,017	0,027	0,002	0,291	0,092	0,429	0,151	0,000	0,162	-0,001	0,259	1
S	0,012	0,038	0,003	0,106	0,168	0,328	0,386	0,207	0,029	0,002	0,048	1

RAMO 1	1980	1986
Coeficiente técnico de C.I.	0,45	0,5
Coeficiente técnico de VAB	0,56	0,48
Coeficiente técnico de Remunerações	0,11	0,07
Coeficiente técnico de EBE	0,45	0,4
Coeficiente técnico de Importações	0,04	0,04
Coeficiente técnico de Impostos	-0,01	-0,01
Coeficiente de mercado de C.I.	0,68	0,68
Coeficiente de mercado de C. Privado	0,26	0,26
Coeficiente de mercado de Exportações	0,03	0,02
Saldo comercial (ramo) (mil contos)	-1195	-7860
Saldo comercial (prod.) (mil contos)	-53102	-131916
Taxa de cobertura	0,8	0,55

Quanto à estrutura de consumo dos produtos, verifica-se no caso dos produtos agroindustriais a prevalência do consumo privado (53,8%) face aos consumos intermédios (35,1%) e exportações (12,8%).

Em particular, a estrutura de produção do ramo da agricultura destaca-se com a maior importância do VAB (48%) face aos consumos intermédios (50%).

Os principais destinos dos produtos da agricultura são os consumos intermédios (68%), seguidos do consumo privado (26%).

O saldo comercial do ramo (diferença entre as exportações e *inputs* importados pelo ramo agrícola) e o

*“...as indústrias ligadas à silvicultura e a indústria das bebidas têm-se revelado importantes exportadoras... Mas o maior problema que se coloca neste domínio [saldo da balança comercial] é o deficit de produtos agrícolas... Este problema poder-se-á agravar com o crescimento das agroindústrias e a progressiva liberalização dos mercados, se a fraca competitividade da agricultura nacional não melhorar”*

*“...viu-se o caso dos ramos 1-agricultura e 17-abate e conservas de carne, que apesar de terem coeficientes técnicos de importações pouco significativos, têm, na sua estrutura de recursos, bens de ramos com forte dependência externa...”*

### 3) Relações de interdependência

(multiplicadores de produção e multiplicadores de *inputs* primários): o efeito direto e indireto que o aumento de uma unidade da procura final de um ramo tem:

- **Na produção dos ramos de atividade** (multiplicador da produção total ou matriz inversa de Leontief): permite quantificar o efeito total (direto e indireto) sobre a produção de cada ramo.
- **Nos *inputs* primários** (fatores de produção):
  - No VAB dos ramos de atividade (multiplicador de VAB) e respetivas componentes de remunerações e EBE.

RAMO 1	1980	1986
Multiplicador da produção total	1,67	1,87
Multiplicador de VAB	0,79	0,79
Multiplicador de Remunerações	0,2	0,18
Multiplicador de EBE	0,58	0,6
Multiplicador de Importações	0,27	0,19
Multiplicador de Impostos	-0,03	0,02
SIMULAÇÃO		
Procura final ramo i × 10% (preços correntes)	4884	15750
Efeito s/ produção (preços correntes)	8156	29520
Efeito s/ produção (%)	0,32	0,34
Efeito s/ VAB (preços correntes)	3853	12415
Efeito s/ VAB (%)	0,34	0,33
Efeito s/ Importações (preços correntes)	1320	3065
Efeito s/ Importações (%)	0,26	0,2

- Nos *inputs* importados dos ramos de atividade (multiplicador de importações).
- Nos impostos líquidos dos ramos de atividade (multiplicador de impostos).

Dando como exemplo o ramo 1 (agricultura), o multiplicador de produção aumentou de 1,67 para 1,87, em resultado do aumento do peso dos consumos intermédios nos recursos totais, e o multiplicador de impostos líquidos também aumentou de -0,03 para 0,02, indiciando que a procura final dirigida para a agricultura deixou de fomentar um aumento de subsídios.

Em sentido contrário, os multiplicadores de importações (note-se que o principal consumo intermédio da agricultura – ramo 22 – diminuiu os *inputs* importados) e de remunerações diminuíram.

Numa das conclusões do estudo, o autor refere nomeadamente que “...a generalidade dos ramos agroindustriais pode exercer efeitos de arrasto muito importantes sobre a agricultura e silvicultura, resultantes do aumento da procura final para aí dirigida”. “...Isto vai colocar à agricultura nacional um duplo desafio: ...obter uma

*produção bruta que lhe permita responder às solicitações do tecido económico e...passar ...para mercados com outras características e outros tipos de exigência”.*

Concluindo, passados mais de 30 anos desde a sua publicação, este estudo continua relevante. Se em 1991 era considerado um estudo relativamente novo sobre a análise económica do complexo agroindustrial e das suas inter-relações com outros setores da economia, hoje em dia permite-nos compreender as alterações que ocorreram no setor desde essa data (mais ou menos desde a adesão de Portugal à CEE), as alterações de política com a entrada na CEE, as reformas sucessivas da PAC, a entrada no euro, a terciarização da economia, a globalização da economia, a democratização das novas tecnologias e da Internet etc. A metodologia de elaboração das matrizes parece não ter mudado muito desde essa altura, o que permite algum grau de comparabilidade com os dados do presente.

Portugal à CEE), as alterações de política com a entrada na CEE, as reformas sucessivas da PAC, a entrada no euro, a terciarização da economia, a globalização da economia, a democratização das novas tecnologias e da Internet etc. A metodologia de elaboração das matrizes parece não ter mudado muito desde essa altura, o que permite algum grau de comparabilidade com os dados do presente.

### Ponto de situação atual

O INE continua a publicar com alguma regularidade as Matrizes Simétricas de *Input-Output*, tendo a última publicação ocorrido em 2022 com referência a 2020. Nessa publicação, são incluídas várias matrizes/quadros, de entre as quais as matrizes de fluxos totais, de importações e de produção nacional e respetivas matrizes de coeficientes técnicos e de multiplicadores. As matrizes de *input-output* procuram representar as dinâmicas presentes na economia nacional, ou seja, as relações entre a oferta (nacional e externa) e a procura (intermédia e final) de bens e serviços, sendo possível prever os impactos das variações de cada uma das componentes (e.g. procura de um produto) nas restantes variáveis, recorrendo aos multiplicadores.

O Complexo agroflorestal (essencialmente o mesmo conjunto de ramos de atividade analisado em 1991) integra duas componentes: o Complexo agroalimentar: ramos da Agricultura (ramo 01), das Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco (ramos 10 a 12); o Complexo florestal: Silvicultura (ramo 02) e Indústrias Florestais (ramos 16 a 18). De notar que atualmente as indústrias alimentares são analisadas no seu conjunto, não sendo possível diferenciar, por exemplo, a indústria dos laticínios da indústria do abate e conservas de carne, como no passado.

Em particular, em relação às Indústrias Agroflorestais (IA) é possível constatar algumas evoluções face a 1986, nomeadamente a perda de representatividade no VAB da economia (3,7% em 2020 face a 6,4% em 1986), ainda assim a agricultura e a silvicultura perderam mais peso no VAB (2,3% em 2020 face a 7,6% em 1986); a maior orientação da produção para a exportação (19,2% em 2020 face a 12,8% em 1986); a menor relevância dos produtos no consumo final das famílias (11,9% em 2020 face a 18,9% em 1986).

### Matriz de coeficientes de mercado – 2020<sup>2</sup>

P82	Produtos	01	02	03	10	11	12	16	17	18	Total Consumos Intermediários	EMPREGOS FINAIS			Total empregos
		Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados	Produtos da silvicultura, da exploração florestal e serviços relacionados	Produtos da pesca e da aquacultura e serviços relacionados	Produtos alimentares	Bebidas	Produtos da indústria do tabaco	Madeira e cortiça e suas obras, exceto mobiliário, obras de espartaria e cestaria	Papel e cartão e seus artigos	Trabalhos de impressão e gravação		Despesa de consumo final	Formação bruta de capital	Exportação (FOB)	
01	Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados	0,078	0,002	0,000	0,356	0,023	0,004	0,000	0,000	0,000	0,529	0,324	0,035	0,112	1,000
02	Produtos da silvicultura, da exploração florestal e serviços relacionados	0,000	0,158	0,000	0,000	0,000	0,000	0,293	0,370	0,000	0,848	0,040	0,072	0,041	1,000
	<b>AG-SILV (agricultura e silvicultura)</b>	<b>0,069</b>	<b>0,019</b>	<b>0,000</b>	<b>0,316</b>	<b>0,021</b>	<b>0,004</b>	<b>0,033</b>	<b>0,042</b>	<b>0,000</b>	<b>0,565</b>	<b>0,292</b>	<b>0,039</b>	<b>0,104</b>	<b>1,000</b>
03	Produtos da pesca e da aquacultura e serviços relacionados	0,000	0,000	0,024	0,037	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,118	0,792	0,001	0,088	1,000
10	Produtos alimentares	0,054	0,000	0,001	0,100	0,004	0,000	0,000	0,001	0,000	0,254	0,623	-0,003	0,127	1,000
11	Bebidas	0,005	0,000	0,000	0,007	0,041	0,000	0,001	0,000	0,000	0,293	0,498	0,006	0,204	1,000
12	Produtos da indústria do tabaco	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,026	0,000	0,000	0,000	0,026	0,763	0,000	0,211	1,000
16	Madeira e cortiça e suas obras, exceto mobiliário, obras de espartaria e cestaria	0,011	0,000	0,000	0,003	0,018	0,000	0,241	0,011	0,000	0,606	0,010	0,007	0,377	1,000
17	Papel e cartão e seus artigos	0,004	0,000	0,000	0,057	0,013	0,010	0,005	0,242	0,020	0,477	0,139	-0,005	0,390	1,000
18	Trabalhos de impressão e gravação	0,010	0,000	0,001	0,043	0,027	0,000	0,000	0,011	0,085	0,972	0,010	-0,001	0,020	1,000
	<b>IA (indústrias agroflorestais)</b>	<b>0,034</b>	<b>0,000</b>	<b>0,000</b>	<b>0,068</b>	<b>0,011</b>	<b>0,003</b>	<b>0,021</b>	<b>0,030</b>	<b>0,004</b>	<b>0,312</b>	<b>0,498</b>	<b>-0,001</b>	<b>0,192</b>	<b>1,000</b>
	<b>CI (complexo agroflorestal e pescas)</b>	<b>0,041</b>	<b>0,004</b>	<b>0,001</b>	<b>0,121</b>	<b>0,012</b>	<b>0,003</b>	<b>0,023</b>	<b>0,031</b>	<b>0,003</b>	<b>0,361</b>	<b>0,462</b>	<b>0,008</b>	<b>0,169</b>	<b>1,000</b>
	<b>Total</b>	<b>0,010</b>	<b>0,001</b>	<b>0,001</b>	<b>0,024</b>	<b>0,005</b>	<b>0,001</b>	<b>0,005</b>	<b>0,007</b>	<b>0,001</b>	<b>0,391</b>	<b>0,377</b>	<b>0,084</b>	<b>0,148</b>	<b>1,000</b>

Fonte: GPP, a partir de Matrizes Simétricas de Input-Output 2020 (INE)

<sup>2</sup> Consultar também o ponto “Matrizes simétricas e fluxos de *output* e *input* dos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, do artigo “Indústrias agroalimentares: caracterização e evolução recente” da presente edição da Cultivar.

## Matriz de coeficientes técnicos – 2020 (parte 1)

P82	Produtos	01	02	AG-SILV (agricultura e silvicultura)	03	10	11	12	16	17	18	IA (indústrias agroflorestais)	Total Consumos Intermediários
		Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados	Produtos da silvicultura, da exploração florestal e serviços relacionados		Produtos da pesca e da aquicultura e serviços relacionados	Produtos alimentares	Bebidas	Produtos da indústria do tabaco	Madeira e cortiça e suas obras, exceto mobiliário, obras de espartaria e cestaria	Papel e cartão e seus artigos	Trabalhos de impressão e gravação		
01	Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados	0,089	0,010	0,079	0,000	0,209	0,070	0,049	0,001	0,000	0,000	0,131	0,014
02	Produtos da silvicultura, da exploração florestal e serviços relacionados	0,000	0,171	0,022	0,000	0,000	0,000	0,000	0,105	0,113	0,000	0,028	0,003
03	Produtos da pesca e da aquicultura e serviços relacionados	0,000	0,000	0,000	0,062	0,004	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,002	0,001
10	Produtos alimentares	0,134	0,000	0,117	0,015	0,124	0,025	0,001	0,000	0,004	0,000	0,076	0,014
11	Bebidas	0,002	0,000	0,002	0,000	0,001	0,051	0,000	0,000	0,000	0,001	0,006	0,003
12	Produtos da indústria do tabaco	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,083	0,000	0,000	0,000	0,003	0,000
16	Madeira e cortiça e suas obras, exceto mobiliário, obras de espartaria e cestaria	0,003	0,000	0,003	0,000	0,001	0,019	0,000	0,255	0,008	0,000	0,033	0,005
17	Papel e cartão e seus artigos	0,002	0,000	0,002	0,001	0,013	0,018	0,057	0,007	0,273	0,138	0,054	0,006
18	Trabalhos de impressão e gravação	0,001	0,000	0,001	0,001	0,002	0,006	0,000	0,000	0,002	0,088	0,004	0,002
<b>CI (complexo agroflorestal e pescas)</b>		<b>0,231</b>	<b>0,181</b>	<b>0,225</b>	<b>0,079</b>	<b>0,354</b>	<b>0,189</b>	<b>0,191</b>	<b>0,368</b>	<b>0,400</b>	<b>0,228</b>	<b>0,337</b>	<b>0,047</b>
<b>Total</b>		<b>0,408</b>	<b>0,257</b>	<b>0,389</b>	<b>0,242</b>	<b>0,539</b>	<b>0,599</b>	<b>0,279</b>	<b>0,591</b>	<b>0,603</b>	<b>0,562</b>	<b>0,553</b>	<b>0,400</b>
IVA		0,010	0,005	0,010	0,003	0,001	0,001	0,000	0,001	0,001	0,002	0,001	0,008
OI		0,011	0,009	0,011	0,024	0,004	0,009	0,002	0,005	0,004	0,006	0,004	0,006
S		0,001	0,000	0,001	0,008	0,003	0,005	0,000	0,000	0,000	0,000	0,002	0,000
<b>Consumo intermédio ajustado/ Procura final a preços de aquisição</b>		<b>0,428</b>	<b>0,272</b>	<b>0,408</b>	<b>0,261</b>	<b>0,540</b>	<b>0,604</b>	<b>0,281</b>	<b>0,597</b>	<b>0,607</b>	<b>0,569</b>	<b>0,556</b>	<b>0,414</b>
Remunerações		0,086	0,092	0,087	0,153	0,078	0,096	0,029	0,124	0,062	0,310	0,087	0,226
Ordenados e salários		0,068	0,071	0,069	0,122	0,061	0,073	0,023	0,100	0,048	0,245	0,068	0,176
Subsídios à produção		0,087	0,005	0,076	0,020	0,002	0,004	0,000	0,002	0,001	0,016	0,002	0,011
Outros impostos à produção		0,005	0,005	0,005	0,004	0,002	0,004	0,001	0,002	0,003	0,003	0,002	0,008
Consumo de capital fixo		0,075	0,080	0,075	0,053	0,024	0,054	0,011	0,037	0,055	0,133	0,035	0,092
Excedente líquido de exploração		0,187	0,371	0,210	0,145	0,041	0,119	0,416	0,073	0,027	-0,008	0,061	0,093
Excedente bruto de exploração		0,262	0,451	0,286	0,198	0,065	0,173	0,427	0,110	0,082	0,126	0,096	0,185
Valor acrescentado bruto		0,266	0,542	0,301	0,335	0,143	0,268	0,457	0,235	0,146	0,422	0,183	0,407
<b>Produção a preços de base</b>		<b>0,694</b>	<b>0,813</b>	<b>0,709</b>	<b>0,596</b>	<b>0,683</b>	<b>0,872</b>	<b>0,738</b>	<b>0,831</b>	<b>0,753</b>	<b>0,992</b>	<b>0,739</b>	<b>0,821</b>
Importação (CIF)		0,306	0,187	0,291	0,404	0,317	0,128	0,262	0,169	0,247	0,008	0,261	0,179
inputs importados		0,092	0,021	0,083	0,404	0,019	0,108	0,374	0,099	0,079	0,479	0,068	0,114
<b>Total de recursos a preços de base</b>		<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>

Fonte: GPP, a partir das Matrizes Simétricas de Input-Output 2020 (INE)

## Matriz de coeficientes técnicos – 2020 (parte 2)

P82	Produtos	EMPREGOS FINAIS										Total empregos	
		Despesa de consumo final das famílias	Despesa de consumo final das ISFLSF	Despesa de consumo final das administrações públicas	Despesa de consumo final	Formação bruta de capital fixo	Aquisições líquidas de cêssões de objetos de valor	Varição de existências	Aquisições líquidas de cêssões de objetos de valor e variação de existências	Formação bruta de capital	Exportação (FOB)		Total empregos finais
01	Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados	0,018	0,000	0,000	0,014	0,016	0,000	0,037	0,056	0,015	0,020	0,015	0,023
02	Produtos da silvicultura, da exploração florestal e serviços relacionados	0,000	0,000	0,000	0,000	0,002	0,000	-0,234	-0,353	0,003	0,001	0,001	0,003
03	Produtos da pesca e da aquacultura e serviços relacionados	0,004	0,000	0,000	0,003	0,000	0,000	-0,008	-0,013	0,000	0,003	0,003	0,002
10	Produtos alimentares	0,080	0,000	0,001	0,061	0,000	0,000	0,362	0,545	-0,003	0,053	0,050	0,044
11	Bebidas	0,010	0,000	0,000	0,008	0,000	0,000	-0,126	-0,190	0,001	0,017	0,009	0,008
12	Produtos da indústria do tabaco	0,002	0,000	0,000	0,002	0,000	0,000	-0,001	-0,001	0,000	0,010	0,003	0,002
16	Madeira e cortiça e suas obras, exceto mobiliário, obras de espartaria e cestaria	0,000	0,000	0,000	0,000	0,001	0,000	0,005	0,007	0,001	0,024	0,006	0,009
17	Papel e cartão e seus artigos	0,003	0,000	0,000	0,002	0,000	0,000	0,112	0,168	-0,001	0,030	0,009	0,011
18	Trabalhos de impressão e gravação	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,004	0,006	0,000	0,000	0,000	0,002
	CI (complexo agroflorestal e pescas)	0,119	0,000	0,001	0,090	0,018	0,000	0,150	0,225	0,017	0,157	0,096	0,103
	<b>Total</b>	<b>0,865</b>	<b>1,000</b>	<b>0,998</b>	<b>0,897</b>	<b>0,949</b>	<b>0,817</b>	<b>1,008</b>	<b>1,104</b>	<b>0,949</b>	<b>0,999</b>	<b>0,929</b>	<b>0,943</b>
	IVA	0,095	0,000	0,002	0,072	0,019	0,183	0,000	-0,092	0,020	0,000	0,048	0,037
	OI	0,041	0,000	0,000	0,031	0,036	0,000	-0,008	-0,012	0,036	0,001	0,024	0,021
	S	0,001	0,000	0,000	0,001	0,004	0,000	0,000	0,000	0,004	0,000	0,001	0,001
	<b>Consumo intermédio ajustado/ Procura final a preços de aquisição</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>
	Importação (CIF)												
	inputs importados	0,122	0,000	0,019	0,097	0,206	0,390	0,476	0,519	0,204	0,050	0,100	0,169
	<b>Total de recursos a preços de base</b>												

Fonte: GPP, a partir das Matrizes Simétricas de Input-Output 2020 (INE)



## **Edições publicadas:**

- CULTIVAR N.º 1 – Volatilidade dos mercados agrícolas
- CULTIVAR N.º 2 – Solo
- CULTIVAR N.º 3 – Alimentação sustentável e saudável
- CULTIVAR N.º 4 – Tecnologia
- CULTIVAR N.º 5 – Economia da água
- CULTIVAR N.º 6 – Comércio internacional
- CULTIVAR N.º 7 – O risco na atividade económica
- CULTIVAR N.º 8 – Biodiversidade
- CULTIVAR N.º 9 – Gastronomia
- CULTIVAR N.º 10 – Trabalho na agricultura e as novas tendências laborais
- CULTIVAR N.º 11 – População e território rural
- CULTIVAR N.º 12 – Alterações climáticas
- CULTIVAR N.º 13 – Cadeia de valor do setor agroalimentar
- CULTIVAR N.º 14 – O eucalipto
- CULTIVAR N.º 15 – Bioeconomia
- CULTIVAR N.º 16 – Digitalização
- CULTIVAR N.º 17 – Ensino agrícola
- CULTIVAR N.º 18 – Energia na agricultura
- CULTIVAR N.º 19 – Macroeconomia e agricultura
- CULTIVAR N.º 20 – Abastecimento alimentar – que fronteiras?
- CULTIVAR N.º 21 – Sistemas agroflorestais
- CULTIVAR N.º 22 – Edição Especial
- CULTIVAR N.º 23 – Impactos agroambientais: metodologias de quantificação e valorização económica
- CULTIVAR N.º 24 – A vinha e o vinho
- CULTIVAR N.º 25 – Investimento na agricultura
- CULTIVAR N.º 26 – Agricultura biológica e outros modos de produção sustentável
- CULTIVAR N.º 27 – Custos de contexto
- CULTIVAR N.º 28 – Estruturas agrárias
- CULTIVAR N.º 29 – Indústria agroalimentar





## NOTA DE APRESENTAÇÃO

A *CULTIVAR* é uma publicação de cadernos de análise e prospetiva, sob a responsabilidade editorial do GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, do Ministério da Agricultura e da Alimentação. A publicação pretende contribuir, de forma continuada, para a constituição de um repositório de informação sistematizada relacionada com áreas nucleares suscetíveis de apoiar a definição de futuras estratégias de desenvolvimento e a preparação de instrumentos de política pública.

A *CULTIVAR* desenvolve-se a partir de três linhas de conteúdos:

- «**Grandes Tendências**» integra artigos de análise de fundo realizados por especialistas, atores relevantes ou parceiros sociais.
- «**Observatório**» pretende reunir, tratar e disponibilizar um acervo de informação e dados estatísticos de reconhecido interesse e que poderão não estar diretamente acessíveis ao grande público.
- «**Leituras**» destina-se à divulgação de documentos de organizações, nomeadamente aquelas a que o GPP tem acesso nos diversos *fora* nacionais e internacionais, ou ainda outros textos, livros, etc. considerados relevantes.



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

AGRICULTURA  
E ALIMENTAÇÃO